

cadernos do

terceiro mundo

Paulo Freire
na África e no mundo

Out./Novembro • 1980 • Esc. 60\$00/ Kz 60\$00 • MT 60\$00 • PG 60\$00 • CV 60\$00 /Cr\$ 80,00 • Ano III nº 28

Irão-Iraque, as origens da guerra



ARGENTINA, CHILE, URUGUAI
Falsas aberturas
no Cone Sul

os leit

de-
sas
da
e o
no
a à
ile,
las
va
nte
o.
e o
os
ili-
to-
o
de
n-
bis
si-
do
n,
a-
to
io,
a
da
ta
il,
as
e-
r-
7-
to
e
7-
a
1

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

aos leitores aos leitores aos leitores aos leitores aos leitores aos leitores

Do Cone Sul à fronteira Irão-Iraque

Quando eclodiu a guerra Irão-Iraque, já tínhamos decidido a nossa principal matéria para esta edição: as falsas aberturas do Cone Sul. Chegámos a definir o layout da capa em torno de uma foto do Pinochet votando durante o plebiscito no Chile, uma ironia para quem pretende ficar no poder até quase o ano dois mil. O material que chegava à redacção enviado pelos nossos correspondentes no Chile, Uruguai e Argentina era de excelente qualidade pelas informações e análises que continha, o que nos deixava mais uma vez entusiasmados com o trabalho independente e alternativo que a equipa de cadernos vem realizando.

Mas a triste notícia do início do conflito entre o Irão e o Iraque mudou os nossos planos que, aliás, são planos sempre provisórios, tendo em vista a situação de instabilidade mundial, com tensões que se agravam com o aprofundamento da crise do capitalismo. A guerra mobilizou o nosso trabalho editorial e Neiva Moreira incumbiu-se de analisar as origens do conflito, a partir das suas experiências sobre os conflitos na região – há pouco mais de dois meses viajou durante vários dias pelo Médio Oriente, visitando, inclusive, Bagdade durante a comemoração do aniversário da revolução iraquiana. Foram úteis, também, os longos telefonemas e telex de alguns dos nossos colaboradores que cobrem normalmente a área, informando sobre a sequência da guerra. O resultado foi o predomínio, na capa, do conflito Irão-Iraque e dez páginas destinadas a uma análise detalhada do assunto, que poderá ser ainda matéria para o próximo número.

No entanto, a cobertura que ocupa a maior parte desta edição é dedicada à América Latina. Além do Cone Sul, vimos também a quantas andam as explosivas repúblicas centro-americanas – Honduras e, principalmente, Guatemala –, onde a luta revolucionária tem crescido e preocupado seriamente os Estados Unidos.

Uma longa entrevista com Paulo Freire, educador internacional; um balanço, seis meses depois da revolução dos sargentos na Libéria; uma avaliação dos seis anos de revolução em Angola; e as principais mudanças na orientação da economia chinesa são também destaques na nossa pauta do número 28.

Publicações destinadas à informação e análise das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, e a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

— EDIÇÃO EM PORTUGUÊS
PARA PORTUGAL, ANGOLA,
CABO VERDE, GUINE-BISSAU,
MOÇAMBIQUE E S. TOMÉ E
PRÍNCIPE.

Editor e Director: *Altair L. Campos*
Administração: *Ernesto Pádua*
Redacção: *Baptista da Silva*
Carlos Pinto Santos
João Escadinha

Documentação e Arquivo:
Cristina Assis

Revisão e Tradução: *Estevam Reis*

Colaboram neste número:

Alicia Hernández
Agustín Castaño
Carlos Cáceres
Gabriel Omotozo
Giselle Dexter
Juan Álvarez
Juan Loayza Fleitas
Luis Maira
Luis Rodrigues
Raquel Gerber
Roberto Bardini
Venugopala Rao

Publicidade: *João Reis*

Propriedade:

Tricontinental Editora, Lda.
Rua Pinheiro Chagas 41, 2.º Dt.º
1000 Lisboa

Redacção e Sede da Administração:

Calçada do Combro, 10 - 1.º
Telef. 320650 — 1200 Lisboa

cadernos do terceiro mundo

Publicação Mensal — n.º 28 — Outubro/Novembro 1980

Editor Geral

Neiva Moreira

Editores Associados

Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional

Darcí Ribeiro, Juan Somavía, Henry Pease Garcia,
Aquino de Bragança e Wilfred Burchett

Composição e Montagem:

Renascença Gráfica S.A.R.L.

Impressão e Acabamento:

Gráfica Europam Lda.

Tiragem desta Edição: 37.000 exemplares

— REPRESENTAÇÕES

Angola: *Luis Henrique*
Caixa Postal 3593, Luanda

Moçambique: *Etevaldo Hipólito*
Rua Kongwa 153, Maputo

— EDIÇÃO EM PORTUGUÊS PARA
O BRASIL

Editor e Director: *Neiva Moreira*

Director Administrativo: *Altair Campos*

Secretário de Redacção: *Nilton Caparelli*

Representante em Brasília: *Clóvis Sena*

Representante em S. Paulo:

Paulo Canabrava Filho

Arte: *David Gomes Araújo* (Editor)

Maria Nakan

Administração: *Mauro Fernando de Sousa*

Publicidade: *Jesus Antunes*

Documentação e Arquivo:

Maria Goretti Aires

Propriedade:

Editora Terceiro Mundo, Lda.

Rua da Lapa, 180, Sobreloja A

CEP 20021 Rio de Janeiro

— EDIÇÕES EM ESPANHOL

Editor: *Roberto Remo*

MÉXICO, AMÉRICA CENTRAL,
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE

Gerente Geral: *Gerónimo Cardoso*

Propriedade:

Periodistas del Tercer Mundo A. C.
Calle San Lorenzo 153, 4.º piso
México Df.

BOLÍVIA, CHILE, COLÔMBIA,
EQUADOR PERU E VENEZUELA

Propriedade: **DESCO**

**Centro de Estudios e Promocion
del Desarrollo**
Av. Salverry 1945, Lima

— EDIÇÃO EM INGLÊS
PARA OS USA, CANADÁ, EUROPA
E PAÍSES DE LÍNGUA INGLESA
DO TERCEIRO MUNDO

Editor: *Fernando Molina*

Editor Consultivo: *Cedric Belfrage*

Apartado Postal 20-572

México 20 DF

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: **ANGOP** (Angola), **AIM** (Moçambique), **INA** (Iraque), **IPS** (Inter Press Service), **NOVOSTI** (URSS), **SHIHATA** (Tanzânia), **Wafa** (Palestina) e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas **Nueva** (Equador), **Novembro** (Angola), **Prisma Latinoamericano** (Cuba) e com o jornal **Daily News**, de Dar-es-Salam (Tanzânia).

DISTRIBUIDORES: **ANGOLA:** EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Rua Luís de Camões, 111, Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **CANADÁ:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. **COLOMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Ediciones sociales, Cordova 601 y Menduburo, Guayaquil. **RAYD de Publicaciones,** Av. Colombia 248, of. 205 Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendipex 1258. **EL SALVADOR:** Libreria Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Libreria Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 — Libreria del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at Langue St., New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center 518 Valencia St., San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRÁ-BRETANHA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINE-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional de Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Libreria Universitaria — José Trinidad Reyes — Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Banchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expendedores y Voceadores de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARAGUA:** Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas No. 80, Quinta Soledad, Managua, Nicaragua. **PANAMÁ:** Libreria Cultural Paramena, S.A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. **PORTUGAL:** CDL, sarl — Av. Santos Dumont, 57 — 1000 LISBOA. **PORTO RICO:** Librerías La Tortuga, Amalia Marin Esq. Ave González, Río Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th Inf. Station, Río Piedras, P.R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburgo. **S.TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministerio de Información e Cultura Popular. **SUECIA:** Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.



Neste número

- 1 Aos leitores: Do Cone Sul à fronteira Irão-Iraque
4 Correio do leitor
- 6 **Editorial** — Os altos e baixos da democratização
- Especial — Cone Sul: cartas marcadas
- 9 **Argentina:** Diálogo de surdos, *Alicia Hernández*
19 **Chile:** A «abertura» de Pinochet, *Luís Maíra*
26 **Uruguai:** Entre a repressão e a fraude, *Juan Alvarez*

América Latina

- 31 **Brasil:** Entrevista com Paulo Freire, *Paulo Cannabrava*
37 **Honduras:** Entre as armas e as urnas, *Roberto Bardini*
40 A morte faz parte da paisagem; *Giselle Dexter e Terence Dobson*
44 **Guatemala:** Uma guerra prolongada; *Roberto Remo*
47 O exército nativo, *Roberto Remo*
51 Uma história de violência, *Carlos Cáceres*
55 **Colômbia:** O escândalo do carvão
58 **Equador:** A batalha do petróleo, *Juan Loayza Fleitas*



Ásia

- 62 **China:** Depois de Mao, a nova ordem econômica, *Venugopala Rao*

Irão-Iraque

- 66 Uma guerra que vem de longe, *Neiva Moreira*

África

- 78 **Libéria:** A rebelião dos sargentos, oito meses depois, *Gabriel Omotozo*
81 **República Centro-Africana:** O novo regime e a antiga dependência, *Agustin Castagno*
84 **Angola:** Cinco anos de reconstrução nacional, *Luis Rodrigues*

- 86 **Panorama Tricontinental**

Ciência e Tecnologia

- 90 Uso e abuso do espaço, *Cedric Belfrage*

Cultura

- 93 **Cinema:** Um encontro do Terceiro Mundo, *Raquel Gerber*



Correio do leitor

Há bem pouco tempo acabaram de publicar o **guia do terceiro mundo** mas suponho que o número desta edição não foi suficiente e dada a sua extrema importância, gostaria que fizessem mais uma edição do mesmo. *Caetano Chapepa, Moçambique.*

Li a revista e a minha primeira impressão é a de que contém mais informações do que a maioria das publicações de esquerda. Pessoalmente, estou cansada de retórica, e a esquerda norte-americana está cheia disso. *Carol Engle, Auburn, EUA.*

Estou de acordo com a apresentação da revista e com a sua política editorial. O sonho que vivemos, finalmente torna-se realidade. O nosso dever agora é fazer da revista uma voz autêntica e poderosa para os milhões de pessoas que lutam por uma Nova Ordem Económica Internacional e uma Nova Ordem Informativa Internacional. *Prof. Tran Van Dinh, Temple University, EUA.*

Estou conseguindo que, através de amigos no exterior, chegue às minhas mãos essa preciosa revista. A nossa luta aqui terá que ser longa e será muito difícil, e temos necessidade de saber aquilo que realmente acontece no Mundo. *Juan Ant6nio, Santiago do Chile.*

Excelente o artigo de Roberto Remo (n. d. r.: publicado no número 21 da edição portuguesa) sobre a segunda guerra fria. (...) O artigo sobre o Afeganistão foi o primeiro que li depois da «invasão» que me permitiu entender algo do que ali se está passando. *Pamela Springley, Baton Rouge, EUA.*

Lemos com especial atenção a reportagem feita com Chico Mário de Souza, (n.d.r.: publicada no número 24 da edição portuguesa) e achamos muito necessário estabelecer contacto com ele, já que a sua empresa de discos, apresentada como alternativa cultural, tem muitos pontos comuns com a nossa pequena companhia. *R. Garcia, Santiago do Chile.*

Gostaria que dedicassem uma pequena atenção à evolução desportiva do Terceiro Mundo pelo que o desporto é o reflexo de uma evolução cultural e política e que houvesse mais dedicação à página Ciência e Tecnologia. *A. Mussagy, Cabo Delgado, Moçambique.*

Envio daqui uma saudação à equipa dos **cadernos do terceiro mundo** pelo lançamento da sua edição no Brasil. *J. Mariátegui, Riviera, Costa do Marfim.*



O que me torna um leitor assíduo dos **cadernos** é justamente a posição pioneira que a revista assume. Não conheço outra revista que, com tal conteúdo informativo, tenha circulação semelhante. Contudo, infelizmente, existem irregularidades na sua distribuição nas bancas de jornais. Tenho como exemplo, o facto de não ter encontrado a edição de Setembro na mesma banca onde comprei as edições anteriores. *Josué Gonçalves, Bahia, Brasil.*

Leitores que desejam troca de correspondência

Sungo César Tela
C.P. 105 — Huambo
Rep. Popular de Angola

Eduardo Elias Seno
C.P. 10546 — Luanda
Rep. Popular de Angola

Caetano Charles Chapepa
C.P. 59 — Prov. de Inhambane
Rep. Popular de Moçambique

Manuel Campos
C.P. 25 — Malanje
Rep. Popular de Angola

António Estanislau Lima
Bairro Kasseonel R. 51, C. 41 — Luanda
Rep. Popular de Angola

Manuel Bernardo Palhares Neto
C.P. 18053 — Luanda
Rep. Popular de Angola

Josué Clóvis Gonçalves
Rua Baixa do Cantuá, 47, Federação,
Salvador Bahia, Brasil

Os altos e baixos da democratização

O mapa latino-americano *exibe hoje retrocessos e ameaças em relação a um processo de democratização continental que havia realizado grandes progressos durante os últimos anos. Uma série de golpes militares (Bolívia/1971, Chile/1973, Uruguai/1973, Argentina/1974) cobriu a região de ditaduras. As democracias passaram a aparecer no mapa como borões isolados. Mas, em fins dos anos setenta, o desgaste de um modelo político asfixiante para as maiorias e a consequente pressão popular produziram mudanças importantes.*

A ditadura do general Hugo Banzer caiu (1978) e a mobilização social abriu caminho na Bolívia. No Peru e no Equador, os militares retiraram-se para os quartéis e foram substituídos por governos constitucionais. No Brasil, entrou em crise o chamado «milagre económico» que havia sido promovido pelo regime militar instalado em 1964. O governo actual promoveu a «abertura democrática», destinada, essencialmente, a preservar a estabilidade do sistema. Trata-se de uma abertura que só será historicamente válida se as forças populares tiverem êxito na sua luta para alargar a brecha e obter garantias de uma efectiva saída constitucional democrática.

O facto mais relevante deste período foi a vitória da revolução nicaraguense. Em primeiro lugar, porque significou a derrota definitiva da tirania da família Somoza e do seu exército. Em segundo lugar, porque se tratou de uma real tomada do poder por parte do povo e da sua vanguarda sandinista, incluindo o estabelecimento de milícias populares na qualidade de forças armadas nacionais. Iniciou-se, portanto, na Nicarágua, em 1979, uma autêntica revolução, cuja influência renovadora se fará sentir, vigorosamente, durante os anos vindouros, em toda a América Latina.

Precisamente por ser o facto de maior projecção

que se verificou no continente depois da revolução cubana, a vitória sandinista estava destinada a produzir, juntamente com os avanços no processo de democratização, uma modificação de forças na escala regional, adversa ao complexo sistema de interesses oligárquicos internos e à hegemonia do sistema controlado pelos Estados Unidos.

Frente a tal desafio, essas estruturas reagiram, utilizando os poderosos instrumentos de que dispunham. Mas, precisamente por o sistema ser complexo e pelas diferenciações dos interesses envolvidos, deram-se, basicamente, duas estratégias. Uma, consiste em acentuar a linha dura e propiciar regimes ditatoriais repressivos, como fórmula de impedir novas Nicaráguas. Aqueles que postularam tal linha, acusaram o presidente norte-americano, James Carter, de ter actuado com debilidade na Nicarágua e, portanto, de haver facilitado o triunfo de um inimigo natural dos Estados Unidos.

Na superpotência norte-americana, esses sectores sentem-se representados pelo presidente eleito Ronald Reagan, assim como, no campo latino-americano, os núcleos económicos e sociais mais conservadores compartilham dessa mesma posição. A linha branda, por sua vez, aposta numa democratização controlada. Esta servirá para evitar outras Nicaráguas, mediante os mecanismos da democracia liberal, o que evitaria uma polarização extrema como a verificada naquele país antes do derrube de Somoza. Mas os encarregados de suceder aos regimes autoritários devem garantir que, no fundamental, os interesses internos e internacionais do sistema não sejam afectados.

O debate entre ambas as linhas não impede a possibilidade de que cada uma seja aplicada no seu âmbito. Assim, por exemplo, enquanto Carter descarregava sanções contra o regime de Pino-

chet, este recebia grandes empréstimos e investimentos dos consórcios norte-americanos. O fraudulento referendo realizado no Chile, no dia 11 de Setembro último, é um exemplo de como o regime pode contrabalançar as pressões do Departamento de Estado, pois, ao mesmo tempo, o decisivo poder empresarial apoiava essa ditadura inspirada no modelo económico da Escola de Chicago.

A linha branda propiciada por Washington, foi posta à prova em El Salvador. Ali, depois de uma longa resistência contra a sucessão de governos militares, um grupo de jovens oficiais depôs o general-presidente César Humberto Romero (Outubro de 1979). Os novos dirigentes das Forças Armadas convidaram os grupos, até então na oposição, a integrar uma Junta cívico-militar governamental. Aparentemente, iniciava-se, no pequeno país centro-americano, o caminho para a democratização, que deveria propagar-se à Guatemala e Honduras.

Durou pouco o consenso democrático em torno da Junta. Os elementos militares duros prosseguiram numa repressão sangrenta, o que produziu a divisão das organizações democráticas. As mais progressistas regressaram à oposição e englobaram-se, juntamente com a totalidade das organizações guerrilheiras, na Frente Democrática Revolucionária (FDR). Na Junta, permaneceram a democracia-cristã (da qual previamente se tinham separado os sectores avançados, que actuam agora dentro da FDR) e as Forças Armadas, contando com o apoio explícito da administração Carter. Mas o estreito espaço social que ocupa a Junta contrasta com a ampla representatividade dos seus antagonistas. Isto, assim como a intensa repressão desenvolvida pelos militares contra a crescente revolta popular, compromete, profundamente, a viabilidade do sucesso dessa fórmula.

Outro contragolpe dos duros teve êxito, em Julho deste ano, na Bolívia. Através de um pronunciamento cruel, o general Luís García Meza impediu a subida ao Governo da progressista União Democrática e Popular (UDP), que havia conquistado a presidência para o seu candidato Hernán Siles Zuazo.

Pouco depois, a Guatemala sofreu um revés na intenção de repetir a variante salvadorenha. Em meados de Agosto, renunciou ao seu cargo o vice-presidente Villagrán Kramer, jurista moderado que, dentro do Governo do general-presidente Romeo Lucas García, era partidário de uma saída democratizante e que contava com o beneplácito manifesto do Departamento de Estado norte-ame-

ricano (ver matéria nesta edição).

Esta relativa facilidade da linha dura para se eximir às pressões de Washington, também se explicava, em parte, pela incógnita da campanha presidencial: os duros confiam na vitória de Reagan, sabendo agora que têm um bom interlocutor instalado na Casa Branca.

Tais mudanças têm dado lugar a uma forte tensão regional. A guinada da Bolívia para a extrema-direita implantou uma sólida frente ditatorial na área meridional da América, integrando a Argentina, o Chile, o Uruguai e o Paraguai. Este bloco procuraria assegurar a mútua sustentação entre os seus membros e também operar como contrapeso dos Governos constitucionais e, em particular, do Pacto Andino, que tem cumprido um papel relevante no processo de democratização.

Na área crítica da América Central e no Caribe, moderados e duros competem e preparam-se para novas investidas. Ali, o processo de democratização seria imparável se fosse concretizada uma unidade de acção entre as maiores potências regionais (México e Venezuela) e as forças democráticas dos diferentes países. Mas, no entanto, apesar do México ter oferecido uma cooperação franca e sem contrapartidas aos combatentes sandinistas e aos seus aliados, o Governo democrata-cristão da Venezuela tratou de condicionar a sua ajuda a um comportamento nicaraguense que estivesse de acordo com a sua própria política. Além disso, o apoio constante de Caracas à Junta salvadorenha, ao mesmo tempo que é um suporte para a sua estabilidade, é também factor de desagregação das forças democráticas da área. A maior parte dessas forças democráticas apoia a resistência e propicia o exercício de pressões que conduzam a uma democracia efectiva em El Salvador.

O que ali acontece, reflecte as contradições do conjunto latino-americano. Os sectores moderados e centristas do movimento democrata-cristão, que têm posições influentes em diversos países, estavam a trabalhar como aliados de Carter para o projecto de democratização controlada. Mas não haverá nunca consenso entre as organizações democráticas e progressistas da América Latina para uma união em torno de um plano hegemónico para o continente. Enquanto isso acontecer e não estiverem alinhadas todas as forças democráticas numa posição de exigir um processo autónomo e sem condicionamentos, ocorrerão altos e baixos e contrastes. E esse processo não se dará com a rapidez desejada e caminhará exposto a riscos desnecessários.



CONE SUL

Cartas marcadas

Há um ditado brasileiro que diz: «se corres o bicho agarra-te, se páras o bicho come-te».

Aparentemente não há saída, resta, no entanto, uma opção: enfrentar o bicho. Essa realidade pode ser transportada para alguns países da América Latina, onde os regimes militares procuram dar um «carácter democrático» às suas decisões políticas. São as chamadas «aberturas» controladas.

Vamo-nos restringir ao Cone Sul do continente, analisando os

plebiscitos uruguaio e chileno e a sucessão argentina.

Nesses três países algo está mudando: não a filosofia do regime, a concentração do poder, mas sim a aparência, uma «roupa nova» — opreme-se sob a bandeira da legalidade, da ordem, do respeito, de uma democracia «sem abusos»

A oposição, no entanto, soube aproveitar as brechas abertas no jogo do poder, passando por

elas um tanto espremida, é verdade. Mas, na realidade, representam um avanço importante na luta contra os regimes militares.

A oposição une-se, apesar das divergências, e prepara-se para enfrentar o bicho. Os militares ameaçam, intimidam, usam a fraude como recurso para demonstração de solidez política do regime, destroem as opções verdadeiramente democratizantes. Mas até quando?

Diálogo de surdos

As Forças Armadas argentinas convocam civis sem representatividade para um monólogo

Alicia Hernández



Videla

NO dia 26 de Março passado, consolidado o seu plano económico, as Forças Armadas argentinas iniciaram o que elas denominam de diálogo político. Esta convocação estava prevista nas bases políticas do Processo de Reorganização Nacional, iniciado em Março de 1976, quando o Exército, a Marinha

e a Força Aérea derrubaram o governo constitucional de Maria Estela Martínez, viúva de Perón.

Segundo o ministro político da Junta Militar, general Albano Harguindeguy, responsável pela pasta do Interior, a finalidade do diálogo «é conseguir coincidência e acordo nas idéias que sustentam as Forças Armadas; determinar as divergên-

cias que existem; dar a conhecer os seus próprios objectivos; conhecer as opiniões válidas dos interlocutores sobre o que for tratado nas reuniões, com a finalidade de enriquecer os estudos realizados e (...) a serem realizados (...), como, por exemplo, numa etapa posterior, o Estatuto dos Partidos Políticos e, mais tarde, a própria lei eleitoral».

Exclusões objectivas

Nesse contexto, começou a consulta. Segundo palavras do referido militar, participarão na convocação «as organizações intermediárias que tenham peso importante nos diferentes sectores de interesse das respectivas jurisdições; as personalidades de relevância do pensamento científico, intelectual e político, que não tenham militância activa nos actuais partidos; figuras representativas que, pelas suas características ou actividade, não estejam incluídas na classificação anterior, assim como os políticos importantes, com militância nos actuais partidos».

Mas as restrições acompanharam o lançamento da convocação. O al-

mirante Lambruschini, chefe das Forças Armadas e membro da junta militar, afirmou, de forma quase simultânea às palavras de Harguindéguy, que, no diálogo havia alguns postulados não negociáveis: «os que foram estabelecidos no ideário das Bases Políticas». Para que a ideia ficasse ainda mais clara, o almirante acrescentou: «dentro desses postulados, estamos convencidos da fecundidade que tem a troca de opiniões, livre, honesta e responsável».

Dessa maneira, torna-se clara a posição do peronismo — a maior força política de oposição — ao negar-se a participar numa proposta restritiva, inclusive antes que a Junta definisse se algum dos seus membros seria convocado.

Sobre os prazos fixados pelo governo militar, assim se expressou o presidente Videla: «O processo não tem calendários, mas sim objectivos, por isso a reestruturação dos partidos políticos será iniciada numa segunda instância, depois de promulgados os instrumentos legais que a permitam». Esses conceitos, que lembram em tom e conteúdo os do general Onganía («Não temos prazos, mas sim objectivos»), presidente por vontade das Forças Armadas argentinas em 1966, valem para a futura reestruturação da vida política democrática, mas não para a institucionalização dos militares no poder. Essa, sim, goza de um calendário que fixa, para o dia 24 de Março de 1981, a saída de Videla e a sua subs-



Viola, o «Figueredo da Argentina»

tuição por outro oficial superior, retirado do serviço activo, cujo mandato terminará a 24 de Março de 1984. (Ver caixa).

Como toda a obra de inspiração castrense, a convocação ao diálogo apresenta uma aparente e formal exactidão. São exactos os objectivos, os limites e os métodos. Também são exactas as exclusões. A metodologia foi expressa, dessa forma, pelo ministro do Interior. Quem dialoga é o governo das Forças Armadas. E fá-lo a nível nacional, por intermédio do seu ministro político e, a nível provincial, através dos seus governadores.

No entanto, com o correr do tempo, essa exactidão desfaz-se perante a verdadeira natureza do diá-

logo: fazer com que a gestão militar conte com o consenso dos argentinos. Tarefa, certamente, nada fácil, dado o carácter nitidamente antipopular da Junta. Para suavizar isso e ganhar algum espaço, nada mais óbvio que os primeiros a serem beneficiados com o diálogo político tenham sido os sectores de maior afinidade política, económica e social com o governo.

Assim, os primeiros a desfilar pelo gabinete de Harguindéguy foram os dirigentes do conservador Partido Demócrata Progressista, representante de alguns sectores da burguesia do interior do país, em especial da província de Santa Fé, beneficiários do plano económico do

ministro da Economia, José Alfredo Martínez de Hoz.

Os aliados económicos

A segunda entrevista foi realizada com cinco empresários, alguns estreitamente vinculados ao ministério da Economia. Participaram, entre outros, Eduardo Oxenford, nomeado por decreto para a União Industrial Argentina quando da intervenção governamental; Juan Thibaud, membro da administração da ACINDAR — empresa siderúrgica onde Martínez de Hoz tem importantes interesses — e Jorge Aceiro, da administração da Celulose Argentina, empresa que pertence a um dos ramos da indústria (papel) que rece-

A “eleição” de Viola

□ Nos primeiros dias de Outubro, e depois de um adiamento que levantou uma onda de rumores sobre divergências profundas nas Forças Armadas, foi anunciado, oficialmente, que o general Roberto Viola será o sucessor do presidente Videla a partir de Março de 1981, particularmente no plano económico. Martínez de Hoz, ao qual alguns chamam «super-ministro», já afirmou que não continuará no cargo depois da data estipulada para a mudança de Governo. O seu discípulo e braço direito no ministério, Walter Klein, poderia ser nomeado para o substituir, mas é justamente esta uma das incógnitas a respeito da política que Viola seguirá. Em círculos próximos do poder, especula-se que o novo presidente procurará introduzir

algumas modificações no modelo de Martínez de Hoz, tendo em conta os interesses da burguesia industrial.

Mas onde as expectativas são maiores, é, sem dúvida, no campo político. Viola já é apresentado, na imprensa internacional como o «Figueiredo da Argentina», referindo-se que as suas posições favoráveis à abertura e a sua defesa da democratização moderada do país criaram inimizades nos sectores «duros» das Forças Armadas que haviam ficado explícitas nas discussões em torno da sucessão presidencial.

Sabe-se que Viola mantém um diálogo, relativamente bom, com alguns dirigentes sindicais e com

muitos líderes de partidos de centro-direita, sobre os quais pretenderia apoiar-se durante a sua gestão presidencial. Também se sabe que ele é um inimigo declarado de todas as forças de esquerda e que compartilha os critérios «duros» em relação ao combate aos grupos guerrilheiros, procurando a sua desarticulação total. Na conferência de oficiais superiores dos exércitos latino-americanos, realizada no começo deste ano, em Bogotá, Viola propôs uma luta comum contra as guerrilhas e a extrema-esquerda, a criação de estados-maiores conjuntos e unidades mistas de comandos e tácticas comuns, como marco da co-operação militar no Cone Sul, já conhecida como «doutrina Viola».

beu um forte apoio do actual plano económico.

A terceira entrevista foi com Jorge Aguado, presidente das Confederações Rurais Argentinas, entidade também favorecida pelo aspecto agro-exportador do plano económico.

O empresariado voltou a transitar pelos corredores do Ministério do Interior na quarta entrevista. Foi a

vez de cinco representantes da Câmara Argentina de Comércio. Para localizá-los no cenário político, basta mencionar que interrogaram o governo (segundo declararam ao deixarem o gabinete de Harguindéguy) sobre a «persistência do nosso país em pertencer ao grupo dos Não-Alinhados, liderado pelo tirano de Cuba».

Cabe reforçar que os convidados a

participar nesse monólogo têm, premeditadamente, evitado tocar nos temas mais óbvios de ordem económica. A produção continua estacionária em níveis equivalentes a 1974, e a inflação mantém-se em cifras de três algarismos anuais. Para que fossem alcançados resultados, restringiu-se o nível de salários e de vida dos trabalhadores argentinos, atomizando e subjugando o movi-

Nobel da Paz: uma advertência para a Argentina



Esquivel, «uma absoluta surpresa» para os militares

□ «Na Argentina não se respeitaram os direitos humanos».

A frase pertence ao novo prémio Nobel da Paz, o argentino Adolfo Pérez Esquivel, Secretário da Comissão de Justiça e Paz no seu país e principal coordenador do Movimento Argentino pela Não Violência.

Esquivel tornou-se internacionalmente conhecido há três anos, quando a irlandesa Mairead Corrigan (Prémio Nobel da Paz em 1976) visitou a Argentina e conheceu o seu trabalho, impressionando-se com a sua coragem em exigir do governo, insistentemente, informações sobre o paradeiro dos presos desaparecidos.

A história de Esquivel começa em 26 de Novembro de 1931, data do seu nascimento. Formou-se em Direito, interessou-se pelo desenho, pela estética, pela História da Arte e acabou por in-

gressar na Faculdade de Arquitectura. Formado, dividiu-se entre o trabalho como arquitecto e o de escultor. Sensível à situação mundial dos direitos humanos, acreditava, desde jovem, num ecumenismo, não apenas religioso, mas também político. Impressionava-o uma Argentina marcada pela falta de liberdade, pela pobreza, pelo autoritarismo.

A sua actividade em relação aos direitos humanos começa a destacar-se em 1971, quando organiza, no seu país, grupos ghandianos — Mahatma Ghandi é um dos seus líderes espirituais — que protestam contra a violência que imperava na Argentina. Em 1973, liga-se à Comissão Justiça e Paz, vinculada a organismos semelhantes da Europa, Estados Unidos e países latino-americanos. Faz parte de movimentos de solidariedade aos povos paraquaiense, equatoriano e brasileiro.

mento operário e tentando dissolver a CGT — Confederação Geral de Trabalho.

A quinta entrevista, na realidade um banquete, reuniu o general Harguindeguy com os dirigentes dos partidos Democrata Progressista, Socialista Democrático e União Cristã Democrática.

O dirigente máximo do PSD, Américo Chieldi, é desde há muito

tempo o embaixador da Junta Militar junto ao governo de Portugal.

Ocuparam o sexto lugar na fila dessa peculiar convocação, dirigentes da FUFEP (Força Federalista Popular), que agrega certos grupos de centro-direita do interior do país, tais como os Movimentos Populares de algumas províncias e o Partido Vanguarda Federal de Tucumán, entre outros. Estes grupos tentam

explorar, politicamente, erguendo bandeiras federalistas, a contradição que Buenos Aires e o litoral enfrentam, historicamente, com as províncias meridionais.

Em sétimo lugar, acudiram novamente ao chamamento da Junta, os dirigentes do PSD. A oitava jornada convocou os directores dos jornais mais importantes do país: *La Nación*, *La Prensa*, *La Razón*, *Clarín* e

Foi preso em 1976, ficando, depois de solto, sob vigilância por quase oito meses. Preso novamente em 1977, por motivos que nunca foram esclarecidos, só conseguiu a liberdade após 14 meses de cárcere, depois de muita pressão da Comissão de Justiça e Paz do Vaticano.

Os seus contactos com órgãos de repressão não se restringiram à Argentina. Foi detido, também, no Brasil, onde esteve nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo, em Janeiro de 1975. D. Paulo Evaristo Arns interveio junto das autoridades brasileiras e Esquivel foi solto.

Um dos pontos principais da luta de Esquivel está ligado ao problema dos desaparecidos por motivos políticos na Argentina, que, segundo dados da sua organização, alcança o dramático número de 6 mil. Esse total, no entanto, pode ser ainda maior porque muitas famílias não forneceram informações às organizações de direitos humanos, seguindo o relato do Nobel argentino.

No ano passado, apoiou e chegou mesmo a associar-se com o grupo das «Locas de la Plaza de Mayo», mulheres que se reúnem todas as quinta-feiras na praça em frente ao Palácio do Governo para exigir informações sobre os seus maridos, filhos, irmãos e parentes desaparecidos.

A organização a que está ligado Adolfo Pérez Esquivel nasceu de uma disposição dos bispos e pastores do continente de levarem por diante a mensagem do Evangelho, estendendo-se depois a trabalhadores e camponeses. A origem foi o Movimento Internacional de Reconciliação, actualmente um órgão consultivo da ONU, criado logo após a II Guerra Mundial. O movimento expandiu-se pela América Latina e tem entré os seus seguidores os bispos brasileiros Dom António Fragoso, de Cratéus, e Dom José Maria Pires, de João Pessoa, e muitos outros religiosos e leigos de todo o continente. Para Esquivel, o seu trabalho em defesa dos direitos humanos é inspirado nos princípios defendidos por Martin Luther King, Ghandi e Dom Hélder Câmara.

O Conselho de Assuntos Hemisféricos (organização de defesa dos direitos humanos na América Latina), Ciarnan Mckewon (líder do Movimento Popular pela Paz na Irlanda do Norte), a secção de Direitos Humanos do Departamento de Estado dos Estados Unidos, o ex-presidente argentino Hector Cámpora, a organização católica internacional **Pax Romana** e representantes, de entidades de defesa dos Direitos Humanos de São Paulo, foram algumas das dezenas de

personalidades e entidades internacionais que manifestaram a sua satisfação no acerto da escolha de Pérez Esquivel para o Nobel da Paz.

As alegrias e comemorações em torno da escolha de Esquivel não foram, evidentemente, partilhadas pelo governo militar argentino. Pelo contrário, foi divulgado um comunicado oficial afirmando que a acção desenvolvida por Esquivel «foi efectivamente utilizada — à margem das suas intenções — para facilitar a impunidade de membros de diversas organizações terroristas». Fontes extra-oficiais afirmaram que foi «uma absoluta surpresa» para os militares, a concessão do Nobel da Paz ao arquitecto argentino, comentando, no entanto, que «dos males, o menor: pior seria se tivessem escolhido as *Locas de la Plaza de Mayo* (que também estavam entre os candidatos ao prémio) ou alguém que estivesse na prisão aqui».

No entanto, as justificações do regime militar argentino não parecem preocupar muito Esquivel. Na sua opinião, o prémio que recebeu é «um reconhecimento do trabalho pela dignidade da pessoa humana, a dignidade latino-americana e dos povos do continente». E concluiu: «creio que este prémio não pertence apenas a uma pessoa mas sim a todos os povos da América Latina».

Crónica, que foram recebidos, em separado, no gabinete ministerial.

A Universidade também

Depois, Harguindeguy recebeu os reitores das universidades nacionais; mais tarde, os dirigentes da Associação de Bancos Argentinos. Os primeiros, designados para os seus cargos pelo Poder Executivo, são figuras da confiança do governo. Contribuem para o processo, entre outras coisas, absorvendo a percentagem do orçamento nacional que o Estado destina à cultura, uns míseros 0,45 por cento. Os banqueiros também trouxeram a sua contribuição à democracia. Ao saírem da reunião, afirmaram que tinham sugerido ao ministro, a conveniência de se retomar o esquema do voto qualificado, que exclui os analfabetos e os semi-analfabetos de opção política. Essa proposta audaciosa anularia uma conquista popular que data de 1912.

Mais tarde, foram convocados

outros representantes políticos. Mais uma vez, veio a FUFEP. Na entrevista anterior (assistida pelo chefe de assessores do ministro da Economia), os dirigentes revelaram o seu interesse pela formação «de um grande movimento integrado por quem esteja identificado com o Processo de Reorganização Nacional». Tal movimento «poderia ter, como plataforma, as Bases Políticas das Forças Armadas e adoptar a forma de partido político».

Estas declarações têm a sua contrapartida nas palavras do general Galtieri, comandante-chefe do Exército e membro da Junta Militar, pronunciadas em 29 de Maio, Dia do Exército, quando, ao referir-se ao processo político, afirmou que «uma de suas consequências desejáveis seria a formação de um movimento de opinião nacional que acompanhe o Processo...» Obviamente, não se trata de uma coincidência casual.

Por outras palavras, é possível supor que a FUFEP se coloque,

juntamente com outras agremiações — o PDP, a UCD, o PSD, o Partido Federal Francisco Manrique — como o futuro partido político das Forças Armadas. Isso talvez explique a repetida presença desses dirigentes no gabinete e na mesa de Harguindeguy, que seria ainda mais rotineira se forem levados em conta os contactos que não se fizeram públicos.

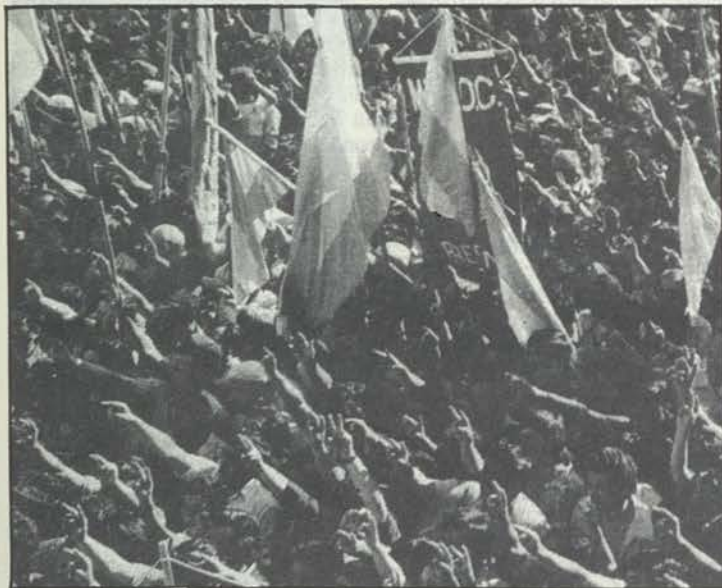
Definições do episcopado

Poucos dias depois de iniciado o diálogo, o presidente Videla solicitou, numa mensagem dirigida à Conferência Episcopal Argentina, a opinião da Igreja sobre o «transcendente passo com o qual — disse Videla — começamos a transformar a nossa realidade».

Cabe aqui perguntar o porquê dessa singular e única consulta pública prévia de uma eventual convocação. Em primeiro lugar, o Governo professou, de facto, um declamado catolicismo. A maioria dos discursos e documentos terminam com uma invocação nesse sentido. Os valores ocidentais cristãos justificaram uma enorme lista de feitos muito pouco evangélicos, mas essa oratória católica da Junta serviu-lhe para ganhar uma certa confiança de alguns sectores eclesiais internos e externos. Por outro lado, o peso da Igreja na estrutura social argentina foi notório. A sua acção, ou omissão, contribuiu para definir as conjunturas políticas.

O documento de resposta do episcopado argentino (ver caixa) é falho por certas omissões ou afirmações, não casuais, sujeitas à imprecisão, mas é muito claro quando afirma a necessidade de se conseguir a plena participação dos distintos sectores da vida política.

Cabe lembrar outro documento difundido em Agosto de 1979 pelo



O Movimento Nacional Justicialista (peronista) criticou severamente a situação institucional, política e económica do país

Diálogo e sociedade

□ A Conferência Episcopal Argentina, no final da sua XL Assembleia Plenária, deu a conhecer o documento intitulado «Evangelho, diálogo, e sociedade», que resume a posição da Igreja face à convocação:

«O diálogo político não deve ser entendido como um exercício circunstancial (...), mas, primeiramente, como uma procura do bem comum da sociedade política».

«As violações dos direitos humanos são identificadas como o principal obstáculo a esse diálogo:

«Como nos mostrou o Santo Padre (28-10-1979), a incerteza angustiante sobre os desaparecidos, a situação dos detidos sem processo, contam entre as causas profundas que impedem um maior encontro entre os argentinos, e que esperam, sem demora, qualquer solução que nós, como bispos, não só aconselhamos como pedimos».

Analisando a «sociedade e a política» e a «actividade política», refere-se que: «Nesta delicada situação em que nos encontramos, devemos reconhecer falhas estruturais mas, fundamentalmente, uma desordem moral que, existindo noutros sectores da vida, envolve também o da política...».

A doutrina social da Igreja é proposta como alternativa. Convida-se «os homens de boa vontade, os católicos em particular, a valerem-se dela para questionar as ideologias e ajudar a encontrar os caminhos, bem como a dar directrizes seguras, para uma ordem correcta da sociedade política».

As actividades políticas e partidárias — suspensas na Argentina — não são rejeitadas pelos bispos. Ao contrário: «temos deixado clara a importância da actividade política, da qual é sujeito activo, não apenas a autoridade, como também todo o povo! Deve-se prestar muita atenção — diz o Concílio — à educação cívica e política que, hoje em dia, é particularmente necessária para o povo, principalmente para a juventude, a fim de que todos os cidadãos possam cumprir a sua missão na vida da comunidade» (*Gaudium et Spes*, 75).

Entre os meios adequados para tornar eficaz essa actividade política, menciona-se «antes de tudo, os partidos políticos. «A política partidária — diz Puebla n.º 524 — é o campo próprio dos leigos. Corresponde à sua condição leiga constituir e organizar partidos políticos, com ideologia e estratégia adequadas para alcançarem os legítimos fins. Os partidos políticos, portanto, são opções ideológicas legítimas dos leigos, mas sempre no quadro da política como serviço do bem comum».

episcopado argentino. Nessa ocasião, pronunciou-se sobre o regime legal das associações sindicais e sustentou pontos de vista opostos aos do governo. Foi quando o Estado se encontrava ligado à consideração da lei das «Associações Profissionais», que regulava — limitando, — as actividades sindicais (actualmente proibidas, tal como o direito à greve está suspenso), transformando os sindicatos em organizações asépticas, sem poder político directo ou indirecto, com limitações no seu alcance económico e sem organização nacional.

Já que a maior parte da hierarquia eclesiástica argentina se caracteriza pela sua prudência moderada, face ao Estado, não parece previsível uma colisão que chegue a criar atritos como os dos episcopados, por exemplo, do Chile ou do Brasil, perante os seus próprios regimes militares. Mas, além das altas esferas eclesiásticas, numerosas vozes da Igreja argentina se levantaram em diferentes ocasiões, condenando, criticando ou, pelo menos, opinando, sobre o Governo militar. Muitas foram cruelmente caladas. Outras, anónimas ou públicas, permanecem inalteráveis. E, mais além, está o silêncio cúmplice, que originou muitas interrogações, após a CELAM (Conferência Episcopal Latino-Americana) de Puebla, onde a tácita aprovação dos delegados argentinos ao actual regime militar parecia validar a frequente omissão de um dever estabelecido pelo Concílio Vaticano II, assim como no de Medellín: assumir plenamente, a defesa da vida e da dignidade humanas.

No entanto, mesmo com as suas precauções, a Igreja também tem uma urgência, cada vez maior, de definições que sustentem aqueles pontos que ela proclama, para não parecer relegada pelo poder político e estranha à sociedade civil.

O terrorismo multinacional

□ A acção conjunta dos regimes ditatoriais do Cone Sul teve um dos seus momentos mais contundentes em 1975 e 1976, na Argentina, quando foram assassinados, em Buenos Aires, o general chileno Carlos Pratts, os parlamentares uruguaios Zelmar Michelini e Héctor Gutiérrez Ruiz e o general boliviano Juan José Torres. No entanto, essas não foram as únicas vítimas dessa aliança conhecida como a «internacional da repressão».

Tomando como referência a data do primeiro atentado com essas características, ocorrido no Peru, durante o governo do general Morales Bermúdez, damos a seguir uma sucinta cronologia das operações de sequestro e assassinatos de combatentes revolucionários e militantes democratas no continente sul-americano, planeados e executados com a cumplicidade dos aparelhos repressivos dos países em que se encontravam asilados, ou de passagem, e os serviços de informações e organismos oficiais ou parapolíticos dos seus países de origem. (*)

Cronologia

12 de Abril de 1977. Em Lima, capital peruana, foi sequestrado Carlos Alberto Maguid, argentino, ex-dirigente da Juventude Peronista. Maguid vivia no Peru desde 1975, afastado de actividades políticas. Conduzido, ao que parece, às caves do Ministério da Guerra, Maguid teria sido torturado por um grupo de oficiais argentinos devido ao seu relacionamento com o «caso Graiver» e a sua vinculação aos Montoneros. Depois de três dias de tortura, Maguid, de quem nunca mais se teve notícias, teria sido assassinado e sepultado sob um nome falso em Lima.

17 de Janeiro de 1978. A policia mexicana detém três membros de um comando do exército argentino que, por ordens directas do comandante do segundo corpo do exército, general Fortunato Gallieri, tentavam, juntamente com outros militares argentinos que não puderam ser presos, atentar contra a vida de militantes do Movimento Peronista Montonero exilados no México. Os três membros do comando, o major Pedro Julio Seaad (nome de cô-

digo, Manuel), capitão Saúl Malo (Serafin), e o agente da Polícia Federal Héctor Gertrudis (Machete) foram deportados. A manobra foi denunciada numa conferência de Imprensa, dada no México pelo militante montonero Júlio Valenzuela, levado da Argentina como refém para que colaborasse na operação.

5 de Agosto de 1978. Rio de Janeiro. Desaparece Norberto Armando Habegger, jornalista, conhecido como dirigente da Ala Política do Movimento Peronista Montonero, ex-secretário-geral da Juventude Democrática Cristã da Argentina e ex-vice-director do diário *Noticias*. Habegger, que deveria viajar em seguida para a Europa, entrara no Brasil com passaporte em nome de Héctor Esteban Coello, por razões de segurança. O sequestro foi denunciado no México por sua mulher, Florinda C. Habegger, numa conferência de Imprensa.

4 de Junho de 1979. Nicarágua. Em Manágua, em entrevista à Imprensa, Anastasio Somoza declara receber apoio do Chile, Argentina e Uruguai, sem dar maiores detalhes. A 3 de Julho do mesmo ano, um ex-membro da *Guardia Nacional*, Guillermo Mendieta, declara aos jornais que a Argentina, Estados Unidos, Israel, Brasil e Chile enviaram armas e munições a Somoza, através de El Salvador e Guatemala. No mês de Agosto do mesmo ano, entre o material encontrado no *bunker* de Somoza, figuram documentos comprovativos das compras efectuadas à EDESA, empresa das Forças Armadas Argentinas, relativas ao fornecimento de camiões militares preparados para transporte e lançamento de foguetes de 70 milímetros, de fabrico argentino. O contrato estipulava, também, o envio de instrutores para supervisionarem a sua utilização. Esses lança-foguetes e outro material bélico de fabrico argentino encontram-se, actualmente, em poder da Frente Sandinista de Libertação Nacional.

9 de Agosto de 1979. Washington. À luz das investigações realizadas em função do assassinato do ex-ministro chileno Orlando Letelier, o subcomité de Relações Exteriores do senado norte-americano emitiu informações publicadas pelo matutino *Washington Post* denunciando que a morte de Le-

telier não foi senão apenas que uma parte da chamada Operação Condor, plano patrocinado pelos serviços de espionagem da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. O objectivo de tal plano seria a formação de comandos encarregados da eliminação dos inimigos políticos das ditaduras de tais países que se encontravam no exterior.

11 de Março de 1980. Venezuela. Horacio Campiglia, membro da direcção do Movimento Peronista Montonero, e Susana Pinus de Binstok desaparecem no aeroporto internacional de Caracas, onde se encontravam em trânsito para o Rio de Janeiro.

Maio de 1980. O parlamento venezuelano denuncia a participação de militares argentinos na morte (?) do sacerdote Espinal, director do *Semanário Aquí*. Entre os oficiais reconhecidos encontra-se o argentino Mingola.

1 de Junho de 1980. Bolívia. Beatriz López e Silvia Rivera, ambas de nacionalidade boliviana, são torturadas em La Paz por oficiais argentinos. O mesmo acontece com Lázaro García, Zaresca Pantajo, Vicente Sellú Miranda e Augusto Blanca, elementos do movimento musical cubano *Nueva Trova*. Os oficiais bolivianos comprometidos no interrogatório foram o actual ministro do Interior, coronel Luis Arce Gómez, o general Augusto Terán, o coronel Carlos Mena e o major Hinojosa (segundo conferências de Imprensa dadas no México por exilados bolivianos).

10, 11, 12 e 13 de Junho de 1980. Nos primeiros dias de Junho, chega a Lima um grupo de oficiais argentinos sob o comando do coronel Roland Rocha. No dia 12, esse comando sequestra Julia Inés Santos de Aceval e, posteriormente, Noemi Esther Gianotti de Mollino, Julio César Ramírez e Federico Frias Alberga. Todos os sequestrados eram cidadãos argentinos e vinculados ao Movimento Peronista Montonero. A senhora Gianotti tinha duas filhas sequestradas e fazia parte das mães da Praça de Maio, as «Loucas da Praça».

No dia 11 de Junho, Frias Alberga consegue escapar aos seus sequestradores e corre pelas ruas centrais de Miraflores, um bairro de Lima, perseguido por um oficial argentino que, ao



Os serviços secretos argentinos ampliaram as suas actividades na América Latina

alcançá-lo, fere-o na cabeça. A polícia peruana interveio e Frias foi conduzido ao hospital de emergência San Antón, onde foi registada a sua entrada. Posteriormente, foi conduzido para o 21.º Comissariado de Miraflores. Nesse local, o comissário entrega Frias ao oficial argentino por ordens vindas directamente do ministério do Interior peruano.

No dia 19 de Junho, o ministério do Interior do Peru emite um comunicado no qual admite que Julia Santos de Acebal, Noemí Esther Gianotti de Molino e Julio César Ramírez foram deportados e entregues às autoridades da imigração boliviana, contrariando a sua posição oficial anterior de que desconhecia os factos.

No dia seguinte, o governo boliviano nega oficialmente ter recebido os cidadãos argentinos, produzindo-se dessa maneira um conflito entre os dois governos. Jornalistas e a *Amnesty Internacional* denunciaram que os cidadãos argentinos tinham sido levados para a Playa Hondable, no Peru, onde teriam sido torturados e assassinados. A senhora Gianotti de Molino apareceria mais tarde, morta, em Madrid, na Espanha, presumivelmente asfixiada, em circunstâncias que estão ainda a ser investigadas.

26 de Junho de 1980. Envolvidos no assassinato de Zoraida Josefina Fernandez, venezuelana, foram presos Maria del Pilar Peñalva Escalona, Alonso Ignacio Zaballa, Eduardo de Dios Nicosia, Juan José Yañez e Ricardo Yañez González, todos argentinos. Zoraida Josefina Fernandez foi assassinada durante uma bacanal patrocinada pelo grupo. Após a terem assassinado, o seu cadáver foi esquartejado, tendo-lhe queimado a cabeça e as mãos para dificultar a sua identificação. Após a sua prisão, Eduardo de Dios Nicosia declarou que «tinham licença de porte de arma por serem membros do exército argentino e participarem na luta contra a subversão». (*El Universal*, Caracas, edição de 26 de Junho de 1980). A polícia judiciária venezuelana encontrou diversas armas que pertenciam ao grupo nos escritó-

rios da empresa *Inversiones Rio de La Plata*. Foi também localizada uma carreira de tiro na quinta Arielba, onde foi consumado o assassinato.

Primeira quinzena de Agosto de 1980. Nesse período desapareceu, em Porto Alegre, Brasil, o sacerdote argentino Jorge Adur, vinculado ao Movimento Peronista Montonero, para, poucos dias depois, aparecer morto na Argentina. O facto foi denunciado pela *Imprensa brasileira*.

19 de Agosto de 1980. A União Revolucionária do Povo denuncia a existência de um tratado de assistência militar entre as Honduras e a Argentina, assinado em Abril de 1980, que mais não seria, na realidade, que um convénio para a luta contra a «subversão» utilizando os métodos da junta militar argentina: grupos paramilitares, sequestros e tortura. Após a assinatura do tratado, o vice-ministro das Relações Exteriores da Argentina, o contra-almirante Carlos Cavándoli, passa a viajar frequentemente para Tegucigalpa, como elo de ligação entre a junta militar de Buenos Aires e os quatro oficiais do exército argentino — um deles de nome Correa — que dão assessoria aos grupos paramilitares das Honduras.

2 de Setembro de 1980. O ministro da Defesa do Paraguai, general de divisão Marcial Samaniego, declarou que, apesar de não se poder afirmar a existência de uma aliança para a defesa dos países do Cone Sul, «há já muito tempo que há um acordo tácito» e «um entendimento». «Sempre realizamos reuniões ligadas à compreensão das políticas do Cone Sul. Há uma praticidade e uma realidade que estamos a pôr em prática», afirmou.

(*) Todas as informações desta cronologia apareceram nas datas indicadas nas seguintes publicações: *Diario de Marka* (Lima, Peru); «X» (*Equis*), *Semanario del Pueblo Peruano*; *El Universal* (Caracas, Venezuela); revista *Interviú* (México, DF); *Ovaciones* (México); *El Día* (México); *Uno más Uno* (México); *La Nación* e *Clarín* (Buenos Aires); *Washington Post* (Washington, Estados Unidos); *Zero Hora* (Porto Alegre, Brasil).

Recuperar o estado de direito

A 7 de Maio, o doutor Ricardo Balbín, presidente da União Cívica Radical, reuniu-se com o ministro do Interior. O líder da segunda força eleitoral do país, manifestou a necessidade de iniciar os passos para sair da emergência, «o que significa, a nosso ver, iniciar o caminho da recuperação do estado de direito». Mostrou que a organização dos partidos políticos é fundamental, e que ela não está dirigida de modo exclusivo, para um processo eleitoral mas, sim, para uma estruturação dos instrumentos vitais da democracia.

Se bem que muitos dos pormenores da entrevista não fôssem comunicados à imprensa, apercebeu-se, pela entrevista dada posteriormente, pelo líder radical aos representantes dos meios de comunicação na Casa Rosada, que Balbín evitou usar um tom enérgico em relação ao governo, atitude que foi censurada pelos outros líderes radicais.

Por outro lado, a imprensa nacional argentina atreveu-se a qualificar o encontro de «áspero». Diferentes fontes acreditam inclusive, que o doutor Balbín tenha criticado os limites impostos pelos militares ao diálogo.

Além do que transpirou, cabe apontar a existência de profundas divergências no seio do Partido Radical. Dois dias antes da entrevista do presidente da UCR com Harguindéy, um grupo de activos militantes das fileiras do radicalismo solicitou, numa «carta aberta», a Ricardo Balbín «que decida (Balbín) abster-se de participar no diálogo até que o Governo militar garanta a vigência, no nosso país, de um verdadeiro Estado de direito». Mesmo assim, a direcção da UCR, ao fixar a sua posição em relação ao diálogo político, afirmou que «já em Abril de

1978, homens que expressavam legitimamente o pensamento do partido, disseram que não fariam o jogo dos sectores que pretendem polarizar as alternativas políticas». Acrescentaram que é essencial que as consultas sejam feitas com as reconhecidas lideranças dos próprios partidos políticos; e que, enquanto for mantido o actual esquema de Poder e se ratifique que os poderes nacionais e provinciais serão eleitos pela vontade exclusiva dos três comandantes das Forças Armadas, «só se reproduzirá um facto consumado que, ao marginalizar a participação do povo, isolará o Governo e dará força à conspiração antidemocrática de interesses e grupos marginais».

Por outro lado, um dos mais importantes pronunciamentos do radicalismo face ao actual regime, foi a sua recente crítica à gestão económica. A redacção do documento esteve a cargo de Juan Carlos Pugliesi, Roque Carranza, Félix Elizalde, Juan Manuel Moure, Rubén Rabanal (filho) e Alfredo Concepción, vinculados ao governo do ex-presidente Arturo Illia.

Assim, a UCR, o segundo partido político pela sua importância quantitativa, reúne no seu seio correntes



Os peronistas exigem a libertação de Isabelita para participarem no diálogo com o governo

muito opostas como as que formulam Raul Alfonsín, outros dirigentes do interior do país e o próprio representante da UCR no diálogo político.

E, entre salas e ante-salas (enquanto o Governo rotula de inescrupuloso aquele que acredita que o processo se esgota nas urnas, nas eleições, nos comités e no Parlamento e, além disso, sustenta que o regime actual mantém «vasos comunicantes», amistosos ou não, com os mais diversos sectores da sociedade), os peronistas pronunciaram-se, igualmente, sobre o assunto.

Severa crítica do peronismo

O Movimento Nacional Justicialista (peronista), condicionou a sua participação no diálogo à normalização da actividade partidária e à libertação da ex-presidente María Estela Martínez de Péron. Contestou as condições do diálogo, tanto pela selecção arbitrária dos interlocutores quanto pela natureza dos temas a debater. Reafirmou que é obrigação peremptória assegurar uma constituição ao País, no mais breve prazo, sem ambiguidades, com a participação de todos os sectores políticos e sociais e sem veladas intenções continuistas.

Em 18 de Junho, o justicialismo raticou esses princípios, num dos mais importantes documentos políticos dos últimos anos, onde critica, severamente, a situação institucional, política e económica do País.

Depois de fazer uma resenha da actividade do governo desde a sua instalação no poder, em Março de 1975, lê-se no documento que o MNJ:

— reitera ter-se visto o governo da senhora Perón hostilizado pelos «grupos económicos cuja influência sobre a actuação do governo castrense sugere, hoje, a realidade de interesses poderosos, os quais trans-

cedem, inclusive, a esfera das Forças Armadas»;

— assinala que, se as Forças Armadas retêm o governo, «longe de indicar uma plenitude de poder, revela, não só incapacidade para as soluções revolucionárias, como também impotência para produzir o sucessor»;

— sublinha que a política exterior argentina «nunca esteve tão confusa, e tão incerta na defesa da integridade territorial»;

— realiza um exame crítico onde se julga a gestão económica oficial. Esclarece que a desordem monetária e financeira, «de efeitos ainda imprevisíveis e que já inflige uma imensa perda ao erário público, não é senão uma consequência da desordem de base que arrasta a gestão económica, submetida a preconceitos sobre o país e a modelos exóticos que distorcem a realidade»;

— exorta o regime a convidar as forças políticas nacionais a reunirem-se a fim de elaborarem «um plano de emergência».

Finalmente, reclama a liberdade de Isabel Perón e de todos os presos políticos. Assinam o documento, publicado pela imprensa argentina, o comando máximo do partido e mais de cinquenta membros da direcção.

Este é, no momento, o magro consenso que a Junta Militar conseguiu, depois de meses de «diálogo». A sua posição gira em torno de três eixos fundamentais: a impossibilidade de admitir que o exército, vencedor na «guerra anti-subversiva», seja julgado, a institucionalização das Forças Armadas no poder e o gradualismo eleitoral, segundo prazos e procedimentos rígidos com a ajuda de um monólogo, onde eles só estão dispostos a escutar o seu próprio eco na voz dos interlocutores civis que os membros da Junta elegeram: aqueles dispostos a avalizar o plano económico de Martínez de Hoz. □

A "abertura" de Pinochet

A oposição ultrapassou as restrições do «estado de exceção» e desceu às ruas pela primeira vez em sete anos.

Luis Maíra



Quando, às doze horas do dia 21 de Março de 1980, o governo chileno comunicou o início da visita de Augusto Pinochet a diversos países do Pacífico, o tom das declarações reflectia uma segurança que poderia ser classificada de

quase arrogante.

O ministro de Relações Exteriores, Hernán Cubillos, anunciou que o isolamento do Chile chegara ao fim graças à abertura para «a bacia oceânica que, no século XXI, verá civiliza-

ções novas e ascendentes em seus afluentes».

Desastre nas ilhas Fidji

Pinochet e os seus colaboradores não poderiam imaginar que a viagem

empreendida às ilhas Fidji e Filipinas iria terminar no maior fracasso diplomático, nunca antes registado pela diplomacia chilena: os habitantes de Fidji saíram às ruas para protestar contra o visitante e o ditador filipino, Ferdinando Marcos, negou-se a recebê-lo.

Esse gigantesco fracasso teve repercussões que fizeram tremer a estrutura do regime estabelecido em Setembro de 1973. Ao chegar a Santiago, Pinochet solicitou, publicamente, a renúncia do ministro de Relações Exteriores, considerado como um dos mais dispostos e hábeis partidários de uma abertura política. Hernán Cubillos propunha institucionalizar o regime surgido com o golpe, privilegiando claramente a abertura em detrimento da permanência do próprio Pinochet no poder.

Antigo colaborador do diário *El Mercurio*, o ex-ministro contava com toda uma rede de contactos entre os empresários e técnicos que

acreditavam ter chegado a hora de uma mudança que melhorasse a face do governo e que projectasse, estrategicamente, o essencial do modelo económico e dos projectos políticos executados nos últimos sete anos.

«Duros» e «brandos»

O afastamento de Cubillos desencadeou uma série de reacções. Em poucas semanas, apareceram brechas entre os «duros» e os «brandos», partidários da ditadura. As disputas tiveram dimensão pública. Os esforços na luta pela hegemonia sobrepuseram-se a qualquer outro tipo de preocupação, e foram temporariamente esquecidos os inimigos «externos» e «internos» que justificaram o acesso ao poder.

Do lado dos chamados «brandos», ficaram quase todos os integrantes da equipa económica que aplicou no Chile as recomendações da Escola de

Chicago, as facções próximas ao *Opus Dei* e as inspirações dos sectores católicos espanhóis (que têm como tribuna a revista *Qué pasa*) e os integrantes do núcleo ligado a *El Mercurio*, considerado — e com razão — o orientador mais lúcido da direita chilena, que assume a defesa dos interesses da burguesia numa perspectiva de longo prazo.

Os «duros», por seu lado, juntaram-se em torno do general Manuel Contreras, antigo chefe da DINA (policia secreta de Pinochet), reestruturada em 1977 depois da evidente participação, em Washington, no assassinato de Orlando Letelier, e no desaparecimento de mais de 2500 dirigentes políticos e sindicais de esquerda. Próximos destes, situam-se os dirigentes da «Pátria y Libertad», organização fascista que desempenhou um papel decisivo na campanha terrorista de preparação para o golpe de Pinochet contra o governo de Allende.



Chile, 1973. Nada mudou, a repressão é a mesma



Vergara. Assassinado por quem?

Pró e contra Pinochet

Ambos os sectores entraram numa áspera e pública polémica através dos jornais diários e revistas permitidos pela ditadura. Para os partidários de uma rápida institucionalização, a chave do problema consistia em passar por cima dos riscos do poder personalizado. Eram a favor de uma actuação política restrita mas institucional, com regras de jogo claras que permitissem a consolidação dos avanços na direcção de uma economia aberta e a integração do Chile nos circuitos internacionais, através de investimentos estrangeiros e dos projectos das grandes empresas multinacionais.

Para conseguir esse objectivo, consideravam indispensável contar com normas legais estáveis que pusessem fim aos excessos policiais, que seriam desnecessários hoje, depois do regime instalado.

Os «duros», em troca, salientavam o papel do «conductor» político nos regimes autoritários. Na Espa-

nha e em Portugal — insistiam — o regime não foi capaz de sobreviver aos seus criadores e animadores, Francisco Franco e Oliveira Salazar. Isso também poderia ocorrer no Chile se o general Pinochet fosse afastado prematuramente do governo. As exigências nesse sentido seriam o resultado dos apetites daqueles empresários que, sem expor o seu sangue e as suas vidas nas jornadas de Setembro de 1973, souberam colocar-se em funções-chaves do novo governo e agora tinham a pretensão de sacrificar o único homem que assegurava a preservação dos seus objectivos.

Aparecem os «vingadores»

Nenhum dos grupos punha em julgamento o ditador, mas o efeito político dessa disputa foi o enfraquecimento objectivo de Pinochet, que passou da manutenção de um poder absoluto a uma simples e cada vez mais perigosa posição de árbitro entre os seus nominais partidários. A confrontação entre «duros» e «brandos» chegou a um ponto intolerável, ameaçando a integridade do regime autoritário. Uma enorme fraude no imposto de consumo (que envolvia, quando a ditadura proibiu o fornecimento de mais informações, uma quantia superior a 350 milhões de dólares) foi cometida por empresas nas quais o general Contreras tinha interesses directos. Os seus adversários encarregaram-se de divulgar o facto.

Pouco tempo depois, o director das Escolas de Serviços Secretos e de Informação, o general Roger Vergara — um homem da confiança do novo director dos serviços de informação, o general Odlanier Mena, que tivera, por sua vez, importante papel na desarticulação das antigas equipas da DINA — foi assassinado em Santiago à saída da sua residên-



Contreras. A liderança da linha dura.

cia. A operação foi tão impecável que o general Mena e o director do Serviço de Investigações, general da reserva Ernesto Baeza, declararam que, pelas suas características, «não correspondia às acções executadas pelo MIR nem por nenhum outro grupo extremista de esquerda».

A escalada da violência e a virtual perda de controlo do governo sobre as acções repressivas, chegou ao seu clímax ao tornar-se conhecida a existência de um «Comando de Vingadores de Mártires», vinculado ao antigo pessoal da DINA. Essa organização atribuía-se a tarefa de castigar aqueles que se atrevessem a realizar acções contra colaboradores do aparelho repressivo chileno. A comoção tornou-se ainda maior quando a população tomou conhecimento do assassinato do jovem estudante de jornalismo, Eduardo Jara, capturado e torturado pela nova organização.

Pinochet até 1997

Diante desses factos, os assessores políticos recomendaram a Pino-

chet uma solução audaciosa e de grande impacto, antes que fosse demasiado tarde. Tratava-se de impor a unidade entre os seus próprios seguidores, através de um texto constitucional que desse satisfação parcial às expectativas de ambos os sectores, mas que servisse de ponto final à inquietante confrontação pública. Dessa maneira, a convocação do plebiscito do dia 11 de Setembro passado, deve ser vista, antes de tudo, como uma tentativa de Pinochet para retomar a iniciativa política e recuperar a sua capacidade de direcção sobre o conjunto dos seus colaboradores.

Esse objectivo depreende-se do próprio texto constitucional. Em termos gerais, os 119 artigos permanentes procuram a criação de uma democracia «autoritária e restrita» que exclui, de modo permanente do processo político chileno, os parti-

dos de esquerda e as organizações populares, consagrando um sistema de eleições e de actuação do presidente da República e do Parlamento.

O único senão é que essas normas «permanentes» entrarão em vigor, de forma total, somente em 1997.

Antes dessa data, 19 artigos transitórios asseguram a permanência de Pinochet no poder e com uma autoridade quase ilimitada.

Com essa solução, pretendeu-se convencer «duros» e «brandos» de que ambos obtiveram o que procuravam, através de uma solução sábia e prudente. Poucas horas antes de anunciar a convocação ao plebiscito, Pinochet reuniu mais de mil dos seus colaboradores, de ambas as tendências, para lhes exigir unidade e mostrar, de maneira drástica, que as divisões e os debates tinham terminado.

Um «não» unitário

Na lógica da ditadura, ao ver-se obrigado a convocar o referendo, Pinochet deveria pagar, inevitavelmente, o seu preço. O preço mais caro era interromper o chamado «recesso» político e dar alguma oportunidade de expressão a alguns sectores da oposição, particularmente ao Partido Demócrata Cristão que, até 1973, foi a primeira força política do país (superado somente pela esquerda unida). Mas, em contrapartida, os conselheiros do ditador alertaram-no para o facto de que, ao fixar, para datas muito distantes, as novas regras do jogo político, permitiria o estabelecimento de um profundo abismo entre os grupos defensores da abertura política e os sectores mais moderados da Democracia Cristã, entre os quais havia sido aberto um diálogo informal, resul-



A oposição foi às ruas denunciar a farsa do plebiscito

tado de uma objectiva coincidência de interesses.

De facto, o dinamismo com que a oposição se exprimiu, ultrapassou todos os cálculos da ditadura. Entre 10 de Agosto e 10 de Setembro, o Chile viveu um clima de inusitada efervescência política.

O repúdio aos projectos de consolidação do regime teve uma dimensão unitária e alcançou a sua mais forte expressão nas organizações sociais. Mais do que os partidos, foram os sindicatos, os organismos juvenis e os comités populares e de camponeses, que deram combate à ditadura, alcançando êxitos que se repercutiram nas principais cidades do país, principalmente em Santiago.

Tendo como porta-voz o grupo de estudos constitucionais, conhecido como o «Comité dos 24», as forças democráticas passaram à ofensiva, destruíram, através da discussão, o conteúdo da proposta da nova Constituição e tiveram enorme êxito nos seus esforços para desprestigiar, internacionalmente, o plebiscito.

O repúdio universal incluiu uma declaração formulada pelo Departamento de Estado norte-americano, uma declaração de condenação do Parlamento Europeu e outra dos partidos políticos latino-americanos vinculados à Internacional Socialista.

Fechar as brechas

Mas, verdade seja dita, não era a legitimação internacional que Pinochet procurava nessa ocasião, mas sim fechar as brechas que haviam aparecido no seu próprio governo e fortalecer o seu comando político. Dessa maneira, o balanço político trouxe vantagens para ambos os lados, e Pinochet não registou deserções importantes entre aqueles que o apoiavam.

Um sector da direita, formado por

ex-parlamentares dos antigos partidos Liberal e Conservador, entre os quais se destacam os ex-senadores Francisco Bulnes Sanfuentes e Patricio Philips, reuniu-se para deliberar se apoiavam ou não o ditador. Concordaram finalmente em fazê-lo, apesar de algumas reservas. Atitude idêntica foi registada no interior das Forças Armadas, que sempre demonstraram um apoio sem restrições ao ditador, embora se saiba que entre os oficiais da Marinha e da Força Aérea existem severas críticas à sua condução política. Nem mesmo a oposição ao projecto constitucional, por parte do ex-comandante-em-chefe da Força Aérea e membro da Junta, o general Gustavo Leigh, teve efeito significativo nesse sector.

A astuta manobra de chamar o povo a optar entre a sua proposta e a situação que prevalecia nos dias anteriores ao golpe de Estado («ordem ou caos»), assim como uma utilização maciça de todos os meios de comunicação social para criar um clima de temor e instabilidade entre os sectores da classe média, permitiram ao governo obter uma percentagem de apoio de grupos eleitorais que, em condições normais, teriam optado pelo repúdio ou a abstenção.

Ofensiva da oposição

A oposição, por seu lado, conseguiu ultrapassar as restrições próprias do estado de excepção e saiu, pela primeira vez, às ruas, em sete anos. Perturbou o governo com reivindicações, que este se viu obrigado a negar (como ocorreu com o pedido feito pela Coordenadora Nacional Sindical para fazer uma reunião pública) e a fazer concessões, contra a sua vontade, como aconteceu com a petição do Partido Democrata Cristão para a realização de um acto público no Teatro Caopolicán. Nesse acto, o ex-presidente Eduardo Frei

falou para uma multidão de 50 mil pessoas.

Durante o debate público, os representantes da oposição suplantaram os do governo e, em alguns momentos, teve-se a sensação de que, finalmente, as forças da oposição tinham passado à ofensiva. Com base no trabalho do «Grupo dos 24», pôde-se articular uma proposta alternativa à de Pinochet onde, em síntese, era exigida a sua saída do governo, a criação de um governo cívico-militar por um prazo entre dois ou três anos e a convocação, através de processos democráticos, de uma Assembleia Constituinte.

A campanha para que se fizesse frente ao plebiscito constituiu-se na primeira acção pública conjunta de toda a oposição contra a ditadura; os êxitos parciais alcançados, geraram uma dinâmica própria que tornará difícil, no futuro, que alguém possa rejeitar novas propostas de coordenação.

Entre os êxitos da oposição, podemos também assinalar a sua capacidade para desviar o debate do texto da proposta de Pinochet, para o concentrar nos vícios da convocação e na ilegitimidade do governo que a realizava. Isso permitiu alertar a opinião pública sobre a manipulação fraudulenta do acto de 11 de Setembro e das suas consequências.

O plebiscito não foi o fim de um episódio político mas sim o ponto de partida de uma nova etapa na ofensiva contra a ditadura. O facto de se ter conseguido isso representa o verdadeiro desafio para todos aqueles que se pronunciaram contra a proposta de Pinochet.

As «sete modernizações»

A actividade política provocada, no Chile, em torno da aprovação da Constituição de Pinochet, representa mais uma etapa na complexa luta

entre a democracia e a ditadura.

Pinochet conseguiu um repouso tático. Pode agora reestruturar a sua base de apoio e tentar a superação das diferenças existentes entre os seus seguidores. A principal incerteza é se o ditador poderá, efectivamente, controlar politicamente a transição de oito anos que a Constituição prevê entre 1981 e 1988, ou se, pelo contrário, esta dará origem a uma disputa ainda mais aguda entre «brandos» e «duros».

Os dados existentes indicam a perspectiva de tal conflito. Pinochet anunciou a constituição de um movimento cívico-militar disposto a apoiá-lo. Os «brandos» desentenderam-se e parecem dispostos a não participarem activamente, enquanto que os «duros» demonstram uma grande pressa em materializar esse

projecto, dando ao novo organismo um papel político dirigente dentro do que denominam a consolidação do regime militar.

Entretanto, os grupos que ontem advogavam a abertura, defendem hoje, com ênfase, o aval ao modelo económico e, em especial, o chamado programa das «sete modernizações», que resume as áreas prioritárias em que (na opinião dos economistas formados na Escola de Chicago) devem ser efectuadas transformações drásticas. Essas mudanças seriam os pré-requisitos para qualquer perspectiva política futura e deverão criar os diques de contenção que podem resistir, eficazmente, às marés da democratização dos próximos anos.

A primeira dessas modernizações foi o Plano Laboral, cujo objectivo

era mudar as condições de organização da classe operária chilena e as suas margens de negociação com os sectores empresariais. Neste momento, dá-se prioridade à reforma da previdência social que, deve acabar de dismantelar os resíduos do velho «Estado paternalista» e proceder à reestruturação da administração pública para erradicar as antigas influências políticas e consolidar uma hegemonia tecnocrática e conservadora.

O dilema da oposição

Essa aparente diferença de pontos de vista poderia oferecer oportunidades políticas àqueles que ainda continuam a pensar numa transição gradual e pacífica da ditadura à democracia no Chile. O facto concreto é que, além das dificuldades políticas que enfrenta Augusto Pinochet, este conseguiu impor um «cronograma» que lhe garantirá, possivelmente, uma longa permanência no poder. Para apoiar essa aspiração, ele conta, no seio do *establishment* que criou, com uma força material mais do que suficiente.

Aqui reside o dilema fundamental da oposição. Nos dias do plebiscito, a impressão foi a de que, dentro dessa oposição, garantia-se um domínio das posições centristas. Para isso, contribuiu o destacado papel da Democracia Cristã e o reaparecimento, no cenário público, do ex-presidente Frei, cujo talento e coerência criaram uma revalorização da sua imagem pública. Isso poderia levar a esquecer que os regimes de força demonstram que os ditadores não são depositos com exortações e propostas alternativas que fiquem no papel, mas somente através de intensas mobilizações sociais capazes de culminar em momentos de efectiva acumulação de força material.



Frei. Contra Allende em 73 e agora contra Pinochet



Leigh. Restrições no projecto constitucional sem afectar a estabilidade de Pinochet

Se algo foi posto às claras nesse período, é que Augusto Pinochet não está disposto a deixar pacificamente o poder. No seu sentido mais exacto, o significado final do plebiscito e da nova Constituição foi uma notificação, bem clara, do ditador, de que pensa ficar no poder até 1997, ou seja, mais dezasseis anos.

Poderá a oposição chilena, com as suas profundas tradições legislativas e os seus prolongados hábitos parlamentares, encarar esse desafio no único terreno em que a sua acção pode ser eficaz? Poderá intensificar o processo de reconstrução do movimento popular e das organizações sociais que lhe permitam montar um cerco efectivo em termos de desobediência civil e resistência aos projectos de um regime que, ao ter perdido o seu carácter provisório, tornou-se mais ilegítimo que antes? Poderá superar as suas limitações de condução política e vontade unitária, até chegar a definir um projecto histórico novo, capaz de revalorizar a democracia num nível de participa-

ção popular e transformações sociais eficazes?

O supremo recurso da rebelião

Os primeiros indícios surgidos depois do plebiscito poderiam parecer animadores. As evidências de fraude levaram até o presidente da Democracia Cristã, Andrés Zaldívar, a admitir que «se todos os caminhos da racionalidade se fechavam, somente ficariam abertas, para as novas gerações as vias da violência». Por outro lado, o raciocínio dos partidos de esquerda, expresso através de uma declaração pública emitida em Santiago na segunda quinzena de Setembro, é muito semelhante, e mais claro e categórico ainda: «Fechados os caminhos, o povo reivindica hoje o seu direito de resistir à opressão, que terá de se expressar através dos mais variados, maciços e efectivos métodos e formas de luta, inclusive o «supremo recurso da rebelião contra a tirania e a opressão» (Declaração Universal dos Direitos Humanos). A legitimidade de tal

opção viu-se confirmada por sete anos de constantes atropelos e pela ausência de qualquer esperança de que a tirania modifique os seus objectivos e a sua prática... Daí que as perspectivas democráticas só se verão realizadas na luta perseverante de todo o povo chileno para derrubar o regime injusto e opressor que o 'plebiscito' busca legitimar».

Lucidez política não falta entre os partidos da esquerda chilena que realizam essa análise (a declaração foi assinada pelos Partidos Socialista, Radical, Comunista, MAPU, MAPU Operário e Camponês e Esquerda Cristã). O que interessa agora, é que essa linha se traduza em acções com uma efectiva vinculação táctica e estratégica que permitam, dentro de pouco tempo, falar com segurança de uma «resistência chilena», isto é, de uma força política e social capaz de dar um horizonte e perspectiva de poder à vontade histórica do povo de Salvador Allende de conquistar finalmente, para si, a democracia e a liberdade. □

URUGUAI

Plebiscito: entre a repressão e a fraude

*A oposição ao projecto constitucional dos militares
une as diversas correntes democráticas*

Juan Álvarez



S E a maioria dos uruguaios se pronunciar, no próximo dia 30 de Novembro, contra o projecto constitucional elaborado pelos militares, isso «seria um indício de que a população está de acordo com a situação actual», declarou, à Imprensa, o comandante da Marinha uruguaia, o vice-almirante Hugo Márquez.

É estranha a lógica dos governantes militares. Se o seu projecto de institucionalização do poder militar for aprovado, eles ganham. Se for recusado, ganham também. No primeiro caso, a ditadura baseada em «actos institucionais», continuaria, com ligeiros retoques, incorporando o substancial desses actos na Constituição. No segundo caso, tudo continuaria como até agora. E, em ambos os casos, «por vontade popular».

E a lógica dos vencedores. E, como declarou o comandante-chefe do Exército, o general Luís Queirolo, «não se impõem condições aos vencedores». Os vencedores, como é sabido, são os generais que derrotaram militarmente a guerrilha, em 1972, e usurparam todo o poder político no ano seguinte. Os vencidos, na opinião de Queirolo, não são apenas «os subversivos», mas também «os que apostaram numa justiça atemorizada pela subversão, os que acreditaram que os problemas da nossa economia seriam resolvidos percorrendo-se os centros financeiros mundiais em atitude de mendigos, e os que quiseram ver as Forças Armadas corrompidas, ideologicamente, sem força moral, enfim uma situação na qual a política partidária tivesse o controlo».

Estes últimos (os políticos) são os 280 cidadãos que exerceram cargos legislativos, que foram candidatos à presidência por algum dos partidos tradicionais (o Nacional, ou «blanco», e o Colorado), ou que in-



Aparicio Mendez

tegraram a direcção desses partidos e que têm, actualmente, os seus direitos políticos suspensos. Como os partidos de esquerda foram remetidos à ilegalidade, as actividades sindicais restritas a um mínimo de participação, as universidades sob intervenção e a Igreja sob censura, a aparente vida política do país restringe-se às opiniões de alguns jornalistas, às divagações dos membros do Conselho de Estado, (em número de vinte e cinco e nomeados pelo presidente) e às bravatas dos vinte e oito militares que integram a Junta de Oficiais Generais.

Um acto de fé

Para a oposição popular, clandestina, só há uma resposta: a repressão. Que esta oposição existe e cresce, é um facto reconhecido pelo próprio general Queirolo, numa outra decla-

ração digna de figurar numa antologia de disparates: «A infiltração marxista é como os que acreditam em Deus, mas não o vêem. A infiltração existe (...), infiltra-se, deslisa e é uma presença que se apercebe, que se nota». E, para enfrentá-la, confia-se cegamente na eficácia dos serviços de espionagem, nas técnicas de tortura e na colaboração das ditaduras vizinhas. A «subversão» justifica a manutenção do aparelho repressivo. E se não há provas visíveis da sua presença, é apresentada como acto de fé. É como crer em Deus.

Em troca, os políticos proscritos dos partidos tradicionais (na esquerda as cassações são estimadas em quinze mil, mas essas não contam) são um problema muito complicado para os militares, que sabem da sua existência, necessitam deles, ainda que prefiram ignorá-los.

O dilema é este: um comunicado

oficial da presidência reconheceu que as «situações de emergência privaram a República da imprescindível institucionalidade para encarar as dificuldades do futuro, prejudicando o seu prestígio internacional pela continuação, desnecessária, desse estado de coisas». Elaborou-se, então, um «cronograma» que prevê a aprovação de uma nova constituição em Novembro, para, em seguida, admitir a actuação de partidos políticos, segundo um estatuto a ser elaborado, que manterá as proscricções da esquerda e dos 280 condenados à «morte política». Em 1981 seria eleito presidente um candidato único, previamente aprovado pelos militares.

Esse plano foi aprovado pelo presidente Carter, que, ao receber as credenciais do embaixador uruguaio em Washington, o ex-presidente Jorge Pacheco Areco, declarou o seu «reconhecimento e satisfação pelos esforços de regresso à normalidade». Mas não houve a mesma «satisfação» no país ao serem conhecidas as limitações que os militares impuseram à nova Constituição. Sete semanas antes do plebiscito, a Assembleia Constituinte (integrada pelos 28 generais, brigadeiros e vice-almirantes em actividade, pelos 25 membros do Conselho de Estado e pelo presidente Aparício Méndez e os seus 10 ministros) ainda não se manifestara, de modo que a discussão pública cen-

trou-se sobre as citadas limitações, que anulam o Poder Judiciário e o subordinam à presidência, ampliam as faculdades do Executivo, restringem os poderes do Legislativo e institucionalizam a tutela militar sobre a vida política.

«Se essas limitações fossem plebiscitadas, eu votaria, sem dúvida, não», foi o título do editorial do jornalista Enrique Tarigo, no semanário *Notícias*. «O Partido Nacional não tem outra alternativa senão opor-se à ratificação de uma reforma de cuja elaboração não tenham participado os cidadãos», afirma um documento divulgado pelo «Triunvirato Blanco», ou seja, a Direcção Executiva do Partido Nacional.



As técnicas de repressão utilizadas desde 1968 permanecem ainda hoje

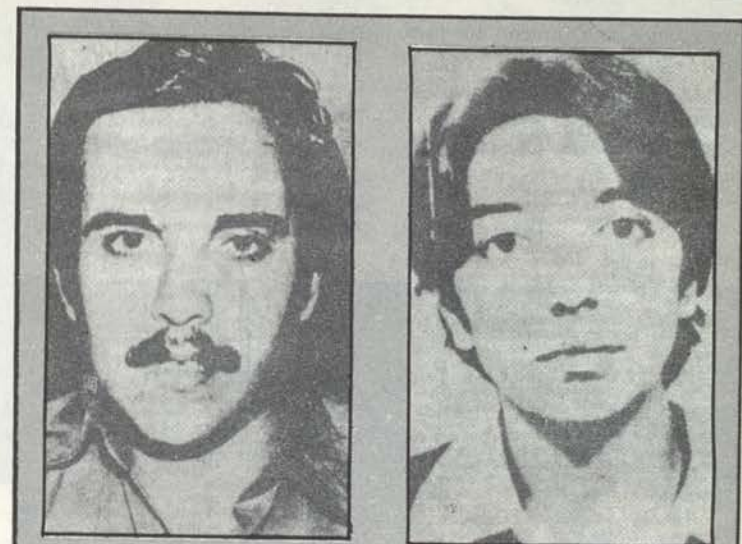
(«Blanco»). «Os companheiros do Partido Colorado solicitarão que a votação seja pelo não», declarou, por sua vez, em entrevista à rádio, o ex-candidato presidencial «colorado», Jorge Battle.

O brigadeiro Cardozo, comandante-chefe da Força Aérea, teve que reconhecer que «o processo de governo cívico-militar não encontrou, nos cidadãos, todo o apoio, que necessitávamos para a reconstrução do país». Muitos oficiais começaram a preocupar-se com a possibilidade de que a votação fosse tão maciça no não, que nenhuma fraude pudesse ocultá-la. E, apesar do entusiasmo com que alguns velhos dirigentes declararam que o não seria o apoio à actual ditadura, os estrategas mais lúcidos dão a entender que isso seria uma derrota política de primeira ordem para o regime militar.

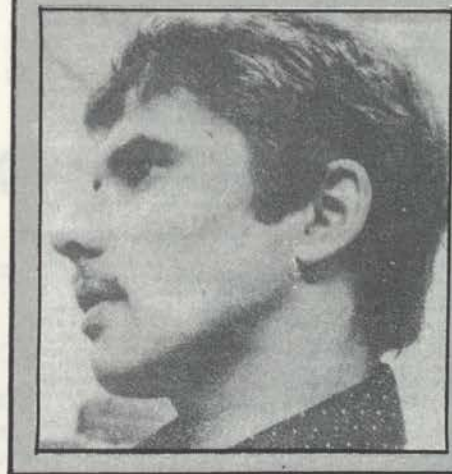
Um diálogo limitado

Assim, enquanto, por um lado, era incrementada a repressão contra as organizações de esquerda — a detenção da direcção da Associação de Empregados Bancários e a prisão do respeitado presidente do Partido Socialista, José Pedro Cardozo, e de vários militantes socialistas — uma ordem policial autorizou a realização de reuniões políticas, sempre que delas não participassem dirigentes cassados. A ideia é conseguir a reorganização, com políticos submissos, algo que se assemelhe aos tradicionais partidos «blanco» e «colorado», para que possa ser levado por diante, com o devido apoio, o «cronograma».

A Comissão de Assuntos Políticos das Forças Armadas (COMASPO), encarregou-se de dar início ao «diálogo», e o general Abdón Raimúndez recebeu as duas «comissões» sucessivamente representativas de



Universindo Rodrigues e Lillan Cellberti, sequestrados no Brasil e torturados no Uruguai: em acção o esquema internacional de «segurança» do Cone Sul



O ex-soldado Hugo Walter García, renegou a repressão e asilou-se na Finlândia. A quebra do sigilo e a denúncia para o mundo

«blancos», «colorados» e o pequeno partido de extrema-direita, a União Radical Cristã, cisão, em 1971, da Democracia Cristã, quando esta decidiu integrar a Frente Ampla.

Os políticos coincidiram nas suas reclamações de pronta reabilitação dos dirigentes proscritos, liberdade de acção para os partidos «democráticos» e um eventual adiamento do

plebiscito, para que o projecto constitucional pudesse ser modificado.

Não conseguiram nenhuma das suas pretensões, mas as entrevistas deixaram uma certa inquietação na cúpula militar. «Por não se ter contactado, mais directamente com a população — comentou o general Alberto Ballestrino, director da Escola de Armas e Serviços — e pelo

não funcionamento pleno dos partidos políticos, não sei se chega ao nível do cidadão comum o conhecimento daquilo que será votado em Novembro». Esta é uma forma hábil da admissão de um voto negativo maioritário.

Assim, depois de haver criticado, durante tantos anos, os dirigentes

políticos tradicionais pelas suas proverbais divisões, a COMASPO recorreu à velha fórmula de «dividir para reinar» e admitiu, como interlocutores do «diálogo», a «Restauração Nacionalista» — um grupo de «blancos» dispostos a colaborar com a ditadura — e o chamado «Comité Executivo Provisório Nacional do

Partido Colorado». «Nós apoiamos a reforma constitucional e aconselhamos o voto *sim* no plebiscito», declarou o ex-deputado Wilson Carviotto, porta-voz destes últimos. Alberto Heber Usher, ex-presidente do Conselho Nacional do Governo, pronunciou-se, também, por essa alternativa, embora, como confessou, «não estudei, detalhadamente, o projecto e pode haver alguns erros».

Parece consumir-se, assim, uma divisão no seio dos partidos tradicionais, entre os seus grupos mais representativos (os cassados) e pequenas minorias dispostas a ganhar espaço político fazendo o jogo dos militares.

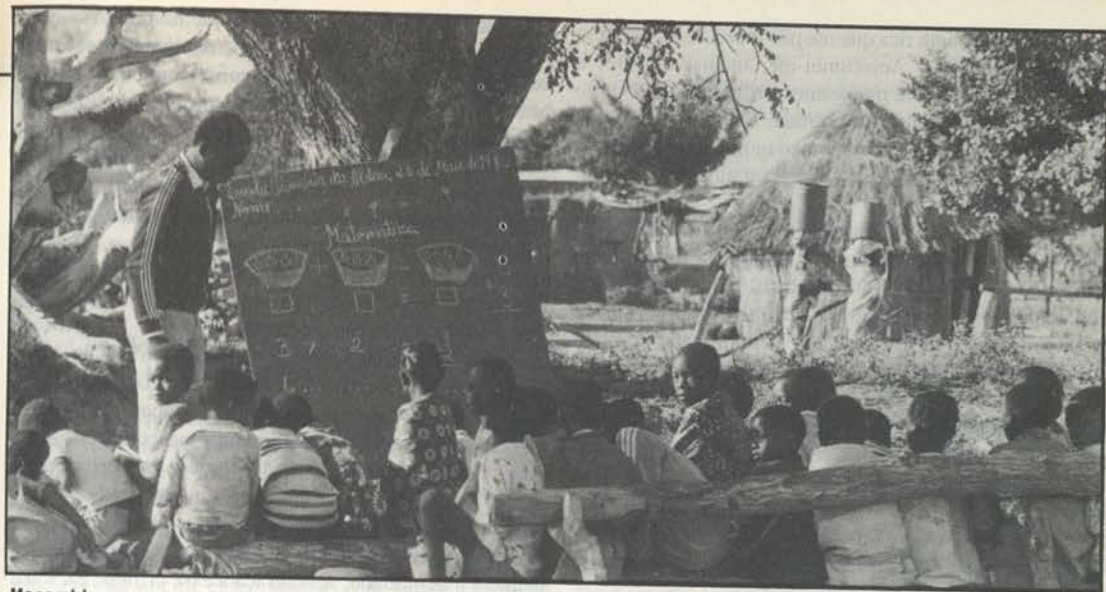
O nome «Convergência Cívico-Militar» — como se autodenomina o regime — é uma clara alusão ao movimento de «Convergência Democrática», iniciado no exílio por um grupo de personalidades dos «blancos», «Colorados» e da Frente Ampla, com claras definições antiditatoriais.

À luz dos acontecimentos do Chile, não se pode esperar grandes surpresas no plebiscito de 30 de Novembro. A intimidação, a confusão da população desinformada e — o mais provável — a fraude pura e simples, farão com que, a 1 de Dezembro, seja anunciado o triunfo indiscutível do «cronograma» militar.

Mas, o importante é que em torno do *não* — uma palavra de ordem, simples e mobilizadora, que já começou a aparecer em Montevideo e outras cidades uruguaias em volantes impressos clandestinamente — criou-se uma ampla coincidência, de facto, entre a oposição de esquerda e amplos sectores dos partidos tradicionais. Uma condição necessária, na opinião dos observadores, para o início do movimento que terminará com a ditadura uruguia.



Juan Ferrelra (ao centro), presidente da Convergência Democrática: unidade contra a ditadura



Moçambique

Paulo Freire: a alfabetização é um acto político

BRASIL

*Os 15 anos de exílio:
os trabalhos no Chile, nos Estados Unidos,
na Europa e na África.*

Paulo Freire, onde esteve você nestes 16 anos de exílio?

Estive pouco tempo na Bolívia. Mas mal eu cheguei houve logo um golpe contra o Estenssoro. Da Bolívia fui para o Chile, onde estive quatro anos e pouco. Deixei o Chile no começo de 1969 e passei quase um ano nos Estados Unidos da América, em Cambridge. Dos EUA fomos para Genebra, onde ficamos até ao dia 15 de Junho deste ano. Cheguei aqui, ao Brasil, de novo no dia 16.

Em todos esses países você trabalhou sempre no domínio do planeamento da Educação?

Nem sempre estive na função de planeamento; mas estive sempre ligado à educação: ora como professor, como foi o caso dos EUA, por exemplo, ora como assessor de instituições.

E em Genebra?

Paulo Cannabrava

Em Genebra estive como consultor do Departamento de Educação do Conselho Mundial das Igrejas, desde 1970. E foi muito interessante. O Conselho Mundial de Igrejas, através do seu departamento de Educação, ofereceu-me uma possibilidade que eu não tinha tido até então: andar pelo mundo e conhecer o mundo.

Foi a partir do Conselho Mundial de Igrejas e através dele que andei por África, parte da Ásia, toda a Europa, ora participando em seminários locais ou regionais, dando conferências em universidades, ora dando assessoria a governos, como foi o caso das antigas colônias portuguesas depois da independência.

O Conselho Mundial de Igrejas ofereceu-me uma oportunidade extraordinária, de uma riquíssima aprendizagem. Aprender no contacto com novos problemas, com novos desafios. Foram realmente 10 anos de uma

experiência bastante rica que me pôs face a face com uma série de problemas. Acostumei-me, inclusivamente, a ver de forma diferente os mesmos problemas no campo da educação, no campo da política. Vi claramente, por exemplo, como os problemas pedagógicos são sempre problemas políticos, que se expressam na pedagogia, no acto educativo.

Volto ao Brasil contente por ter vivido intensamente num tempo tão difícil, que é o tempo da distância, o tempo do exílio. Mas volto ao Brasil com a humildade não demagógica, com a humildade que a própria riqueza da experiência que tive me deu. A humildade de estar absolutamente convencido que os 10 anos de Europa e de mundo, juntamente com os outros quatro anos e meio de Chile, ou seja, os 15 anos de exílio, não me deram o direito de, ao regressar agora ao Brasil, pretender ensinar o Brasil. Pelo contrário, dá-me a oportunidade de reaprender o nosso país.

Acho que é essa a posição de qualquer exilado que tenha bom senso. O país não parou enquanto estivemos fora. Isso seria uma pretensão absurda.

Por isso é que estamos aqui a reaprender tudo, até a maneira de andar, de atravessar uma rua...

Quais são os seus planos no Brasil?

Bem, eu vou preponderantemente trabalhar em São Paulo, mas não exclusivamente. Creio que na Universidade Católica. Recebi esse convite quando ainda estava fora do Brasil. Venho trabalhar ao nível da pós-graduação e desenvolver um certo tipo de assessoria, onde espero reaprender a nossa realidade.

Irei trabalhar, também, com o Instituto de Acção Cultural que nós criámos em Genebra e cuja equipa está a voltar ao Brasil. Vamos dar assessoria às equipas de D. Paulo Evaristo Arns. Há também um convite que me honra muito, da Universidade de Campinas, mas cuja decisão não foi ainda tomada. Caso se concretize, será formidável; até porque as equipas com que iria trabalhar na Unicamp são excelentes. Tive contacto com elas em Março deste ano e no ano passado.

Ser ou não ser

Qual a diferença básica que sofreu o Paulo Freire em termos conceituais na área da educação?

Eu costumo sempre dizer que nós, os chamados seres humanos, na verdade, para **ser** temos que **estar sendo**. O mesmo é dizer que nos encontramos constantemente inseridos num processo de aprendizagem que se dá numa realidade e com uma realidade que não é ou que, também, para **ser**, precisa **estar a ser**. Isto é, somos os seres humanos e a própria realidade histórica inacabados.

Estamos permanentemente fazendo-nos, refazendo-nos, na própria prática da transformação da realidade. Nesse sentido, creio, evidentemente, que há pessoas que não têm a vivência intensa e profunda do seu

estar sendo. O que quero dizer é que há pessoas que se cristalizam demasiado e, por isso, em lugar de **estarem sendo**, elas param no que **foram**. Enquanto que há pessoas que têm uma consciência bastante lúcida e inquieta em torno de não ser o que foram mas de procurar **vir a ser**. Creio, pois, que não é falta de humildade da minha parte se eu disser que estou a **ser cada vez melhor**. O que quer dizer: **cada vez procurar estar sendo**.

Ora, nesse sentido o que se passa é que o Paulo Freire, o homem, nordestino da cabeça chata, que gosta da água quente do mar, o Paulo Freire de 1964, existe dentro de mim, mas há também o Paulo Freire de 1980. Eu não poderia ter vivido o exílio, que foi uma grande escola, sem que essa experiência me tocasse. Por isso, quando me fazem críticas tomando-me como coisa parada, fico espantado. Quando alguém me critica, por exemplo, em função de uma certa ingenuidade que expressei num dos meus livros e toma essa ingenuidade como se eu tivesse parado na história e a história parada naquela ingenuidade, acho graça a esse crítico. Eu sou o primeiro a rever-me.

O processo de aprendizagem que eu jamais cortei, que jamais foi cortado com a minha saída do Brasil em 1964, no Chile, nos EUA, na Europa, na África, na Ásia, etc., mostrou-me fundamentalmente o óbvio que nos meus livros não estava explicado. Mostrou o carácter realmente político da educação. Tenho a impressão de que esse é o ponto fundamental que não estabelece uma diferença radical, uma diferença antagónica entre o Paulo Freire mais ou menos ingénuo de 1963-64 e o Paulo Freire mais ou menos crítico de 1980. É esse pegar, esse visualizar o carácter, a natureza política da educação.

A teoria e a prática

Ou seja, o importante não é o método, o importante é o que se pretende...

Paulo Freire



... e o que se está a fazer... Por exemplo: algumas das ingenuidades que cometi nos meus primeiros livros do ponto de vista da interpretação da minha prática, foi definir claramente certos aspectos que eram inerentes a essa nossa prática. Às vezes, no entanto, há uma certa distância entre a vontade de teorizar essa prática e a realidade prática em si mesma. Por vezes, a tentativa teórica não expressa bem a prática. E eu não tenho dúvida alguma de que todo o trabalho que realizámos no Brasil, antes de 1964, com o chamado método Paulo Freire, foi eminentemente político.

A alfabetização, como toda a comunicação, é um instrumento de acção política...

Eu diria que era e é toda a vez que se faça, onde quer que se faça, independentemente da consciência que se tenha disso. Objectivamente é um acto político.

Acontece que, no momento em que tomei distância da prática e sobre ela escrevi, não fui capaz, por uma série de barreiras, possivelmente ideológicas, de formação, ver claramente esse carácter, essa natureza política do acto educativo; o que já aparece com muita ênfase na «Pedagogia do oprimido». Vivia-se então na prática mas não conseguíamos explicitar a interpretação teórica dessa prática. E, a partir daí, há toda uma série de consequências na programação, na própria delimitação do possível. No momento em que você vê cada vez mais claro a relação da natureza política do processo pedagógico, você começa necessariamente a ter de preocupar-se com a relação dialéctica entre paciência e impaciência, por exemplo.

Você começa a perceber que a relação dialéctica entre táctica e estratégia é a percepção da natureza política do acto educativo. Na medida em que não fazemos a história, actuação política na história, não fazemos o que queremos, mas fazemos o que é possível fazer. Por isso é que sempre digo: a melhor maneira que tenho para fazer amanhã o que não é possível fazer hoje é fazer hoje o que é possível fazer-se hoje. O problema que se coloca é delimitar a possibilidade. Então não adianta fazer programações. Quer dizer, percebe-se também como um certo tipo voluntarista da prática educativa não tem sentido. Você não pode programar uma acção pedagógica sobre os níveis de consciência e de percepção das massas populares.

Tenho também a impressão de que não se pode projectar uma política de educação divorciada da própria política de desenvolvimento.

Mas evidentemente. Numa campanha de alfabetização, se você alfabetiza o homem hoje, mas não o insere no processo económico, político e social da nação, dentro de um ano ele voltará a ser analfabeto. Esse é um dos grandes erros do passado que se continua a cometer ao fazer-se campanhas de alfabetização por aí fora.

O caso da Nicarágua

Você esteve na Nicarágua e lá estão a fazer uma campanha muito grande de alfabetização. Isso está correcto?

Aí vem mais uma vez a necessidade de se pensar historicamente. Quer dizer, se situar... O problema da Nicarágua tem de ser compreendido dentro do contexto social-político-histórico da Nicarágua de hoje. Ele pode ser válido lá. Mas, se for tentado noutra área, em outro contexto que não tenha as conotações da Nicarágua, nem sequer poderia ser pensado. Quando estive lá, discuti inclusive com as equipas do Ministério da Educação encarregadas dessa cruzada. Uma das coisas que eu dizia sempre, e que é óbvia, era a necessidade de não mitificar a alfabetização, não transformar isso num mito. O problema que se colocava, no meu entender, era de a cruzada se constituir num verdadeiro chamamento à consciência nacional, sobretudo da juventude, à problemática nacional. Eu dizia lá a eles, que a minha primeira convicção era a de que esses 150 mil jovens originários da classe média, da pequena burguesia, etc., iam aprender muito mais do que ensinar.

Por outro lado, também se poderia perguntar como é que um país em crise, depois de um processo revolucionário, vai gastar 20 milhões de dólares em educação? A impressão que tenho é a seguinte: com 20 milhões de dólares, a Nicarágua não resolveria o seu problema económico, mas, com esses 20 milhões de dólares, a Nicarágua pode dar durante seis meses, sete meses, à sua juventude, que irá governar esse país, a possibilidade de conhecê-lo, de se identificar com o seu povo. Isso é que me parece absolutamente fundamental. Que desapareça o estrangeirismo entre a juventude urbana e a rural. E isso está a verificar-se. O país está a tornar-se um só através do programa de alfabetização.

Esse programa vai oferecer aos organismos científicos do país uma riqueza extraordinária de dados, porque eles estão fazendo o censo: o censo mineral, o censo de recursos humanos, físicos, etc., incluindo toda uma dimensão antropológica e cultural. Porque os meninos não foram preparados apenas para ensinar a ler e escrever, mas para ensinar a ler e escrever a palavra e para ler e escrever a realidade.

A educação no Terceiro Mundo

Como já vimos anteriormente, o problema é quanto ao objectivo da proposta. Vamos definir melhor esses conceitos de política educacional. Como se define a política educacional em termos de solução para os problemas do Terceiro Mundo?

Em última análise, a pergunta gira em torno de que tarefa a educação pode cumprir em países como o nosso, por exemplo, nos países do Terceiro Mundo. O que cabe

à educação fazer? Essa pergunta é uma das indagações fundamentais que temos que nos fazer, os educadores principalmente. Vai implicar em considerações prévias que eu gostaria de colocar. Por exemplo: a de que, ao tentar compreender a educação, evitássemos cair no mito da educação como solução dos problemas, o que seria uma concepção pedagógica da educação, mitificante; a educação como alavanca das transformações sociais e da resolução dos problemas. Outro ponto de vista é o de desconhecer qualquer papel na educação antes das transformações estarem feitas. Esses dois equívocos não são equívocos pedagógicos: são ideológicos e políticos. Isso leva-nos, então, aprofundando essa reflexão, a perguntar como é que o sistema educacional opera dentro do sistema social total, global, de uma sociedade? Que tipo de relação se estabelece entre um e outro, de uma sociedade? Que tipo de relação se estabelece entre um e outro, dentro da totalidade? Na verdade, quanto mais a gente olha para isso, mais a gente vê que o sistema educacional, a educação formal, em qualquer sociedade, sempre tem sido um subsistema de um sistema maior. Assim, seria um erro idealista pedir ao subsistema que transforme o sistema que o constitui, porque, na verdade, o subsistema educacional, dialeticamente, não se constitui mecanicistamente.

Por outro lado, na medida em que essas relações entre o subsistema e o sistema global não são mecânicas mas dinâmicas, contraditórias, dialécticas, o

subsistema não é exclusivamente o reprodutor da ideologia dominante que comanda o sistema total. Ele seria uma pura fábrica de reprodução de ideologia dominante. Isso parece-me um equívoco. Agora, o que não é possível negar é que a tarefa do subsistema educacional jamais será transformar o sistema total. Eu costumo sempre exemplificar isso historicamente com o caso da educação burguesa que substituiu a educação aristocrática. Ora não foi a educação burguesa que fez a burguesia ou a revolução burguesa. A educação burguesa é resultado da revolução burguesa e não a sua causa. Ora não poderíamos ter uma educação operária com um estado oligarca. Diante disso é que você vai ver o papel que pode ter a educação.

Eu acho que, voltando à sua pergunta, a resposta não pode ser universal. Teríamos que refazer a pergunta e dizer: qual será a tarefa da educação num país, numa sociedade A, do ponto de vista daqueles que pretendem preservar o *status* e qual será o papel da educação onde haja transformações, onde haja um ponto de vista comprometido com um processo de transformação social? Então, daí, as duas perspectivas têm que ser diferentes. Isso parece-me tão óbvio que, às vezes, quando falo sobre esse assunto, peço desculpas ao auditório para dizer que não estou desrespeitando ninguém. De qualquer maneira, há coisas que quase sempre a gente não percebe. Nem sempre o óbvio está sendo óbvio. Devemos, pois, insistir sobre isso.



«É preciso evitar o mito da educação para a solução dos problemas do Terceiro Mundo»

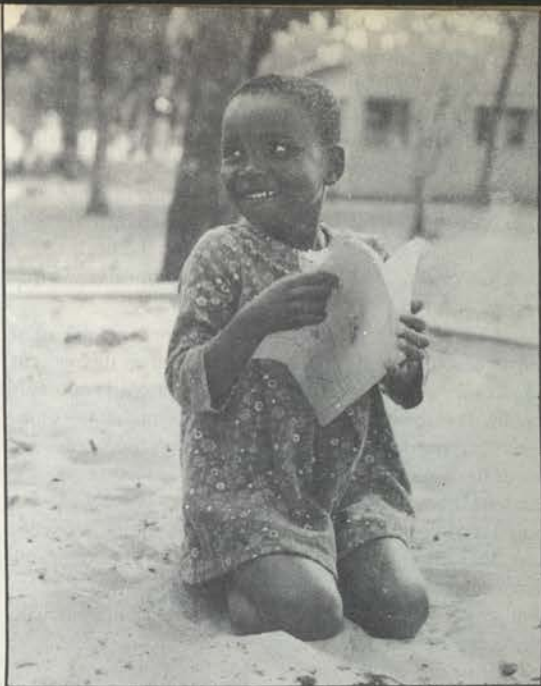
O método

Passando do nível conceitual ao nível metodológico, o método Paulo Freire também evoluiu...

Gostaria primeiro de voltar a insistir numa concepção do mundo, do ser humano, uma compreensão dos interesses diferentes das classes. Não me preocupam os métodos, os meios técnicos. O que me preocupa é a clareza política do educador. Evidentemente, não há possibilidade de um trabalho ser realizado sem se utilizar um método. Nunca me esqueço de uma afirmação muito boa do professor Vieira Pinto, num de seus livros, quando ele diz que consciência é método. Nesse sentido, não há dúvida de que toda a prática é metódica. Quer dizer, ela implica num certo método. O que acho errado é estratificar algo que faz parte da natureza da prática como se fosse já a prática, devendo repetir-se todo o dia da mesma forma. É nesse sentido que me oponho e que, de uma maneira geral, não gosto de falar no chamado método, como também das técnicas. Isso a gente faz e refaz de acordo com o lugar onde se vai trabalhar.

Se vamos trabalhar na periferia de São Paulo temos que descobrir qual o universo que foi criado nessa periferia. Já formou o seu próprio universo aqui?

Dou um exemplo muito concreto. Quando nós trabalhávamos no Brasil, lembro-me de uma coisa que sempre me preocupou e que continua a preocupar-me: o papel da cultura no processo de libertação. Daí a minha quase paixão por Amílcar Cabral, daí a minha admiração enorme pelas análises de Gramsci. Lembro-me de que a minha primeira proposta, no primeiro dia em que o alfabetizando chegava, era de discutir com eles, utilizando codificações, fotografias ou desenhos, as relações entre os seres humanos e o mundo natural, através do trabalho transformador deles mesmos. Lembro-me que a reacção do povo brasileiro, de norte a sul, era extraordinária. O nível das discussões era muito bom, a curiosidade e a criatividade popular eram coisas extraordinárias também. Se uma dessas pessoas que, em nome do método, estratificam ou paralisam uma prática considerando que o método é uma verdade que não pode mudar e o aplicasse na África ou mesmo no Chile, ia-se defrontar com um sério problema, como eu me defrontei. Só que jamais cheguei ao Chile pensando que pudesse transportar para lá o que eu tinha feito no Brasil. Propus ao educador chileno começar pelo debate. Depois do levantamento do universo, propor ao camponês, ao operário chileno, uma discussão em torno da cultura, e depois então entrar na parte da educação. O que ocorreu foi uma negação dentro de todo o país. O camponês chileno dizia: «no, yo no vine acá para discutir eso, yo quiero la alfabetización». Então, o que foi que ocorreu? É que os educadores chilenos, desafiados pela resistência do alfabetizando, deram um salto que, do ponto de vista do



O papel da cultura no processo de libertação africano

contexto chileno, foi tão bom como o que foi dado no contexto brasileiro. Quer dizer, eles integraram a discussão sobre o conceito de cultura à acção alfabetizadora e, com isso, inclusive, diminuíram o tempo de aprendizagem.

O caso africano

Já que mencionou Amílcar Cabral, dê um exemplo concreto de como foi colocado o problema na Guiné-Bissau.

Como eu disse no livro «Cartas da Guiné», a nossa preocupação central e do pessoal que estava comigo era a de não transportar para a Guiné o que nós tínhamos feito no Brasil e fora do Brasil, mas sim falar da nossa experiência aos africanos e desafiá-los, para que pensássemos juntos sobre como agir ou como actuar na África, na Guiné, e em outros países onde estivemos. Fundamentalmente, isso foi a política geral da nossa acção, para evitar que nos transformássemos em invasores culturais; porque as assessorias estrangeiras trazem sempre não só a sua experiência mas também a sua ideologia, a sua opção. Nós não somos neutros, mas tínhamos um profundo respeito pelos nacionais e procurámos sempre discutir em vez de impor e, até mesmo, de propor.

No caso da Guiné, o impasse fundamental que ocorreu foi o da língua. A língua portuguesa foi imposta, não é a língua do povo da Guiné. Evidentemente, fala-se português nos centros urbanos, mas não como língua nacional.

Eles consideram-na como a língua oficial, porque na Guiné, além das línguas nacionais, dos diferentes grupos étnicos, há o *crioulo*, língua que durante a guerra se espalhou muito. A meu ver, ela será a solução linguística do país, sem que se esqueçam e valorizem as demais.

Que outra experiência africana poderia citar...

As experiências africanas que me satisfazem enormemente são as de Cabo Verde e de S. Tomé.

Em Cabo Verde há uma maior uniformidade linguística...

É verdade. Lá, há o bilinguismo: o *crioulo* e o português. E esse bilinguismo é muito mais intenso em São Tomé, onde, por isso mesmo, o processo de aprendizagem da língua portuguesa não é uma violência. Vou às zonas rurais de São Tomé, falo o meu português do nordeste e não há problema algum. E vice-versa. De maneira que a aprendizagem da língua portuguesa em São Tomé corre muito bem. É um país muito pequeno: são duas ilhas com 75 mil habitantes. Mas hoje, na capital, são aproximadamente 14 mil habitantes. Eles têm 13.800 adultos engajados na alfabetização e cerca de cinco mil na pós-alfabetização.

Essa pós-alfabetização é profissionalizante?

Ainda não. É um aprofundamento da leitura crítica do real, da realidade. Esse programa de São Tomé encanta-me porque, da alfabetização até à pós-alfabetização, todos os livros de texto, cuja produção nós

fizemos juntamente com os nacionais, não são domesticantes, são textos que desafiam constantemente. O povo passa a ser sujeito da sua história. Sujeito e objecto, ninguém é só sujeito.

Experiência no Caribe

Que outra experiência consideraria você importante?

Agora estou a participar numa experiência que é noutra ilha linda, no Caribe, chamada Granada. Creio que foi em Março do ano passado que houve a revolução com Bishop. Fui duas vezes a Granada. O ano passado e este ano. Em Dezembro, estive lá e passei duas semanas a conversar com diferentes equipas. Depois, propus ao Ministro da Educação uma série de seminários. O primeiro foi em Fevereiro deste ano e participei nele. Éramos quatro educadores. O objectivo era o seguinte: Um grupo de 50 educadores nacionais do primário discutiram a sua prática actual, o que se estava a fazer no campo da educação e, em seguida, a partir dessa análise, dessa prática, começaríamos a discutir com eles o papel da educação em função da libertação nacional e da reconstrução do país. O que pode a educação fazer na transição revolucionária, qual é a nossa possibilidade? O seminário foi uma delícia, extraordinário. Possivelmente em Janeiro do próximo ano, devo lá voltar para um segundo encontro.

LIVROS PLÁTANO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL



A Plátano Editora sobressai no mercado editorial português como editora prestigiada de livros escolares e infantis. Mais recentemente procurando corresponder aos interesses de um largo público, lançou em novas colecções de FORMAÇÃO PROFISSIONAL diversos títulos que abrangem os mais importantes sectores da Tecnologia Moderna. Destinado a iniciados uns, a técnicos profissionalizados outros, os livros PLÁTANO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL são um indispensável instrumento de trabalho na oficina, na fábrica, na escola, no escritório, no atelier.

TECNOLOGIA

- 1 — DE ELECTRICIDADE
- 2 — DE ELECTRÓNICA
- 3 — DO METAL
- 4 — DO AUTOMÓVEL
- 5 — DA CONSTRUÇÃO

PRÁTICAS

- 1 — DE ELECTRICIDADE
- 2 — DE MADEIRA
- 3 — DO METAL
- 4 — DA AUTOMATIZAÇÃO
- 5 — DA DELINEAÇÃO
- 6 — DO SECRETARIADO

INICIAÇÃO

- 1 — TRABALHO DE METAIS
- 2 — SISTEMAS DE SEGURANÇA
- 3 — TÉCNICAS DE DOCUMENTAÇÃO E INVESTIGAÇÃO

MANUAIS

- 1 — DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ELÉCTRICOS
- 2 — DE AMPLIFICADORES DE BAIXA FREQUÊNCIA TRANSISTORIZADOS
- 3 — DO MONTADOR ELECTRICISTA
- 4 — DE INSTRUMENTOS ELECTRÓNICOS POR MEDIDA
- 5 — DE FERRAMENTAS PARA O ELECTRICISTA
- 6 — DO BOBINADOR
- 7 — DE AUTOMATIZAÇÃO POR CONTACTORES
- 8 — DE MEDIDAS ELÉCTRICAS
- 9 — DE RECTIFICADORES ELECTRÓNICOS DE CORRENTES



PLÁTANO EDITORA

Av. de Berna, 31-2º Esq * 1093 LISBOA Codex

HONDURAS



Entre as armas e as urnas

Depois de mais de sete anos de governos militares, as Honduras regressam lentamente ao regime democrático.

Roberto Bardini *

A anedota circula nos corredores dos ministérios e das repartições públicas e nos cafés de Tegucigalpa. Conta-se que uma das primeiras questões submetidas a discussão pelos deputados da recém-empossada Assembleia Nacional Constituinte, de Honduras, foi emitir uma «enérgica condenação» ao golpe de Estado de 17 de Julho, na Bolívia, acrescentando que «os golpes militares destroem as democracias e atropelam os direitos dos povos». Vários deputados da bancada liberal emitiram a opinião de que não bastava «uma simples resolução que condenasse os usurpadores»: defendiam o rompimento das relações diplomáticas com o país andino. Depois de várias horas de

acalorados debates, um deputado pediu a palavra e disse que «o rompimento diplomático era impossível»... pela simples razão de que Honduras não tem relações com a Bolívia.

Mesmo que não se leve em conta esta anedota, o certo é que, muitas semanas depois daquela memorável sessão, a resolução que condenava o golpe na Bolívia permanecia nas gavetas do arquivo do Congresso Nacional, porque, segundo o vice-presidente da Assembleia Constituinte, «os serviços de secretaria estão sobrecarregados neste momento».

Um jornal diário (*Tiempo*) expressou o comentário de que «a falta de conhecimento das normas parlamentares por parte de alguns deputados,

e o medo que a Assembleia Constituinte tem do actual Poder Executivo (ainda nas mãos da Junta Militar), impediu-a de decidir o corte de relações diplomáticas com o governo da Bolívia».

A anedota que comentávamos no início e as conclusões tiradas pela imprensa, somadas à realidade parlamentar e quotidiana — as longas intervenções, as discrepâncias sobre as formas e os procedimentos, as ásperas discussões entre os representantes de ambas as bancadas e os insultos e ataques verbais — dão uma ideia mais ou menos aproximada de como se tem desenvolvido, até ao momento, o funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte eleita a 20 de Abril.

«Não há nada de estranho: a de-

* Correspondente dos Cadernos em Tegucigalpa

mocracia representativa funciona dessa maneira em todos os lugares, e, além disso, devemos ter em conta que estamos sem prática, pois os militares governaram, ininterruptamente, o país durante sete anos» — comentava um político liberal.

Um equilíbrio frágil

Naquilo que foi, aparentemente, o começo do fim do regime militar, no poder desde Dezembro de 1972, a Assembleia Nacional Constituinte instalou-se em Honduras a 20 de Julho desse ano. Exactamente três meses antes, a 20 de Abril, realizaram-se as eleições que decidiram qual dos partidos teria a maioria no Parlamento, onde o Partido Liberal obteve 35 mandatos, o Partido Nacional 33 e o recém-formado Partido Inovação e Unidade conseguiu 3. A Democracia Cristã foi registada como partido pelo Tribunal Nacional de Eleições depois de 20 de Julho e, por essa razão, não tem representantes no Congresso, da mesma forma que outros grupos políticos, não reconhecidos oficialmente, como o Partido Comunista, o Partido Comunista Marxista-Leninista e o Partido Socialista.

Na realidade, o liberalismo ganhou nominalmente, porque nenhuma das organizações foi vencedora de forma absoluta. E, paradoxalmente, as duas forças políticas que perderam as eleições, são aquelas que controlariam a Assembleia caso se unissem.

A Lei Eleitoral dos partidos políticos, redigida antes das eleições de Abril, estipulava que a finalidade da Assembleia Nacional Constituinte era designar um presidente provisório por um período de um ou dois anos e elaborar uma Constituição que «assegure as garantias democráticas, impulsione o progresso social e garanta a independência económica, política e cultural de Honduras». E é aqui que entramos numa zona de disputa política que, na América Central, é uma constante

histórica: o permanente conflito entre civis e militares.

Alguns dos representantes dos partidos Liberal, Nacional e Inovação e Unidade, consideram que a Assembleia Nacional Constituinte tem amplas faculdades para organizar a administração pública e decidir sobre a vida nacional. A frase «a Constituinte tem todos os poderes do Estado», pronunciada por um velho político nacionalista, resume a posição da Assembleia.

Mas, por outro lado, os militares não estão dispostos a desaparecer tão facilmente do cenário político, depois de exercerem o controlo do país durante quase oito anos. Segundo um observador local, o lapso de tempo entre a instalação da Assembleia Nacional Constituinte e a reali-



General Policarpo Paz, chefe da Junta Militar: esperança dos liberais

zação de eleições gerais, daria tempo às Forças Armadas para, em primeiro lugar, aumentarem o seu poder bélico, e, em segundo lugar, concluírem o processo de habilitação de vários dos seus quadros para dirigirem o país, tendo em vista a recuperação do governo e do poder.

Um jornalista, Armando Cerrato, defende a posição de que «o que é certo é que os militares necessitam de, pelo menos, mais dois anos para poderem terminar a etapa de profissionalização e reforço da sua potên-

cia de fogo, iniciada há dez anos. Durante o tempo em que governaram, as Forças Armadas conseguiram um poder militar e um nível de profissionalização que as tornam umas das mais terríveis do istmo centro-americano. Os militares querem contar com a segurança de que um congresso legislativo não lhes impedirá a compra de armas, munições e os modernos e sofisticados materiais bélicos que se encontram disponíveis no mercado convencional. Além disso, poderiam, em dois anos, terminar a etapa da aprendizagem de alguns dos seus quadros na gestão das coisas públicas, missão para a qual parecem estar a preparar-se cada vez mais. Para muitos, nos próximos dez anos, o exército contará com profissionais de formação universitária em direito, economia, medicina, finanças, jornalismo, administração pública, gestão de empresas e alguns pós-graduados especializados, e voltará a exercer o governo» (*El Heraldo*, Tegucigalpa, 19 de Julho de 1980).

Se esta tese se concretiza — e não é uma possibilidade remota — a posição dos deputados que afirmam que a Assembleia Nacional Constituinte tem todas as atribuições do Estado, poderá ter como réplica uma frase de Regis Debray, utilizada para descrever um determinado contexto político na América do Sul, e que nesse caso, teria uma certa aplicação: *Acreditavam contar com o poder, mas só tinham o Governo, essa impotência institucionalizada.*

O Exército, árbitro político

Um mês antes da instalação da Assembleia Constituinte, um outro observador local expressara, através de uma coluna de análise política publicada em vários jornais do continente, que muitos militares teriam dificuldades em assumir posturas de «humildade republicana» e que «se impacientariam por estarem fora do poder», devido «ao desprezo comum pela suposta incapacidade dos civis».

e pelo medo de que «iniciem investigações sobre negociatas e irregularidades».

Num artigo intitulado «Honduras: a necessidade de apoiar a sua democracia», distribuído pela agência ALA e reproduzido em diversos jornais diários latino-americanos, Juan Ramón Martínez escrevia: «Nos anos oitenta deste século, apenas em duas oportunidades, governantes eleitos democraticamente puderam entregar o poder, de forma ordenada, a dois cidadãos eleitos directamente pelo povo. (...) O golpe de Estado, a ditadura e a fraude eleitoral foram as técnicas utilizadas para se chegar e manter-se no poder. Houve, neste século, quinze Governos nacionalistas (do Partido Nacional, de orientação conservadora), cinco militares e quatro liberais. Tudo isso fez com que a imagem do país no exterior não fosse a de uma democracia, mas sim a de uma turbulenta república de bananas» (*El Heraldo*, Tegucigalpa).

Depois de afirmar que «os militares foram, desde 1963, os árbitros políticos do país e a sua força hegemónica», Juan Ramón Martínez acrescenta: «Neles radicou-se, até agora, a soberania. É fácil imaginar as dificuldades que terão para assumir atitudes de humildade republicana, dispostos a serem fiéis à República e às suas instituições».

O papel do general Paz

A notícia não surpreendeu ninguém: a 25 de Julho — um dia depois do Parlamento hondurenho ter emitido um voto de censura ao golpe na Bolívia — o general Policarpo Paz García, actual titular da Junta Militar que governou Honduras desde Agosto de 1978, foi designado, através do Decreto n.º 2, «Presidente Provisório da República até que, de conformidade com a Constituição emitida por esta Assembleia, tome posse o presidente constitucional eleito pelo voto directo do povo».

Entre os considerandos do decreto, assinalava-se que o general Paz García, no seu duplo papel de presidente da Junta Militar de Governo e chefe das Forças Armadas, «cumpriu as promessas e responsabilidades» de ambas as instituições, no sentido de «tornar possíveis eleições verdadeiramente livres». Por outro lado, a Assembleia Nacional Constituinte outorgou, através do mesmo decreto, «um voto de confiança às Forças Armadas e um voto de reconhecimento» à Junta Militar.

Especulações e boatos davam conta de «reuniões à porta fechada», «pactos nas costas do povo» e «negociações secretas» entre militares e representantes dos tradicionais partidos Liberal e Nacional. Os votos de

reconhecimento e confiança nos militares contaram com a unanimidade das bancadas liberal e nacionalista e com a abstenção do Partido Inovação e Unidade, que expressou a sua posição contrária: a medida constituiria num «sinistro pacto cívico-militar».

A história repete-se

«O compromisso assumido pelos liberais e pelos nacionalistas para concorrerem às eleições (...) confirmou a decadência dos azules e colorados: Os próprios líderes de ambos os partidos foram pedir o aval do chefe de Estado (...) para garantir um compromisso que para eles — e apenas para eles — deveria ser bom. (...) Depois, envolveram-se nas minúcias, na dádiva mesquinha, sem levantar os olhos para o futuro» (Juan Diego, jornal *Tiempo*).

Um recorte de Imprensa com o comentário anterior foi-nos mostrado por um jovem dirigente do Partido Inovação e Unidade e, ao contrário do que poderíamos pensar num primeiro momento, não se referia aos dias actuais. Publicado sete meses antes do período em questão, fazia referência ao lapso político entre 1971 e 1972, época do último Governo democraticamente eleito e, logo após, deposto por um golpe militar que instalou as Forças Armadas no Governo de Honduras até Abril de 1980.

O Decreto n.º 2

□ A Assembleia Nacional Constituinte, investida de todos os poderes da nação:

CONSIDERANDO: Que as Forças Armadas das Honduras, especialmente nas suas duas últimas etapas do governo, tomaram todas as providências necessárias para o pronto regresso à normalidade institucional desta nação;

CONSIDERANDO: Que as eleições gerais para deputados à Assembleia Nacional Constituinte, verificadas a vinte de Abril do presente ano, constituíram um verdadeiro acontecimento que se deverá valorizar em toda a sua extensão, como um exemplo da maturidade política do povo hondurenho;

CONSIDERANDO: Que o general Policarpo Paz García, na sua qualidade de presidente da Junta Militar do Governo e chefe das Forças Armadas, soube cumprir as promessas e responsabilidades inerentes às suas funções, ao tornar possível eleições verdadeiramente livres e que se instalasse esta Assembleia Nacional Constituinte num clima de harmonia e de paz;

CONSIDERANDO: Que os factos anteriores merecem os seus devidos créditos a constar para as gerações vindouras;

DECRETA:

Artigo n.º 1 — Dar um voto de confiança às Forças Armadas da Nação e um voto de reconhecimento à Junta Militar do Governo, depositando no general de brigada POLICARPO PAZ GARCIA, na sua qualidade de chefe das Forças Armadas, a presidência da República, até que, de conformidade com a Constituição da República emitida por esta assembleia, tome posse o presidente constitucional eleito pelo voto directo do povo.

Artigo n.º 2 — Este decreto entrará em vigor a partir do momento da sua aprovação.

Feito no Salão de Sessões da Assembleia Nacional Constituinte, na cidade de Tegucigalpa, distrito central, aos vinte e cinco dias do mês de Julho de mil novecentos e oitenta.

ROBERTO SUAZO CORVOVA

Presidente da Assembleia Nacional Constituinte
BENIGNO IRIAS, Secretário JUAN PABLO URRUTIA, Secretário

Como nos referiu o jovem dirigente, «a história poderá repetir-se, reeditando antigos pactos e acordos secretos que em nada beneficiaram as Honduras. Estaríamos diante desses velhos hábitos políticos? É bem difícil predizê-lo hoje. Mas já se fala, por exemplo, em que a Constituinte está dominada pela «niveladora liberal-constituente».

Se assim é, pode-se afirmar que o futuro democrático deste país centro-americano de 112 088 quilômetros quadrados, de baixos rendimentos e altas taxas de mortalidade, desnutrição e analfabetismo, ainda não está plenamente garantido. A isso se soma o interesse, várias vezes manifestado, que o Pentágono e o Departamento de Estado norte-americano dão às Honduras na região, com uma Nicarágua sem Somoza, El Salvador com uma cada vez mais desprestigiada «saída» cívico-militar e uma Guatemala em progressiva ebulição popular.

A única coisa clara, como foi repetido nas Honduras por políticos da nova e da velha gerações, analistas nacionais, observadores internacionais e a maioria das organizações populares marginalizadas do processo eleitoral, é que, nas eleições de Abril, o povo votou contra as Forças Armadas.

E se é certo que a história se repete (a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa), a arena política das Honduras foi, desde o início do século — e mesmo antes disso — uma ininterrupta sucessão de dramas sangrentos e acontecimentos «folclóricos» que contribuíram para a difusão da tão odiosa imagem de «república de bananas».

As questões que se colocam agora são: justifica-se a euforia reinante entre os sectores maioritários do liberalismo, quando afirmam que «com as urnas desalojamos as armas»? Ou teria razão o jovem militante do Partido Inovação e Unidade: «equivocamo-nos ao pensar que com os votos desalojamos as botas»? □



A morte faz parte da paisagem

Fala-se de democracia, mas agentes argentinos e ex-guardas nicaraguenses treinam e apoiam grupos paramilitares na prática do terror

Giselle Dexter e Terence W. Dobson

Convivência com a morte

A violência e a morte não são fenômenos novos neste país centro-americano, o mais subdesenvolvido do continente depois do Haiti. Do camponês, que percorre a selva e as montanhas com o seu afiado facão, aos políticos, funcionários públicos e profissionais que se exibem de pistolas à cinta, passando pelos traficantes de drogas e contrabandistas de gado, todos formam um espectáculo quotidiano. Calcula-se que 75 por cento da população de Honduras possui armas, do simples punhal a metralhadoras portáteis. Qualquer pessoa interessada pode comprar uma pistola de calibre trinta e oito — o mais comum — depois de uma simples conversa com um desconhecido em qualquer *estanco* (bar), dos muitos que proliferam em Tegucigalpa, Choluteca, Olanchito ou Danlí.

Nas Honduras, as possibilidades de morte violenta são muitas. Todos os dias os jornais divulgam numerosos crimes passionais, duelos mortais por embriaguez (o alcoolismo é um flagelo nacional), assassinatos por vingança ou roubo e massacres para resolver antigas ofensas familiares. Recentemente, deu-se o caso em que dois indivíduos assassinaram uma família inteira, incluindo quatro crianças de pouca idade, por uma dívida de 20 lempiras (dez dólares). Há uma outra causa de morte nas Honduras, o morrer por morrer, ou seja, matar alguém gratuitamente, sem causa aparente. A morte — como diz um poeta hondurenho — faz parte da paisagem.

Nada do que foi descrito causa terror ou medo nas Honduras. A po-

pulação está habituada a esse fenómeno e o povo vive o seu quotidiano normalmente. Poucas são as famílias que não têm um parente ou um amigo próximo mortos por qualquer um desses motivos. E as passadas eleições de 20 de Abril, as maliciosas anedotas sobre os deputados do recém-formado Congresso Nacional e as piadas sobre a tradicional corrupção dos funcionários do Estado, constituem, juntamente com a paixão nacional — o futebol —, os principais temas de conversação nos estancos.

Mas, um outro fenómeno, inédito até agora, começou a aparecer: o terrorismo sistemático contra a oposição não-oficial. Todos falam do «esquadrão da morte». Os jornais diários mencionam a existência de, pelo menos, três grupos paramilitares ou parapoliciais, que operam em toda a extensão do país. As organizações populares e os universitários denunciaram a assessoria e a partici-

pação de ex-guardas nacionais nicaraguenses e de agentes argentinos nesses grupos da ultradireita. O chefe da Informação Militar (G-2) do Exército reconhece que sabe da existência do «esquadrão» e de uma lista das suas possíveis vítimas, mas diz que, lamentavelmente, nada pode fazer. Os ameaçados são, principalmente, jornalistas, professores universitários argentinos, dirigentes estudantis e militantes de organizações de esquerda. Alguns deles já abandonaram o país por falta de garantias, e outros preparam a sua bagagem. E, curiosamente, os catedráticos estrangeiros que não ligam às ameaças são expulsos pelas autoridades da Imigração.

O caso Salinas

Para importantes sectores da sociedade hondurenha, o pânico começou a 6 de Junho de 1980. Nesse dia, por volta das oito horas da manhã, o

advogado e defensor de presos políticos, Gerardo Salinas, foi assassinado. O crime foi cometido a poucos metros da Escola de Aplicação de Oficiais das Forças Armadas e a um quarteirão do Parque Central — onde circulam muitos polícias uniformizados e em traje civil — e ainda próximo da cafeteria *Brik Brak*, ponto de encontro de agentes da tenebrosa Direcção Nacional de Informação (DNI) e de informadores civis (*os orejas*, na gíria centro-americana).

Salinas, que na sua época de estudante foi um activo militante da Frente de Reforma Universitária (FRU), possuiá provas de que a polícia havia roubado a quantia de 300 mil lempiras (150 mil dólares) ao seu cliente Manuel de Jesús Morales, um estudante de jornalismo preso pela DNI e acusado de comprar armas para a guerrilha salvadorenha. Salinas, que tinha vínculos com comités de solidariedade para com os povos da Nicarágua e El Salvador, manifestara publicamente, um dia antes do seu assassinato, que recebera ameaças de morte, por carta anónima escrita à máquina, e através de uma chamada telefónica. Como era de esperar, a polícia não apurou nada, nem mesmo para salvar as aparências na investigação da sua morte.

Depois disso, desencadeou-se o terror. Os alvos seleccionados na campanha de ameaças foram os dirigentes estudantis ligados a Gerardo Salinas (a Federação de Estudantes Universitários das Honduras estava em luta pela libertação do aluno de jornalismo Manuel de Jesús Morales), jornalistas que investigavam o caso (fundamentalmente os dos jornais *La Tribuna* e *Tiempo*), alguns correspondentes estrangeiros e vários professores da Universidade Nacional das Honduras, na sua maioria argentinos. A essa campanha não escaparam nem sequer o reitor da Universidade Nacional das Honduras, o médico e pesquisador Juan Almdares; o director da Edi-



Salinas, advogado e defensor de presos políticos. Assassinado pela repressão



torial Universitária e da revista *Presencia*, Roberto Sosa, um escritor várias vezes premiado internacionalmente (*Adonais* e *Casa de las Américas*, entre outras), que foi pessoalmente posto de sobreaviso por agentes da G-2 (Informação Militar) que, posteriormente — e sob pressão oficial — negaram publicamente a versão.

Nada podemos fazer

Ao ser entrevistado por uma comissão de universitários que pedia investigação e protecção, o chefe da G-2, coronel Leonidas Torres, limitou-se a declarar que, efectivamente, tinha conhecimento de uma lista de pessoas ameaçadas de morte e que a polícia já sabia dessa delicada situação, assim como da existência de três grupos paramilitares. Disse ainda que, devido à forma como esses grupos trabalham, tanto no país como fora dele, «é impossível controlar as suas actividades». O militar recomendou que a comissão da Universidade — entre os quais se encontrava o reitor Juan Almeyda — «diminuísse» algumas actividades políticas que se realizavam no centro de estudos superiores, tais como a publicação da revista *Presencia* (um órgão de denúncias com grande circulação fora do país), a solidarie-

O médico e investigador Juan Almeyda, reitor da Universidade Nacional de Honduras. Pressionado pelo coronel Torres para diminuir as «actividades políticas» no centro de estudos superiores

Coronel Alberto Melgar Castro: deposto pelo general Polcarpo Paz García, actual presidente da Junta Militar, com a justificação do governo estar «infiltrado de comunismo»



dade para com o povo de El Salvador e os trabalhos que estudantes e professores realizam em algumas zonas rurais do país.

Curiosamente, o coronel Leonidas Torres esteve vinculado a um crime de características semelhantes ao do advogado Geraldo Salinas e que foi conhecido nas Honduras como o «Caso Ferrari», um obscuro episódio onde se misturavam oficiais superiores do Exército, traficantes de drogas locais e a *mafia* colombiana.

Terrorismo «for export»

Os hondurenhos fazem piada com as tradicionais relações com a Argentina: «Nós enviamos estudantes, para que se graduem em Buenos Aires, e feijão, e eles mandam-nos tango, maus filmes, futebol e professores universitários: na troca, ficamos a ganhar».

Mas, nos últimos tempos, essa «troca» tem variado e é possível que os hondurenhos estejam a perder. Hoje, a Argentina envia ainda outra «exportação não-tradicional»: assessores em operações militares, uma especialidade do Cone Sul.

As operações dos agentes da Junta Militar argentina, destinadas a desbaratar, no exterior, os grupos de exilados, foram notícia por várias vezes. Os casos mais conhecidos de intervenção clandestina, sequestros

e mesmo tentativas de assassinato colectivo, aconteceram no México, em 1978, e recentemente no Peru, além de outras operações na Europa. Na América Central, a colaboração do regime de Videla com as ditaduras da Guatemala, El Salvador e Somoza, foi por diversas vezes denunciada. O mesmo general Videla exprimiou, em fins de Junho, que o seu governo estava preocupado com a situação centro-americana, onde «está a ser introduzida uma cunha ideológica que pode alterar a unidade continental». Chegou mesmo a afirmar que havia oferecido apoio «para melhorar a situação interna dos países centro-americanos».

Honduras, em Maio deste ano, recebeu a visita do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, comodoro Carlos Canándoli, e menos de dez dias depois iniciou-se uma campanha de propaganda contra os professores universitários argentinos. Ela foi feita, principalmente através, da emissora HRN, que geralmente transmite os pontos de vista do Exército e do Partido Nacional, e dos jornais diários *La Prensa* e *El Heraldito*, vinculados à chefia da Força de Segurança Pública (FUSEP) e à G. - 2. Paralelamente, vários docentes sul-americanos receberam um «aviso único» anónimo, redigido no estilo da *Alianza Anticomunista Ar-*

O coronel Leónidas Torres, chefe do G-2, envolvido no «Caso Ferrari», um crime semelhante ao do advogado Gerardo Salinas.

Uma mistura de oficiais superiores, traficantes de droga e máfia colombiana



gentina, ou Triple A, e viram-se obrigados a abandonar o país em companhia dos seus familiares. Um jovem sociólogo que não deu importância às ameaças foi deportado oficialmente para a Guatemala pelas autoridades da Imigração.

Após esses acontecimentos, um grupo estudantil de esquerda, a Frente Universitária Revolucionária (FUR), denunciou, numa conferência de imprensa, a chegada ao País de quatro «assessores especiais» argentinos, entre os quais um major do exército de nome Correa, cuja participação na tortura de presos políticos já tinha sido denunciada em El Salvador. Dois outros — segundo a denúncia da FUR — haviam participado no metralhamento da emissora *Radionoticias del Continente*, em São José da Costa Rica. E, simultaneamente, testemunhos escritos por presos políticos e saídos clandestinamente da prisão de San Pedro Sula, revelam que nas «sessões» de interrogatório e torturas, os prisioneiros, encapuçados, reconheceram nos «interrogadores» um «sotaque sul-americano, quase que com certeza, argentino».

Os «sapos» nicaraguenses

Apesar dos reiterados desmentidos oficiais, a base natural da con-

tra-revolução nicaraguense está assente nas Honduras. Já em Outubro do ano passado, pôde-se constatar o tratamento preferencial que recebiam os ex-guardas nacionais nicaraguenses asilados, em contraste com a forma chocante como eram tratados os refugiados na época de Anastasio Somoza. As incursões armadas à nova Nicarágua, os assassinatos de alfabetizadores sandinistas, o frequente roubo de gado, e outras actividades, tais como o funcionamento de uma rádio-emissora clandestina, constituem o trabalho principal dos «exilados» nicaraguenses. Outros desempenham funções de guarda-costas de políticos direitistas ou de força de choque dos latifundiários locais, principalmente de Choluteca, no sul das Honduras. Os atentados contra a sede diplomática nicaraguense e contra a residência do embaixador têm sido frequentes, e as autoridades hondurenhas nunca tentaram esclarecer esses factos.

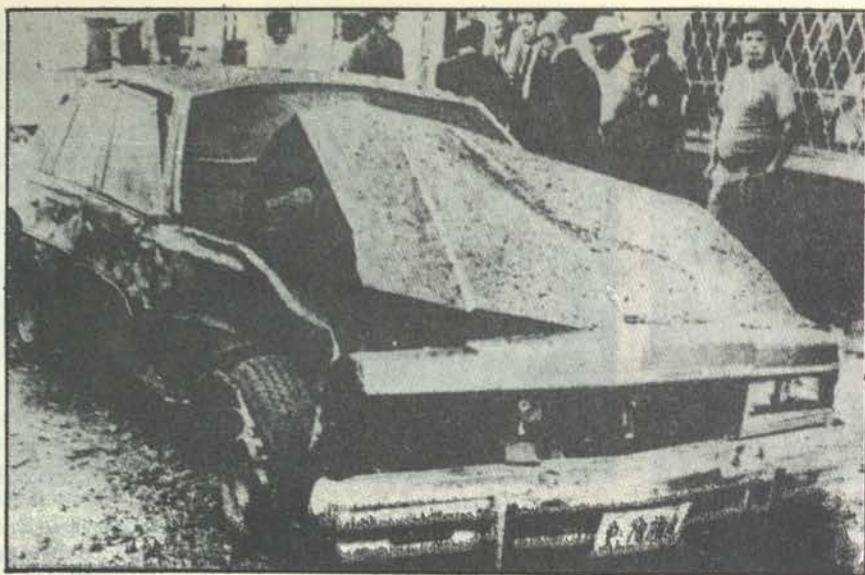
Recentemente, uma série de organizações populares, políticas, universitárias, camponesas e religiosas, apresentaram ao Congresso Nacional uma solicitação de investigação das actividades dos ex-guardas nacionais e de outros «exilados» nicaraguenses. A petição incluía uma lista com o nome de vinte e

cinco pessoas (13 militares e 12 civis) que eram apontadas como «chefes do movimento contra-revolucionário depois do derrube do ex-general Anastasio Somoza». Os antigos servidores da derrotada Guarda Nacional são três coronéis, um major-aviador, um major, um capitão e vários tenentes.

A petição expressava que cidadãos nicaraguenses, residentes nas Honduras, «efectuam constantes reuniões, patrocinam acções paramilitares e financiam actividades contra-revolucionárias», e ligava-os a atentados criminosos dentro e fora do país. A declaração acrescentava que «alguns deles portam armas de grosso calibre, apoiados em permissões especiais outorgadas pelas altas autoridades militares». Divulgavam também que eles eram chefes de grupos como as Forças Especiais de Guerrilhas Anticomunistas, o Exército Nicaraguense de Libertação (ENL) e a Associação Democrática Revolucionária, «violando continuamente as leis para estrangeiros».

Assim, constata-se que, nas Honduras, funciona perfeitamente a política esboçada pelos estrategistas norte-americanos, país ao qual dão uma importância chave na região, reservando-lhe o papel de polícia da América Central. Por outro lado, é perfeitamente aplicado o esquema traçado pelo governo de James Carter de «mudanças com repressão»: o regresso à democracia com a eliminação sistemática da oposição não oficial.

Os militares hondurenhas não têm pressa: contam com 18 meses de prazo até à realização das próximas eleições. Enquanto isso, o chefe das Forças Armadas é o presidente provisório. Eles acreditam que, até lá, terão o caminho «limpo das ervas daninhas», expressão que, nas Honduras, pode significar desde os cuidados com um jardim até um massacre. Nesse país — como disse antes — «a morte faz parte da paisagem». □



GUATÊMALA

Uma guerra prolongada

A tentativa de união nacional para enfrentar o terror imposto pelo regime

Roberto Remo

FINALMENTE, há notícias sobre a Guatemala. Os correspondentes estão entusiasmados. Depois de muitos anos a enviar sempre o mesmo telegrama, com o número de cadáveres encontrados ao amanhecer nas ruas (as variantes possíveis eram a quantidade de disparos, a crueldade das torturas ou a sigla utilizada pelo Exército para justificar a ação) ou o balanço do mês anterior (dez ou onze assassinatos diários, e, às vezes, um record de vinte), agora é possível transmitir pelo *telex* informações de combates, deserções e crises governamentais.

«Na realidade — explica Julian, porta-voz da organização Povo em Armas (ORPA), o grupo guerrilheiro mais novo do país — a guerra começou em 1954, mas só agora morreram militares. E um oficial morto é mais notícia do que oitenta mil civis assassinados nos últimos 25 anos.»

Um ano após a sua primeira ação militar pública (a tomada da herdade Mujulia, no departamento de Quezaltenango, no dia 18 de Setembro de 1979), a ORPA apresenta um balanço impressionante: 119 operações de propaganda (consistem, geralmente, na distribuição de material político em comunidades campone-

sas), 22 propriedades rurais e aldeias «ocupadas» (este tipo de operação consiste na ocupação militar da povoação e na realização de um comício político com os seus habitantes, em espanhol, e em alguns dos 22 idiomas nativos que são falados na Guatemala), 13 capitais municipais tomadas de assalto (operações semelhantes às anteriores, mas de muito maior envergadura militar, pois exigem bloqueios de estradas, com a participação de, pelo menos, uma centena de combatentes) e 12 confrontos com o Exército através de emboscadas ou como consequência de algumas das operações anteriores.

Os números dessas ações são os seguintes; 192 baixas no Exército, incluindo oficiais, soldados e membros da Polícia Militar Itinerante que protege os latifundiários, e 5 baixas entre os guerrilheiros (ainda que pareça incrível).

Entre Abril e Maio de 1980, as quatro organizações político-militares guatemaltecas (Forças Armadas Rebeldes, Exército Guerrilheiros dos Pobres, Partido Guatemalteco do Trabalho e ORPA) realizaram 16 ações de propaganda, 8 emboscadas, 5 ocupações de propriedades rurais e povoados, e 10 recontros armados importantes.

Kramer contra Lucas

O general Romeu Lucas, presidente do país, discursou em meados de Setembro na Praça Maior da Guatemala, onde no dia anterior haviam explodido várias cargas de dinamite, numa operação não reivindicada pelas organizações armadas. Aplaudido por apenas alguns milhares de cidadãos, o general presidente não pôde deixar de referir-se aos «muitos outros que não vieram». A afluência não chegou a um terço dos 300 mil partidários que o Governo esperava reunir.

O tom do discurso de Lucas, rodeado de cartazes que acusavam o presidente Carter de «agente do comunismo», foi agressivo. Nos seus ataques, houve um reconhecimento implícito do seu isolamento político, já que as principais acusações não se dirigiram contra as organizações populares e sim contra os seus antigos aliados: a Nicarágua («dominada pelo comunismo»), o Governo norte-americano («não nos vai ensinar o que é a democracia»), a Igreja («dedicada a catequizar e não a salvar almas») e, sem mencioná-lo, ao seu próprio vice-presidente até poucos dias atrás, Francisco Villagran Kramer («elementos que, no exterior, tentam causar problemas à Guatemala»).

Villagran Kramer tinha um grande prestígio como advogado internacionalista, docente universitário e militante contra todas as ditaduras desde Castillo Armas, e aceitou vincular o seu nome ao de Romeu Lucas para as eleições de 1978. Se o fez por ambição pessoal, ou convencido de que havia espaço real para um Governo de «direita civilizada» ou ainda simplesmente por amizade, é uma pergunta difícil de responder. O facto é que a sua presença ao lado de Romeu Lucas deu ao Governo um certo respeito internacional e facilitou o diálogo com a burguesia local e com as corporações petrolíferas que Villagran assessorava. Mas rapidamente surgiram as discrepâncias.

O vice-presidente ficou então entre dois fogos. Depois de anunciar a sua renúncia, meses atrás, apresentou-a finalmente em Setembro, por carta. Se a tivesse entregue na Guatemala, o seu nome engrossaria a lista dos assassinados ou «desaparecidos». A demissão enviada de Washington, onde reside e tem bons amigos, sugere que o Departamento de Estado aprovou a manobra.



Lucas Garcia: isolado politicamente

Modelo salvadorenho

Estarão a tentar aplicar, na Guatemala, o modelo salvadorenho de reformas com repressão? No ano passado, falou-se insistentemente no país, sobre os preparativos de um golpe com a participação da democracia-cristã e a aprovação de Washington. «Hoje — comenta Julian — ninguém acredita seriamente nessa possibilidade. Para quê aplicar um modelo que, em El Salvador, demonstra dia a dia o seu fracasso.

Por outro lado, Villagran reconheceu, em declarações à imprensa, que «a mudança de um presidente por outro não resolverá o problema da Guatemala e sim, a mudança de uma estrutura por outra». Advertiu ainda sobre a possibilidade de uma intervenção militar norte-americana: «não creio que isso possa acontecer este ano, mas não se pode excluir a possibilidade, devido aos recursos naturais da Guatemala e à situação de crise que existe em toda a região».

A guerrilha não recrimina Villagran por ter demorado tanto a renunciar. Pelo contrário: saúda-o por ele, finalmente, ter tomado essa decisão. Ao concentrar todas as suas forças contra Lucas e o processo chamado de «militarização do poder oligárquico», a guerrilha tem a perspectiva, a longo prazo, de uma aliança ampla como a que possibilitou o triunfo na Nicarágua. Primeiro, deverá conseguir-se a unidade das organizações de vanguarda. E essa meta não parece estar muito longe. Além disso, os principais pontos dos programas das quatro organizações clandestinas buscam a convergência com a oposição «legal» ao estabelecer, não o socialismo imediato, mas uma «democracia popular revolucionária».

As condições internacionais parecem propícias, apesar da ameaça latente de intervenção norte-americana: a democracia cristã guatemalteca rompeu há vários meses com o go-

verno ao retirar os seus representantes do Parlamento, e a social-democracia tem muitos mortos nas suas fileiras para pensar em qualquer aproximação com o regime militar.

Um golpe certo

Se alguma credibilidade era dada a Lucas, ela desfez-se com as declara-

ções feitas no Panamá pelo então chefe de imprensa do Ministério do Interior, Elias Barahona. Numa conferência de imprensa, amplamente divulgada, Barahona revelou a sua verdadeira identidade: militante do Exército Guerrilheiro dos Pobres infiltrado nas fileiras governamentais desde 1976. Uma das primeiras tarefas que o governo lhe encomendou

foi a de melhorar a imagem do regime, deteriorada pela quota diária de cadáveres nas ruas. O ministro Alvarez Ruiz sugeriu-lhe a tese de apresentar esses mortos como vítimas de lutas entre grupos de ultra-esquerda e ultra-direita, ambos contra o governo.

«A esquerda não é problema, pois todos sabem que existem grupos

Um guerrilheiro infiltrado no poder

□ O membro do «Exército Guerrilheiro dos Pobres» que conseguiu infiltrar-se no Governo da Guatemala, segundo instruções que recebera da sua organização, escreveu as memórias dos quatro anos em que trabalhou como funcionário do regime liderado por Lucas Garcia. Elias Barahona é jornalista e chegou a converter-se em homem de confiança do ministro do Interior, Donaldo Álvarez Ruiz.

Eis algumas das mais importantes revelações das suas memórias:

«O Programa de Pacificação prevê o assassinio de mil pessoas, num processo que deve terminar em Janeiro de 1981. Para levá-lo à prática, Lucas Garcia criou o «Exército Secreto Anticomunista» (ESA), com oficiais do exército e dirigido pelos serviços de informação militar, e o «Esquadrão da Morte», formado por agentes e oficiais da polícia, sob a coordenação do ministro do Interior, Daniel Álvarez Ruiz».

«Os oficiais — sejam do Exército ou da polícia — receberam treinamento da Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos, do Pentágono, assim como dos Governos de Israel, Chile, Argentina e Brasil. São especialistas em sequestros, interrogatórios, tortura e assassinatos, para o que utilizam todo o tipo de armas, desde a metralhadora à faca ou o fio de nylon para enforcar.»

«Pessoalmente, soube desse planeamento criminoso durante os quatro anos que passei infiltrado no Governo de Lucas Garcia como chefe de Imprensa e Relações Públicas do Ministério do Interior. De 1976 a Agosto de 1980, consegui transformar-me num homem de confiança de Álvarez Ruiz, segundo instruções recebidas do Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), organização da qual sou combatente desde 1970.

«A cobertura oficial desse 'programa' consiste em atribuir os sequestros e assassinatos à 'luta entre radicais políticos que procuram conquistar o poder pela violência', palavra de ordem utilizada constantemente pela propaganda oficial e que fora

engolida pela Imprensa estrangeira. Assim, o Governo do general Lucas é apresentado como 'cercado entre dois fogos', enquanto procura estabelecer o diálogo e a paz social.»

«A repressão intensificou-se nos primeiros meses de 1980: foram assassinados 90 dirigentes sindicais, 45 líderes camponeses, 20 funcionários da universidade de São Carlos, 15 professores catedráticos, mais de 60 estudantes secundários e universitários e numerosos jornalistas e padres católicos. A maior parte dos sequestrados apareceu com os corpos mutilados e torturados, decapitados e sem as mãos, para dificultar a sua identificação.»

(...) «Ele, o ministro do Interior, deu-me uma lista de 36 nomes de guatemaltecos sentenciados à morte, pela suposta organização (criada pelo Governo). Nela estava ele próprio, Álvarez Ruiz, assim como Romeu Lucas e o ministro da Defesa. Disse ele que tudo isso era para despistar e levar a supor que o Esquadrão da Morte e o Exército Secreto Anticomunista eram dirigidos por Mário Sandoval Alarcón, chefe da Mão Negra, grupo paramilitar, que está fora do governo e é agora furioso inimigo de Álvarez Ruiz. Disse-me ainda que os responsáveis reais eram o coronel Héctor Montaban, chefe do Estado-Maior e dos Serviços de Informação Militar, e o coronel Óscar Perucina, chefe dos Serviços Secretos Militares. Explicou-me que as listas dos sentenciados eram tiradas dos arquivos dos Serviços Secretos Militares e da Polícia, assim como do Departamento de Sindicatos do Ministério do Trabalho e de um sector empresarial que fornece ao governo nomes de dirigentes sindicais e camponeses.»

«Essas listas são revistas por Montabán, Lucas, Álvarez Ruiz e o ministro de Finanças Públicas, coronel Hugo Tulio Bucaro, e o de Defesa Nacional, general Aníbal Guevaro Rodríguez. Os ex-presidentes Manuel Arano Osorio (1970 - 1974) e Kjell Eugenio Laugerud (1974 - 1978) também fazem parte desses grupos».

guerrilheiros na Guatemala. Mas, e a direita?» — argumentou Barahona.

O ministro mostrou-lhe papéis timbrados do «Exército Secreto Anticomunista» e outras siglas do mesmo estilo. O próprio Barahona redigiu os comunicados dos supostos grupos paramilitares, reivindicando os assassinatos.

O momento político para essas denúncias foi cuidadosamente calculado para obter o máximo impacto, coincidindo com a renúncia de Vilagrán. Barahona aproveitou uma semana de férias para escapar clandestinamente em direção ao Panamá, onde deu nomes de agentes da CIA, e dos seus colaboradores guatemaltecos, revelou que os Estados Unidos continuam sendo o principal sustentáculo militar da ditadura e que grande parte da sua ajuda é canalizada através de intermediários

do Cone Sul (em particular a Argentina) e de Israel que, nos últimos três anos, forneceu à Guatemala 50 mil espingardas Gallil, 15 aviões Arava, 5 helicópteros, mil metralhadoras de tripé, munições e acessórios.

O povo na cena política

O povo perdeu o medo. Em Julho de 1980, a média de assassinados e sequestrados (em geral enterrados sem o nome e com a inscrição xx em fossas comuns) subiu a 34 por dia. Mesmo assim, nesse mesmo mês, registou-se uma intensificação da luta de massas, com greves e mobilizações estudantis em Quezaltenango, Baixa Verapaz e na capital; paralisações operárias decretadas pelo Comité Nacional de Unidade Sindical, em protesto pelo sequestro

de 27 sindicalistas; e uma greve inédita de igrejas no Departamento de El Quiche, onde os sacerdotes decidiram não realizar missas, fechar os templos e suspender todas as atividades paroquiais como protesto pelo assassinato de dois religiosos, metralhamento de um convento e um atentado contra o bispo de diocese local, monsenhor Juan Gerardi.

«São o exército, os guardas das herdades e outros inimigos do povo os culpados por não haver aqui missas e outros sacramentos» — afirmou um comunicado do Comité de Unidade Camponesa. «Eles são inimigos da Igreja e de Deus», diz ainda o texto. E sua conclusão é ainda mais firme: «somente organizados e combatendo, conseguiremos tirar os assassinos do poder e encontrar a paz e a justiça como quer Deus». □

O exército nativo

As organizações guerrilheiras fortalecem-se e, inspiradas na experiência nicaraguense, tentam formar uma frente de libertação nacional.



A guerrilha guatemalteca não é um fenómeno recente, embora só agora, com o interesse que a revolução nicaraguense despertou pela situação da América Central, é que a sua crescente pujança tem alcançado notoriedade internacional.

Os primeiros movimentos guerrilheiros surgiram no começo da década de sessenta, nascidos de cisões dentro do Partido Guatemalteco do Trabalho (PGT). Em 1962, são criadas as «Força Armadas Revolucionárias» (FAR) e o «Movimento 13 de Novembro», liderados pelos ex-militares Turcios Lima e Yon Sosa, respectivamente. Com uma orientação semelhante à das outras organizações guerrilheiras latino-americanas da época, estes contingentes operam, basicamente, na zona oriental do país: a FAR em Zacapa e na Serra das minas e o «13 de Novembro» em Izabala.

A ofensiva «anti-subversiva» do exército guatemalteco consegue importantes vitórias militares e políticas, a partir de 1968. Morrem os principais dirigentes e os sobreviventes recuam em direcção ao norte. Os primeiros anos da década de setenta, são marcados pela reorganização, discussão interna e redefinição da estratégia e táticas a serem seguidas.

Perguntámos a Julian, porta-voz da Organização do Povo em Armas (ORPA), em que consiste esta redefinição, responsável pela intensa actividade político-militar das forças revolucionárias, verificada actualmente.

— Atravessámos um período muito difícil. Evidentemente, o exército pôde desenvolver-se com maior rapidez e formar uma estratégia de contra-insurreição, enquanto que as organizações revolucionárias ficaram para atrás em relação à sua organização e consolidação. Quando começou a actividade guerrilheira, o exército não tinha nenhuma expe-



A guerra já formou uma geração (começou em 1954) e ainda poderá formar uma outra

riência. Mas, aos poucos, adquiriu-a, preparando quadros nas escolas norte-americanas da zona do canal. E a guerrilha não se soube adequar a essa nova realidade. Estagnou. Há muitos problemas ideológicos e políticos. Atacam-nos duramente e muitos combatentes começam a defender uma nova estratégia: a luta popular prolongada. O que significa isso?

— Prolongada porque é uma luta que começou há 26 anos, em 1954, quando Arbenz foi derrubado. Mas também significa que esta luta é um processo contínuo que conduzirá à tomada do poder. Do poder popular, é claro, com o povo como protagonista. Refiro-me em, especial, a esse riquíssimo potencial que temos e ao qual não se havia permitido nenhuma participação: a maioria nativa ou indígena. Preferimos, no entanto, chamar-lhe de «nativa» porque o termo «indígena» tem para nós uma conotação pejorativa. Eles são camponeses, com os seus minifúndios encravados na região onde desenvolvemos a nossa luta guerrilheira,

trabalhando como assalariados nos latifúndios, nas grandes plantações de café, em terras usurpadas durante 450 anos.

É sobre estes dois pilares básicos, que se tem desenvolvido uma nova estratégia militar e política, baseada numa participação, muito maior, dos camponeses, das organizações de massas. Assim, surgem o Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), que começa a organizar-se, entre 1970 e 1971, em El Quiche, e a nossa organização (que não era numerosa) no ocidente do país, em Quezaltenango.

A unidade

— Quais são as diferenças entre a ORPA e o EGP?

— Não temos grandes discrepâncias ideológicas ou políticas. Nasceram quase simultaneamente, mas em regiões diferentes. A existência de duas organizações é devida não só a um problema geográfico, mas também às épocas diferentes em que elas organizaram e desenvolveram os seus exércitos populares.

— Vocês consideram alcançada a meta de incorporar os «nativos» nas organizações?

— Sim. Temos uma base sólida. Nós nascemos, crescemos e consolidamo-nos no campo. Acreditamos que é essa a estratégia para a Guatemala. As nossas fileiras são formadas por pessoas oriundas dessa população nativa, que tem sofrido a exploração, a humilhação e o racismo durante séculos. Quando se toma uma herdade ou povoação, são os comandantes «nativos» que se dirigem à população nos actos políticos, e fazem-no nos seus idiomas regionais.

— Acham possível concretizar a união de todas as organizações revolucionárias?

— Sendo objectivos e realistas, diríamos que a unidade será um facto consumado num prazo relativamente curto. A unidade é um processo. A

ORPA só apareceu, publicamente, no dia 18 de Setembro de 1979, depois de oito anos na clandestinidade e no mais absoluto segredo. O EGP tornou-se conhecido em 1975. A FAR ainda continua a lutar, mesmo depois de uma destruição, quase total, das suas organizações urbana e rural. O PGT também foi muito golpeado; quase toda a sua direcção foi assassinada. Houve um período muito difícil, que se estendeu por vários anos, e a principal preocupação de cada organização era a sua própria sobrevivência e consolidação. A partir de 1978, o PGT, a FAR e o EGP começam a manter conversações bilaterais, reuniões onde se defende a união. Posteriormente, esta «tripartite» transformou-se numa «quadripartite», quando a ORPA decidiu participar e discutir as suas proposições.

As nossas relações bilaterais com todas as organizações são fraternais. Há respeito mútuo e temos consciência da responsabilidade que compartilhamos. Não temos, ou melhor, a ORPA não tem, a pretensão de ser a vanguarda de ninguém, mas reconhece que a nossa organização e o EGP são as mais organizadas e fortes ao nível militar. Existe apoio mútuo no campo da informação, da logística, no plano militar e a nível ideológico. Fazemos trocas de materiais que são discutidos em conjunto.

Organização campo-cidade

— *E quanto à guerrilha urbana, como se tem processado a luta nas cidades?*

— Aprendemos muito na década passada. A nossa base urbana foi bastante atingida, quase aniquilada, nessa época. Em 1973 é que começamos a reconstruí-la na capital. E foi muito difícil, era o tempo de Arana Osório, que, com muita justiça, era apelidado de «O Chacal». O nosso companheiro Marcos, que

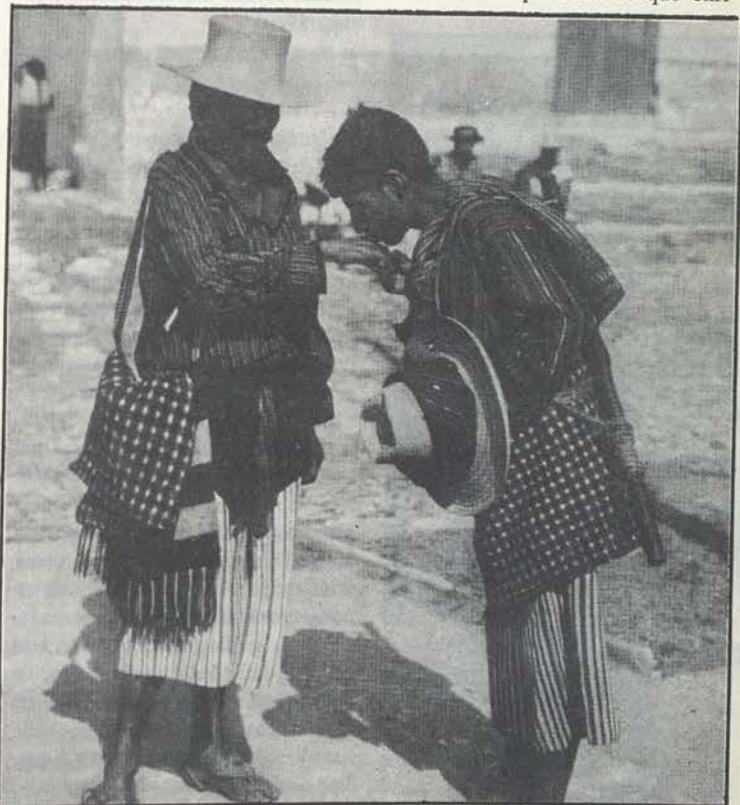
pouco depois morreu num acidente, iniciou contactos com estudantes, intelectuais, operários, companheiros que haviam ficado desmobilizados devido à forte repressão. Resultado: antes que a organização fosse conhecida publicamente, já havíamos consolidado uma frente urbana. Enquanto que, para começarmos o nosso trabalho no campo, nos baseámos num pequeno documento intitulado «Princípios e Objectivos», para o trabalho urbano foi preciso elaborar uma grande quantidade de material teórico e ideológico, que reforçasse o conteúdo político. É uma necessidade — e também uma característica — da pequena burguesia. E foi assim que a nossa organização se desenvolveu, que a trouxemos do campo à cidade.

— *Quais são as tarefas dos que lutam na frente urbana?*

— A mais importante é reunir todo o apoio necessário à guerrilha que se desenvolve nas montanhas. Na verdade, embora ela esteja concebida como uma guerrilha urbana, com toda uma preparação militar, ideológica e organizacional, actualmente a sua principal função é dar apoio logístico.

— *Como são as vossas relações com as restantes forças de oposição legais ou semilegais?*

— Acreditamos num governo amplo, num governo democrático, popular e revolucionário. A Nicarágua também nos tem dado muitas lições nesse sentido. A ORPA mantém relações com as demais organizações progressistas, inclusive com sectores encravados nos partidos políticos tradicionalmente conservadores. Há plataformas que enri-



Os comandantes nativos dirigem-se à população nos seus idiomas regionais

quecem a luta como um todo. As nossas relações com a Frente Unida da Revolução e com o Partido Social-Democrata, são boas. Elas têm o seu peso na Guatemala.

— E a Igreja?

— Existem duas alas: a conservadora, que está com o governo, com o exército e com a oligarquia, e a outra que,.... bem, está no campo. E não pode permanecer à margem da vida dos nativos. Oitenta por cento da população da Guatemala é religiosa: católica ou evangélica. E os sacerdotes e pastores que convivem com esta população vêem tanta miséria, tanta repressão... Não podem ficar insensíveis. Afinal, a repressão também se volta contra eles. Muitos sacerdotes nacionais e estrangeiros têm caído. Na Guatemala, a participação da Igreja é muito importante para o processo revolucionário.



A militarização da oligarquia

— Há a possibilidade do exército se dividir, de surgir dentro dele um sector inclinado a identificar-se com os interesses populares?

— Não. O exército é uma casta. Deve haver oficiais que não se deixaram corromper e que pensam na possibilidade de uma mudança para o país. Mas não a nível de coronéis e generais. Entre eles, a corrupção é total. Nós temos visto casos que mostram que uma mentalidade assim pode ser mudada, rapidamente, num mês. O dinheiro, a perspectiva de se tornar um fazendeiro (latifundiário), comerciante, industrial, banqueiro, ministro ou embaixador, somado à penetração ideológica, tem corrompido muitos oficiais. Embora ainda acreditemos que muitos oficiais médios sejam, individualmente, recuperáveis.

— Vocês consideram que isso estabeleceu um sistema tipo fascista?

— Na Guatemala, vem-se dando um processo a que nós chamamos «militarização do poder oligárquico». O poder continua nas mãos da oligarquia, mas agora ela delega-o para os altos escalões do exército, àqueles que corrompeu. Os generais e coronéis tornaram-se, desde a década de cinquenta, produtores de algodão. Começaram, mais recentemente, a converter-se em financeiros ou industriais. Enfim, fazem parte da oligarquia. Claro que nem todos conseguem isso. Mas tem-se criado, na oficialidade, essa aspiração. Todos pensam que podem atingir essa meta e todos os coronéis anseiam pelo comando de uma base para conseguirem a sua herdade. Sentem, então, que nessa guerra estão a defender o que é deles, os seus próprios interesses, e não os de uma oligarquia, que antes lhes podia ser alheia. Essa é uma mudança qualitativa. Nos últimos tempos, a guerra tem feito com que muitos reconsiderem essa perspectiva de se

tornarem militares como um meio que permita uma rápida e fácil ascensão social. Para conseguirem 200 estudantes para a escola da polícia, foi necessário fazer uma campanha maciça pela rádio e pela televisão. Chegar ao posto de coronel é um processo muito longo e a guerra está muito dura.

Terror e demagogia

— Notam alguma mudança na estratégia do governo, a partir da vitória da revolução nicaraguense?

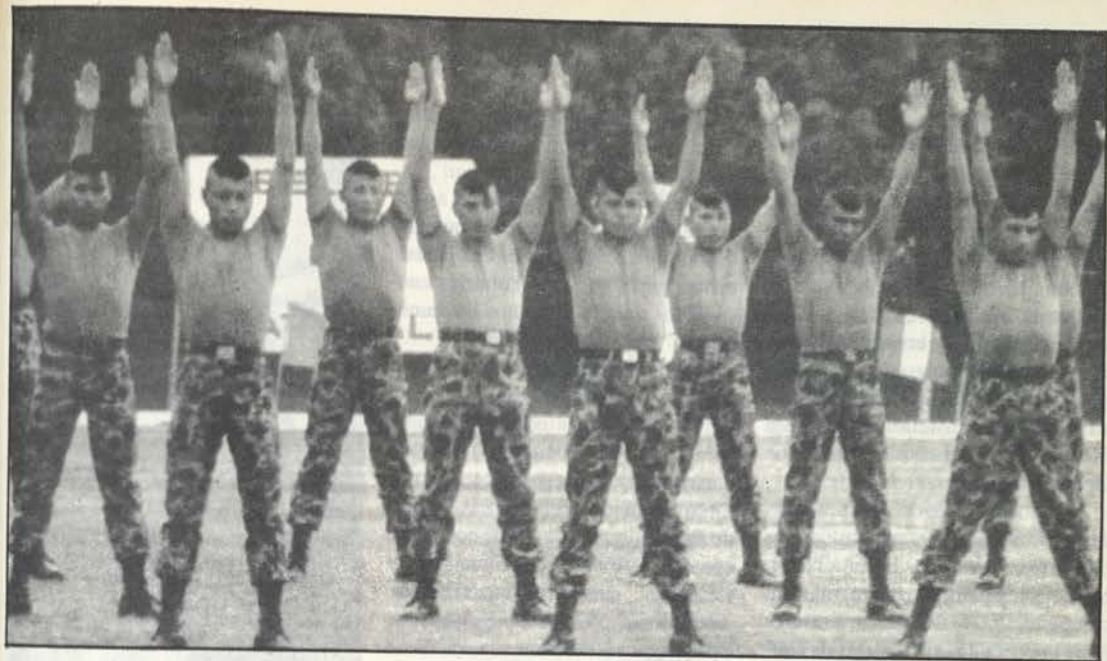
— É evidente. Não se deixaram surpreender. Não os supervalorizamos, nem tampouco os subestimamos. O caminho que tem seguido o governo de Lucas, é o da repressão, do terror e da demagogia. Essa tem sido a sua estratégia, tanto no plano militar como no político, económico e social. Agora estão a receber novos tipos de armas e aviões. Têm assessoria do exterior. Usam napalm. Há bombardeamentos maciços no campo. E há uma guerra psicológica: a estratégia da mentira. São anunciados, continuamente, golpes contra a guerrilha com o objectivo de desmobilizar as massas.

— Que apoio internacional recebe a guerrilha?

— Queremos deixar claro que a nossa revolução é uma revolução guatemalteca. As nossas armas são israelitas, tomadas ao exército da Guatemala. Mas necessitamos do apoio e da solidariedade de todos os povos do mundo.

A nossa meta imediata é tornar conhecida a luta do povo da Guatemala. Que a Guatemala não desperte apenas compaixão pelas atrocidades das violações dos direitos humanos. Elas existem e não devem ser esquecidas, mas é preciso que todos saibam que existe uma luta. Isso é o que importa. E que vamos triunfar. □

Roberto Remo



Uma história de violência

As forças armadas guatemaltecas na defesa das oligarquias rurais e das multinacionais

Carlos Cáceres

NO período de 1931 a 1944, governou a Guatemala o general Jorge Ubico — «o último homem a cavalo» — já que se distinguiu por encabeçar os desfiles militares montado em grandes corcéis. O seu regime impôs uma «paz de cemitério» através da chamada «Lei de Fuga», sob a qual foram assassinados centenas de patriotas.

Ubico abriu as portas do país às empresas norte-americanas, especialmente nas áreas referentes aos caminhos de ferro, electricidade e terras para o cultivo de bananas. A *United Fruit Company* converteu-se no maior latifúndio do país. Ubico teve, no entanto, que apelar-se da sua montada, diante de um movimento popular conduzido por estudantes universitários. Renunciou ao go-

verno e foi substituído por uma assembleia que designou, para ocupar o seu lugar, um outro general, Federico Ponce Vaides, derrubado meses mais tarde pela revolução de 20 de Outubro de 1944.

Chegaram ao poder, um civil e dois militares: Jorge Toriello, Jacobo Arbenz e Francisco Javier Arana, que, ao anunciarem a vitória, através dos emissores da Rádio Nacional, disseram: «Limitamo-nos a dar a sensacional e gloriosa notícia do triunfo popular sobre a tirania ubico-poncista, levando assim a todos os cidadãos e aos nossos lares um pouco de esperança e a firme promessa de que, na nova situação, saberemos respeitar a liberdade e engrandecer o povo».

Com a convocação de novas elei-

ções, o vencedor foi Juan José Arévalo, que promulgou diversas reformas como o Código de Trabalho, o Instituto Guatemalteco do Seguro Social (IGSS), a Lei de Escalonamento de Professores, e criou o Coro Nacional, a Faculdade de Ciências Humanas e o Instituto Indigenista.

Anos mais tarde, Arévalo apoiaria a política terrorista de Arana Osorio, ao aceitar um cargo diplomático. Mas nessa fase, a sua posição democrática levou-o a entregar a faixa presidencial ao coronel Jacobo Arbenz, que, apoiado por operários e camponeses, venceu as eleições de 1951. Durante os três anos que Arbenz permaneceu no poder, a Guatemala teve uma balança comercial que lhe era favorável e foi realizado um programa de governo democrá-



Júlio César Méndez Montenegro

tuição — estipulava penas de prisão para aqueles que viajassem por países socialistas. Com a «Operação Honestidade», que supostamente limpava a corrupção idigorista, e da qual eles mesmos haviam participado, os militares acabaram com os partidos políticos. Bandos paramilitares começaram a actuar, os tribunais militares foram autorizados a processar os civis e os guatemaltecos começaram a «desaparecer»: dias depois, os seus corpos torturados eram novamente encontrados.

Nas eleições de 1966 — realizadas sob estado de sítio — o advogado Julio César Mendez Montenegro venceu dois candidatos militares, traindo depois o seu programa e os seus eleitores, ao aceitar um pacto humilhante imposto pelo exército, como condição para que pudesse assumir a presidência. Teve a presidência, mas não teve o poder.

É sob a responsabilidade de Méndez Montenegro que recai a morte e a tortura de centenas de guatemaltecos às mãos das organizações paramilitares terroristas da extrema-direita que, impunemente, começaram a actuar. São elas: o Movimento de Acção Nacionalista Organizado (MANO), a Nova Organização Anticomunista (NOA) e o Conselho Anticomunista da Guatemala (CADEG), entre outros. O líder do pró-fascista Movimento de Libertação Nacional (MLN), Mário Sandoval Alarcón, teórico da «violência organizada», declarou: «Nós, da Libertação, somos o grupo de vanguarda que começou o terror. O exército estava desmoralizado pelas guerrilhas, até que organizámos o (MANO)». Diariamente, apareciam mais de cinco cadáveres torturados e baleados nas ruas, estradas e arredores da cidade da Guatemala.

Em Dezembro de 1966, Méndez Montenegro aprovou uma legislação que nomeava os latifundiários como agentes da lei e lhes dava porte de armas. Entre Outubro de 1966 e Março de 1968, foram assassinadas mais de oito mil pessoas, principalmente na zona de Zacapa e Izabal.

Em 1970, chegou ao poder o general Carlos Arana Osorio, que fora o principal organizador dos grupos paramilitares na zona leste do país. Surgem então novos nomes que encobrem a actividade terrorista dos militares em trajos civis: Esquadrão da Morte, Abutre Justiceiro, Olho por Olho, etc. etc.

O *clan* familiar aranista e os seus protegidos, aliam-se a Somoza em negócios que iam do tráfico de drogas a percentagens em licitações públicas, vendas irregulares, como a da Empresa Eléctrica, à formação de empresas conjuntas com as famílias Kong, Novella, Canella e com exportadores de gado. Passaram pelo gabinete aranista milionários guatemaltecos como Roberto Herrera Ibarguen, Arenales Catalán, Molina Mencos e Jorge Lamport Rodil.

Mais de 7 mil pessoas desapareceram, ou foram encontradas mortas, entre 1970 e 1971, e mais de 15 mil tiveram o mesmo destino nos primeiros três anos de governo de Arana Osorio. O que dá uma média de 13 por dia.

A Imprensa guatemalteca, bem como a internacional, trouxe a público a descoberta de «cemitérios clandestinos», principalmente nas crateras dos vulcões. Em 1972, vários arqueólogos estrangeiros que realizavam trabalhos de restauração nas ruínas de Utallan, no departamento de El Quiché, descobriram «fósseis» que não esperavam: restos de seres humanos com sinais de terem sido torturados e assassinados a tiro.

Nova farsa

Em Maio de 1974, uma manifestação operária foi metralhada. Nesse mesmo ano, o governo aranista promoveu outra farsa eleitoral, que culminou no «triunfo» do general Kjell Laugerud, formado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos. O jornalista Mário Monterroso Armas, por publicar as denúncias da fraude, foi assassinado. Outras siglas aparecem: Exército Secreto Anticomunista (ESA), Irmandade Branca, Guerrilha de Acção Libertadora Guatemalteca Anti-Salvadorenha (GALGAS), e Exército Juvenil Anticomunista (EJA). A oposição descobre armas e cadáveres enterrados nos jardins de ricas famílias, como na de Elias Zimeri, sócio de Arana.

A Frente Nacional de Oposição, vencedora das eleições, denunciou que lhe tinham sido roudados 100 mil votos. Com tiros e assassinatos através do uso de garrotes, a polícia e o exército eliminaram todo e qualquer protesto em relação à fraude. Laugerud permitiu a presença de tropas somozistas na Guatemala, na zona de Ixcán, no noroeste do país, e condecorou Augusto Pinochet.

A corrida armamentista do governo guatemalteco — baseada nas aspirações sobre Belize — encontrou um cúmplice em Israel, que vende armas à Guatemala e lhe fornece assessores militares.

Mas, numa visão geral do país, as suas contradições tornaram-se mais profundas com a destruição causada pelo terramoto de Fevereiro de 1976 e com a política inflacionária «de reconstrução nacional».

A situação actual

Em Março de 1978, foram feitas novas «eleições» para presidente e vice-presidente da República. Sessenta e seis por cento dos eleitores

abstiveram-se ou anularam os seus votos. Nenhum dos três militares, que disputavam o posto, obteve a maioria, e foi o Congresso que decidiu declarar, como presidente eleito, o general Romeo Lucas Garcia, com, aproximadamente, 270 mil votos — mais ou menos 10% dos votos válidos, num país de cerca de sete milhões de habitantes — apoiado por uma aliança denominada Frente Ampla, constituída pelo Partido Institucional Democrático (PID), formado pelo exército durante o governo de Peralta Azurdia, que apoiou oficialmente Kjell Laugerud, da mesma forma como o fizera antes com Arana Osorio; o Partido Revolucionário (PR), que levou à presidência Júlio Cesar Méndez

Montenegro, dissidentes do partido pró-fascista Movimento de Libertação Nacional (MLN); e pequenas organizações de diversas tendências.

A 1 de Julho de 1978, Lucas Garcia tomou posse, como presidente, num clima de terror, assassinatos, e sob um virtual estado de sítio, pela extrema vigilância, controlos e detenções arbitrarias feitas pelo exército e pelas diversas policcias. Uma das suas primeiras medidas foi autorizar o aumento dos preços da carne, leite, açúcar e energia eléctrica. Um mês antes, a 29 de Maio, o exército guatemalteco assassinara mais de 140 camponeses indígenas *Kekchis*, que protestavam contra a tentativa de usurpação das suas terras no município de Panzós e Alta Verapaz. □



LANICA

LÍNEAS AERÉAS DE NICARAGUA, S.A.

MANAGUA
 SAN JOSE, C. R. SAN SALVADOR
 MEXICO
 PANAMA MIAMI

Reforma 322
 México 6, D. F.

Tels.: 511-3290
 511-3617



O escândalo do carvão

COLÔMBIA

Uma multinacional, a Exxon, quer o minério colombiano. O governo é a favor, mas economistas que analisaram o projecto são contra

UM grande debate político está a formar-se em torno do contrato de associação feito entre a Intercor, filial da multinacional Exxon, e a Carbolcol, empresa estatal de carvão da Colômbia. O contrato assegura, à empresa estrangeira, uma taxa de lucro de 35% do investimento acumulado e a propriedade de 50% de um jazigo de carvão, com um potencial estimado em 1600 milhões de toneladas.

Essas condições foram consideradas abusivas e inadequadas, para o país, por técnicos da empresa colombiana, que se demitiram depois do governo ter resolvido não dar crédito às suas críticas e manter o

contrato com a multinacional. O acordo refere-se à mina de El Cerrejón, o maior jazigo de carvão da Colômbia, situado na península de La Guajira, ao norte do país, entre a fronteira com a Venezuela e o Oceano Atlântico.

Antecedentes

Como a maioria dos países não produtores de petróleo, a Colômbia está submetida, actualmente, à difícil situação de enfrentar, com êxito, as exigências da crise energética. Mas, apesar do país carecer de uma produção suficiente de petróleo, possui enormes riquezas, especial-

mente hidroeléctricas e carboníferas, que se encontram totalmente sub-exploradas.

O potencial total do jazigo de El Cerrejón ainda hoje não foi estabelecido, mas estudos realizados apenas para a zona norte dessa mina indicaram que ali existem 1600 milhões de toneladas de carvão.

Em Outubro de 1975, durante o governo de Alfonso López Nicholson, foi aberto um concurso internacional para a área de El Cerrejón. Foram convidadas 17 firmas, mas apenas 5 apresentaram propostas. Ganhou a Exxon, a mais poderosa multinacional no mercado de energia.

Mas que tipo de contrato foi assinado entre a Exxon e a Carbocol?

Devido às políticas nacionalistas de alguns países do Terceiro Mundo, que nacionalizaram os seus recursos naturais, as empresas multinacionais desenvolveram um modelo jurídico que se define como «contrato de Associação» e que lhes permite obter o maior rendimento com o menor risco de investimento possível. Em termos gerais, o contrato estabelece uma «associação em partes iguais»: as partes (multinacional e Estado) dividem, por igual, os gastos e os lucros. Ou seja, nesse caso, a Colômbia divide os gastos de investimento com a Exxon que, supostamente participando com a tecnologia, apodera-se de 50% do carvão colombiano — revela o jornalista Washington Uranga, que acompanha, na Colômbia, o desenvolvimento do escândalo provocado em torno do assunto.

Ainda há outros elementos que devem ser levados em conta. O contrato necessita de um operador. A cláusula 10 diz o seguinte: «as partes concordam, que a Intercor será o operador e, como tal, (...) terá a direcção e orientação de todas as operações e actividades que considere necessárias para a montagem, exploração, produção e transporte do carvão obtido na área contratada, inclusive as obras e instalações de infra-estrutura que o projecto necessite e as demais que sejam conexas, complementares ou dependentes entre elas, tais como fábricas eléctricas, instalações portuárias marítimas, linhas de instalações para transporte ferroviário, oficinas, acampamentos, etc.». Por consequência, o contrato dá à Exxon a possibilidade de delimitar as áreas de exploração, estabelecer o montante de investimento, fazer novos contratos e dispor da tecnologia apropriada.

Esse contrato foi considerado «lesivo» para a Colômbia por três técnicos economistas da Carbocol encar-

regados de avaliá-lo. Técnicos do Departamento de Planeamento Nacional e consultores internacionais contratados, deram também pareceres contrários à associação. Mas isso não foi suficiente para que o Governo do Presidente Julio César Turbay Ayala suspendesse o contrato. Ele decidiu considerar comercial a associação e dar continuidade à sua execução.

Manobras da Exxon

Mas porque motivo é o contrato «lesivo» para a Colômbia?

A resposta está numa série de detalhes analisados e denunciados pelos técnicos da Carbocol, Cecilia de Sierra, Liliana Jaramillo e Roberto Forero.

Inicialmente, o contrato estabelecia uma exploração de 5 milhões de toneladas de carvão por ano. Desse total, 50% pertencia à Carbocol e os outros 50% à Exxon. Incidindo sobre a sua parte, a Exxon deveria pagar, à Carbocol, uma taxa de 15%. No entanto, a multinacional, como sócia e operadora do projecto, é quem maneja a infra-estrutura e fixa a taxa e o custo das operações.

Essa taxa, de acordo com o anexo 1 do contrato, deve ser paga, pela Intercor, sobre o preço na «boca da mina». Esse preço é o «preço FOB» (no porto de embarque) menos os custos de operação, basicamente o transporte. A Intercor argumenta que necessita de uma rentabilidade de 35% sobre o investimento. Sobre essa base, ela fixou os preços de transporte, por tonelada de carvão, nos 150 quilómetros que separam *El Cerrejón* do porto. Enquanto os técnicos da Carbocol estavam a calcular o preço máximo em torno de 8 dólares (tonelada por transporte), a Exxon estabeleceu-o em 42 dólares por tonelada para o primeiro ano, segundo a sua proposta inicial.

Por consequência, e sabendo-se que o preço FOB do carvão é de, aproximadamente, 44 dólares por

tonelada, conclui-se que o preço, na boca da mina, deduzidos os gastos de operação, é de 2 dólares por tonelada. Sobre essa soma, a Intercor pretende pagar os 15% de taxa. Uma contraproposta da Carbocol, sobre os custos de transporte, nunca obteve resposta da Exxon.

Mas o mais grave de tudo isso é que, apesar de se ter acordado inicialmente, uma exploração anual de 5 milhões de toneladas de carvão, o projecto foi logo ampliado, por iniciativa unilateral da Exxon, para 15 milhões de toneladas, fazendo-se, então, todos os estudos sobre essa base de produção. Agora, a Exxon já afirma que o jazigo não é comercial se não se explorar, pelo menos 25 milhões de toneladas de carvão por ano.

Isto não seria grave se a cláusula 16 do contrato de associação não colocasse, em vigência, uma série de fórmulas que entram em vigor à medida que se superar a produção dos 5 milhões de toneladas anuais, que se referem, directamente, à participação das partes associadas nos lucros.

Depois de um minucioso estudo dessas fórmulas, conclui-se que a participação da Exxon, nos lucros do projecto, aumenta numa progressão importante, à medida que cresce a produção. Resultado: maior produção, maior lucro para Exxon e menos captação por parte do Estado colombiano. Só neste caso, afirmam os técnicos colombianos da Carbocol, o país poderá perder, aproximadamente uns 5 biliões de dólares.

Um roubo legalizado

A 27 de Agosto passado, os técnicos da Carbocol enviaram um memorando à gerência da empresa, recomendando ao Governo para não levar por diante o contrato com a Exxon, pois não estavam claros muitos aspectos do contrato, o que poderia resultar em prejuízos para os interesses colombianos.

No entanto, a 5 de Setembro, no



Turbay Ayala: dando crédito à Exxon contra os interesses nacionais

meio de uma grande campanha publicitária, o presidente Júlio César Turbay Ayala foi ao Departamento de Guajira para assinar o contrato com a multinacional, o que significou a aceitação, pelo governo colombiano, das condições impostas pela Exxon.

Para os economistas da Carbocol, isso representou a «legalização» do roubo do carvão colombiano. No mesmo dia em que o contrato foi assinado pelo presidente Ayala e pela multinacional, os economistas da Carbocol pediram a demissão dos seus cargos.

Um dos principais problemas de-

nunciados por eles referia-se ao item em que a Exxon se responsabilizava em assumir o risco da exploração, caso ela não fosse comercial, perdendo todo o dinheiro investido na exploração. Na realidade, esse risco é bem reduzido, devido à já conhecida potencialidade da área a ser explorada, hoje estimada em 1600 milhões de toneladas de carvão. Além disso, um estudo minucioso desse item do contrato permite deduzir, segundo os técnicos, que a Exxon cobrará, até ao último centavo e com acréscimos, o seu investimento inicial. Assim, será o Estado colombiano que acabará por tudo pagar.

Uma outra questão é sobre o investimento de 56 milhões de dólares, que a Exxon diz ter feito na fase exploratória. Essa quantia é considerada extremamente elevada pelos técnicos da Carbocol e pelo grupo de consultores internacionais contratados pelas Nações Unidas, o Banco Mundial e a Carbocol. A Exxon pretende incorporar essa quantia no investimento bruto, o que significa que, na realidade, ela não terá risco nenhum, com o agravante de, até agora, não ter apresentado nenhuma conta que prove esse gesto. A apresentação da conta é uma das exigências do contrato, mas a multinacional, de acordo com os técnicos, manifestou em repetidas ocasiões, «que teríamos que aceitar os custos de boa fé».

A situação complica-se, ainda mais, devido ao facto do contrato não estabelecer um limite de produção. Portanto, todos os esforços de investimento da Exxon — que devem ser divididos em partes iguais com o

Estado colombiano — será altamente retribuído em seu benefício. Paradoxalmente e de acordo com o estipulado no contrato, à medida que a Nação aumente os seus investimentos no projecto, vinculada ao ritmo de investimento imposto pela multinacional, a sua participação nos lucros diminuirá a favor de maiores dividendos para a Exxon. Além disso, o contrato, pela maneira como foi feito, torna-se desvantajoso perante outras ofertas que foram feitas ao país.

A lógica indica que, antes de iniciar a montagem das máquinas e equipamentos, cujos custos deverão ser divididos com o Governo colombiano, a Exxon deveria apresentar um estudo da viabilidade de todo o projecto. Inclusive o contrato estipula que esse estudo deve ser apresentado... mas não diz quando. Não há um único desenho do projecto, nenhum estudo do ambiente, que são obrigações da Exxon por contrato. A multinacional deseja ainda impor a condição de que o governo colombiano financie 50% do estudo do ambiente.

Calcula-se que a Exxon em 23 anos extrairá, no mínimo, 600 milhões de toneladas de carvão, provocando um prejuízo de 10 milhões de dólares ao país. Pela sua gravidade, o problema já chegou ao Parlamento colombiano, que poderá influir, junto do governo, a fim de que o contrato seja renegociado. No entanto, fontes parlamentares confienciaram que algumas personalidades de alto nível dos partidos tradicionais estariam envolvidas na negociação com a multinacional. □

leia e assinie o semanário

NOTÍCIAS DO SUL

Largo Severim Faria, 9 — Apartado 63 — Telef. 24899 — 7001 ÉVORA CODEX

A batalha do petróleo

A história de um grande projecto que reconquistou para o país a sua riqueza petrolífera. Hoje a empresa estatal parte para outro desafio: duplicar em cinco anos as reservas nacionais

Juan Loáyzza Fleitas

A Corporação Estatal Petrolífera Equatoriana (CEPE) é uma empresa pública encarregada de executar a política de petróleo do Equador. Foi criada por lei a 23 de Junho de 1972, como consequência da necessidade nacional de manipular, de maneira soberana, os recursos petrolíferos do país e convertê-los num poderoso mecanismo de desenvolvimento económico e social da nação.

Até esse momento — e durante mais de cinquenta anos — a exploração do petróleo equatoriano esteve, sob o controlo exclusivo de poderosos consórcios multinacionais, sem deixar nenhum benefício evidente para o país. A empresa britânica *Anglo Equatorian Oilfields*, e as norte-americanas *Texaco* e *Gulf*, tinham em seu poder os campos produtores da Costa e do Oriente, respectivamente, enquanto uma constelação de empresas estrangeiras mantinha, sob o seu controlo, imensas concessões de exploração que representavam mais da quarta parte do território equatoriano.

Utilizando um método já habitual entre as multinacionais do petróleo, a maioria dessas concessões foi obtida através de turvas negociações com funcionários públicos e, em alguns casos, com a acção intermediária de companhias fantasmas que de-

pois passavam a especular com as suas concessões, à margem da vontade do Estado equatoriano.

Quanto à exploração do petróleo bruto, o caso da *Anglo* é revelador, pois até 1972 não havia exportado mais de 40 milhões de barris de petróleo refinado, procedente dos jazigos da península de Santa Elena, sem que o país recebesse, em troca, nenhum benefício certo. Mas, mesmo assim, nesse mesmo ano, a situação das áreas de refinação e comercialização interna era precária e, em certos momentos, crítica.

As duas unidades de refinação existentes na península de Santa Elena, eram propriedade da *Gulf* e da *Anglo*, e processavam 6 mil e 23 500 barris diários, respectivamente, o que desde há muito era insuficiente para cobrir as necessidades do mercado interno. Isso determinava uma onerosa e crescente importação de derivados, à qual se juntava a importação de produtos reconstituídos e misturas, feita pelas companhias, para abastecer as suas refinarias, pois, por mais absurdo que isso possa parecer, essas unidades não haviam sido planeadas para o processamento do petróleo equatoriano.

Finalmente, o panorama petrolífero equatoriano completava-se com uma carência geral de pessoal téc-

nico nacional e um total desconhecimento dos assuntos referentes ao petróleo por parte do próprio Estado. Foi nessa crítica conjuntura que a CEPE apareceu com o objectivo de resgatar os recursos petrolíferos do país e explorá-los em benefício do povo equatoriano.

A recuperação da soberania nacional

Como consequência do seu nascimento tardio — recentemente concretizado, meio século depois de iniciada a exploração de petróleo no Equador — a CEPE teve de enfrentar grandes dificuldades no início das suas actividades. Pelo facto do seu «mapa petrolífero» se encontrar nas mãos de empresas estrangeiras, a sua acção ficava limitada a poucas áreas de exploração. A isso, somava-se a própria debilidade económica da Corporação e a cerrada oposição de poderosos interesses nacionais e estrangeiros afectados pela presença da entidade estatal.

Contra a opinião dos seus opositores e a desconfiança dos mais cépticos, a CEPE iniciou as suas actividades disposta a demonstrar a capacidade nacional para administrar os seus próprios recursos naturais.

Poucos meses mais tarde, tomou a



O presidente Jaime Roldós (ao centro, de fato escuro) na refinaria estatal de Esmeraldas: renovar a acção da CEPE

responsabilidade da operação dos oleodutos Durán-Quito, construídos pela Empresa Ferroviária do Estado para o transporte de derivados para o interior do país, e, paralelamente, desenvolveu a sua organização técnico-administrativa e assumiu a comercialização básica de gás liquefeito, melhorando o abastecimento interno e diminuindo os preços para o consumidor.

Em Junho de 1974, a CEPE passou a administrar 25% das acções do consórcio *Texaco-Gulf*, adquiridas pelo Estado equatoriano por 42,8 milhões de dólares. Com isso, a Corporação transformou-se, realmente, em empresa petrolífera e o Equador pôde intervir, directamente, nas múltiplas actividades da maior indústria nacional. Nesse mesmo ano, passou também a participar nas operações de refinação das unidades da *Anglo* e da *Gulf*, cujas ampliações financiou.

Outra tarefa fundamental, empreendida pela Corporação naquele ano, foi a construção da Refinaria Estatal de Esmeraldas, o maior complexo industrial do país, cujo custo final superou a cifra de um bilião de dólares.

Paralelamente, a CEP, aumentou o seu património através da incorporação de grandes áreas, até então em

poder de companhias estrangeiras, que não cumpriram com as suas obrigações contratuais e que se negaram a assinar os novos contratos impostos pela Lei.

Em Junho de 1975, a empresa estatal coroava, com êxito, o seu trabalho de exploração na parte oriental do país, perfurando o seu primeiro poço produtivo. Na mesma época, assinou um convénio de associação com a empresa estatal argentina, Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), para a exploração da bacia amazónica equatoriana. Isso somou-se à associação, já estabelecida, com a companhia *Cayman* (hoje *City*), para a exploração na zona oriental.

No ano seguinte, reverteram-se legalmente, para o Estado, os campos operados pela *Anglo* em Santa Elena, com a CEPE a encarregar-se da sua reabilitação. Esse ano foi, também, o clímax do confronto com os interesses multinacionais, que desde 1975 vinham boicotando as exportações equatorianas de petróleo, utilizam Santa Elena, com a CEPE a encarregar-se da sua reabilitação. Esse ano foi, também, o clímax do confronto com os interesses multinacionais, que desde 1975 vinham boicotando as exportações equatorianas de petróleo, utilizando

métodos de pressão e chantagem sobre o país. E, em 1976, chegaram ao extremo de embargar, internacionalmente, o petróleo exportado pela Corporação estatal.

Diante de tal situação, o Estado equatoriano, na aplicação das suas atribuições legais, adquiriu o pacote accionário da *Gulf* no consórcio petrolífero oriental, mediante o pagamento de mais de 150 milhões de dólares, dando outra prova de ponderação e respeito para com os seus compromissos. Deste modo, a CEPE converteu-se no sócio maioritário do consórcio formado com a *Texaco*, controlando 62,5 por cento das suas acções.

O resultado mais evidente da nova situação foi o aumento das exportações de petróleo da Corporação, o que a levou, por sua vez, a um maior conhecimento do mercado mundial e a maiores entradas de divisas no país.

Uma cadeia de êxitos

No começo de 1977, a CEPE teve que enfrentar uma significativa «crise de crescimento». O seu orçamento elevava-se de 6 milhões, em 1973, para 600 milhões de dólares, enquanto que os seus recursos humanos cresceram, no mesmo espaço de tempo, numa média de 75% ao ano. Tudo isso impôs transforma-

ções na estrutura orgânica da empresa estatal, o que, somado às limitações do estatuto legal, reduzia a sua capacidade operacional e dava margem a um questionamento político da sua gestão.

Da mesma forma que nos seus primeiros anos de existência, a CEPE enfrentou, com decisão, os problemas do seu desenvolvimento, e superou-os rapidamente. Assegurou o fluxo das suas exportações através de uma política de vendas a longo prazo, e pôs em andamento a construção de uma grande «rede de armazenamento e distribuição», da qual o país até então carecia. Isso garantiu a estabilidade económica da Corporação e o financiamento dos grandes projectos nacionais de desenvolvimento.

Em Maio desse mesmo ano, en-

trou em serviço a Refinaria de Esmeraldas, e a sua produção (55 mil barris diários) contribuiu para a solução do abastecimento interno, deixando ainda uma certa margem para a exportação.

Finalmente, com a chegada do actual poder constitucional, e graças à sua acção, a empresa dinamizou a sua estrutura orgânica e conseguiu uma significativa autonomia de gestão, tornando-se assim capaz de enfrentar as exigências actuais e futuras do instável mundo do petróleo.

Da mesma forma, a decisão oficial contribuiu para que a Corporação obtivesse o controlo do consórcio com a *Texaco* (do qual é sócia maioritária) através da operadora independente *Petroamazonas*.

Hoje, trabalhando isoladamente, ou em associação com empresas na-

cionais ou estrangeiras, a CEPE tem sob o seu controlo a maior parte das actividades petrolíferas do país.

Na área da produção, a sua participação é superior aos 63% do total nacional. Na exploração, as suas investigações geológicas cobriram 760 mil hectares da zona oriental e 3 mil e 225 quilómetros da costa, além de ter feito investigações geoquímicas em várias regiões do litoral. Perfurou, também, desde 1975, 22 poços na Costa e no Oriente, com resultados altamente positivos. Graças a isso, incrementaram-se, de maneira notável, as reservas conhecidas do país e, proximoamente, novos volumes de produção serão incorporados.

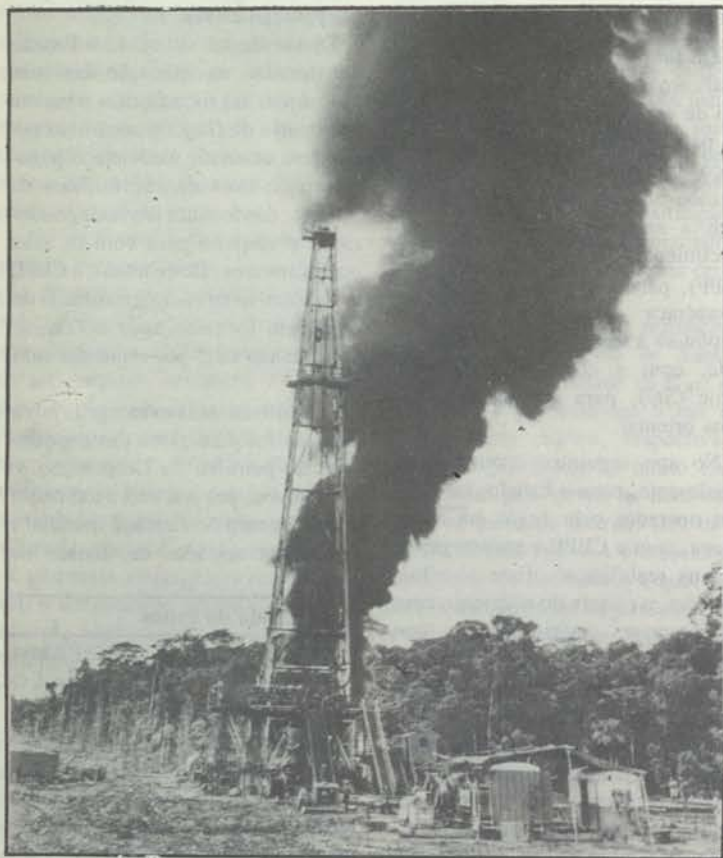
Na área dos transportes, a empresa está a criar um sistema nacional de oleodutos que cobre todo o país e facilita tanto a exportação de petróleo como o abastecimento interno dos seus derivados. Isso é complementado com uma moderníssima rede de armazenamento, cuja capacidade é dez vezes maior do que aquele existente em 1972.

A Corporação controla, totalmente, a comercialização interna por atacado dos combustíveis, por mandato de lei, e compete com produtos da sua marca no mercado livre de lubrificantes. Cabe, ainda, destacar que a CEPE deixou a comercialização interna para o consumidor, nas mãos de empresas privadas, o que as obrigou a formar companhias de economia mista para o engarrafamento e distribuição de gás.

Quanto à industrialização, a CEPE, com a sua acção e recursos próprios, elevou a capacidade nacional de refinação em mais de 300 por cento. Tudo isso evidencia a enorme tarefa realizada pela jovem empresa estatal em benefício do desenvolvimento equatoriano.

Actualidade e perspectivas

Com a presença do Governo constitucional do presidente Jaime Roldós Aguilera, a CEPE renovou o



Na área da produção, a participação da CEPE é superior aos 63% do total nacional



Jose Carvajal, administrador-geral da CEPE: empenhado na descentralização Institucional da empresa

impulso da sua acção, propondo-se a meta de duplicar as reservas nacionais no quinquénio de 1980-85. Com tal objectivo, lançou um agressivo programa de exploração que cobrirá o litoral costeiro, o interior e a região amazónica na sua faixa sudeste, numa área total de 10 mil quilómetros. Somente na Costa, as tarefas de prospecção sísmica terão um inves-

timento superior a 7 milhões de dólares, ou seja, 175 milhões de sucres (1 dólar = 25 sucres).

A entidade estatal, no seu programa de produção, tem como meta um plano de perfurações que permitirá o aumento da produção nacional. No Golfo de Guayaquil, a CEPE decidiu pôr, imediatamente, em produção os grandes jazigos de gás existentes.

No âmbito da industrialização, o novo plano decenal, aprovado pela Corporação, será iniciado este ano com a ampliação da unidade de refinação de Esmeraldas, com capacidade até 70 mil barris diários. Também compreenderá a instalação de uma unidade adjunta para a produção de gasolina, através da polimerização, e a futura instalação de uma refinaria que gerará combustíveis e matérias-primas de origem petroquímica, cujos planos se encontrem bastante avançados.

Outros sucessos recentes da empresa nacional de petróleo são a inauguração do oleoduto Esmeraldas-Quito, a constituição da companhia de engarrafamento e distribuição Austrogas, que actuará no sul do país, e a próxima incorporação à produção de 20 mil barris diários adicionais de petróleo, procedentes dos novos campos orientais.

O actual e substancial empenho da Corporação e do seu administrador geral, o engenheiro José Carvajal

Candell, refere-se à descentralização institucional da empresa, para lhe dar maior agilidade operacional. Com essa finalidade, iniciou-se a criação de unidades operacionais periféricas, cujos orçamentos, estratégias e projectos a longo prazo serão aprovados pela matriz, que será convertida na unidade reitora e de máxima decisão. O primeiro passo nesse sentido foi a criação da Unidade do Golfo, que será encarregada da exploração e pesquisa de petróleo nessa região.

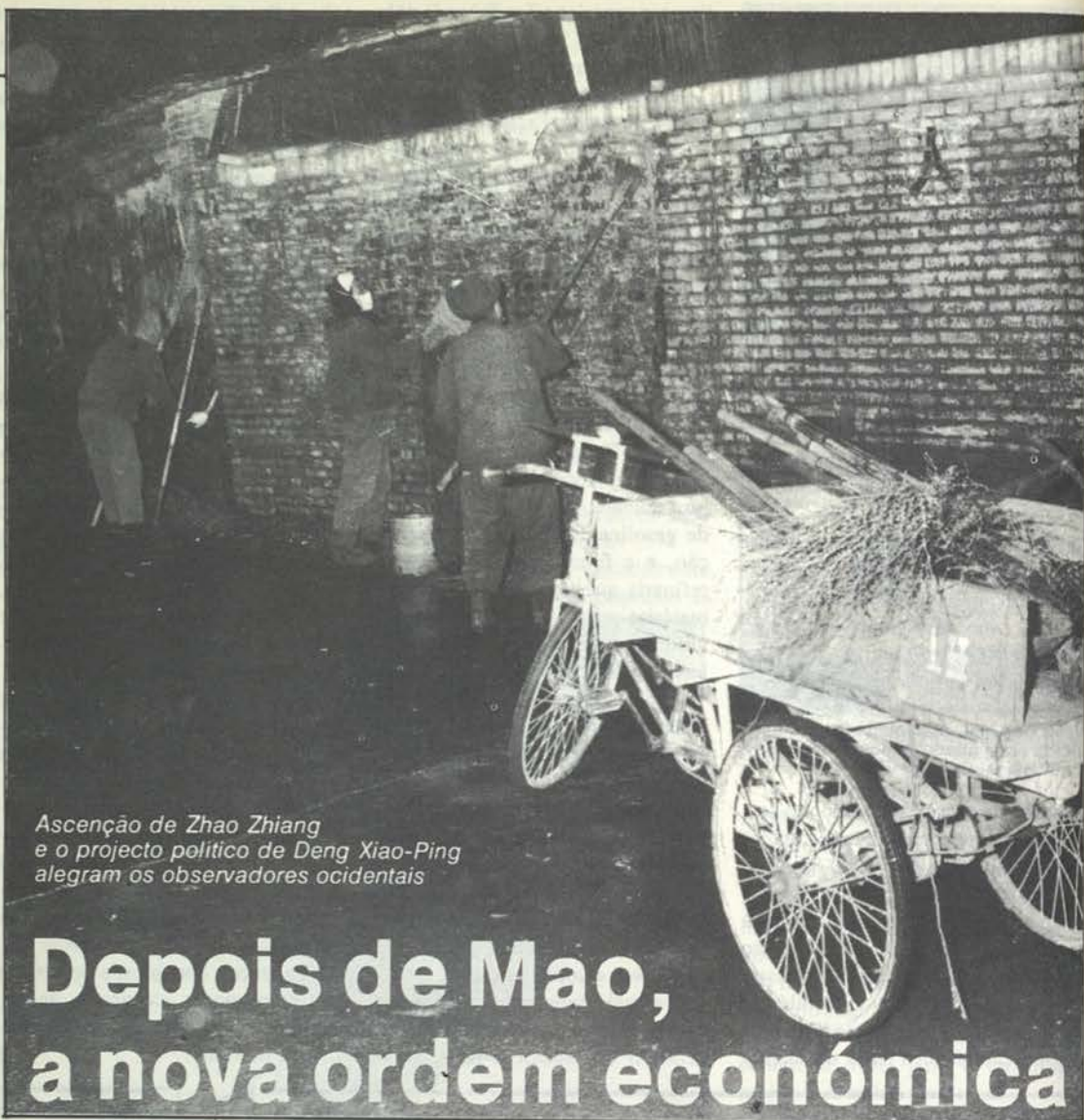
Ao mesmo tempo, a direcção da empresa esboçou uma nova estratégia de participação das empresas privadas na indústria petrolífera equatoriana, mediante o desenvolvimento de empresas de economia mista, em sectores não estratégicos, e a criação de empresas de serviços, de propriedade maioritariamente nacional e capital aberto a subscrições de todos.

Finalmente, junto a todo esse promissor panorama de desenvolvimento e modernização da indústria petrolífera, estão as novas descobertas feitas pela CEPE na costa equatoriana, que dão um potencial produtivo imensamente superior ao da zona oriental. Graças aos novos recursos descobertos e à já provada capacidade da CEPE, o Equador poderá avançar, com passos firmes, no seu empenho de alcançar o desenvolvimento económico e a independência nacional. □

Quer saber algo mais sobre
as regiões autónomas da MADEIRA e AÇORES ?



farol das ilhas - r. mãe d'água, 13-2.º-f - 1200 lisboa - telefone 36 66 13



*Ascensão de Zhao Zhiang
e o projecto político de Deng Xiao-Ping
alegram os observadores ocidentais*

Depois de Mao, a nova ordem económica

A «Ilmeza» dos jornais-murais

FUJIAN, descrita pelos especialistas em questões chinesas como a «isolada província do extremo sul da China», como inúmeros outros centros que foram alvos do «Bando dos Quatro», está a trilhar um novo caminho para esquecer as recordações da Revolução Cultural. Os «criminosos» daquela época estão a ser publicamente julgados e alguns executados com

enorme publicidade. Mas é uma publicidade controlada, que não se estende a nenhum dos actuais dissidentes.

A província (anteriormente chamada Foochow) é também famosa, actualmente, por ser o laboratório onde se testam as chamadas «novas» ideias comerciais e renovadores esquemas financeiros. Através deles, os pragmáticos da China pós-Mao

estão a tentar descobrir como «o socialismo chinês reage quimicamente com a noção capitalista do Ocidente».

Fujian foi a primeira província a criar mecanismos financeiros para atrair capital estrangeiro, a primeira a receber empréstimos dos banqueiros norte-americanos e a primeira à qual Pequim concedeu um estatuto de autonomia. Afirma-se que cin-

Venugopala Rao

quenta das suas maiores fábricas «estão a experimentar o capitalismo», competindo por contratos e explorando novos mercados. Fujian está a estabelecer «zona de livre comércio», como já fazem alguns pequenos países asiáticos, prometendo baixos impostos aos produtos importados e mão-de-obra barata, com o objectivo de conseguir que as multinacionais instalem indústrias destinadas, exclusivamente, à exportação.

O pragmático Deng

Os dois factos — a tentativa de fazer desaparecer os visíveis efeitos da revolução cultural e a abertura da economia às multinacionais ocidentais — estão a ser arquitectados pelo pragmático Deng Xiao-Ping.

Após ter sido expurgado, por duas vezes, da cúpula do Partido, uma durante o auge da Revolução Cultural e a outra algum tempo mais tarde, Deng ressurgiu na vida política do Partido logo após a morte de Mao-Tsé Tung. Desde então, tem vindo a manobrar habilmente e tem conseguido colocar os seus homens de confiança em posições-chave. O seu último golpe foi muito bem sucedido: o seu protegido, Zhao Zhiang, foi confirmado no cargo de primeiro-ministro pelo Congresso Nacional do Povo, em substituição de Hua Kuo-Feng (na primeira semana de Setembro). O próprio Deng renunciou ao posto de vice-primeiro-ministro, juntamente com outros quatro, e vai a caminho de se tornar o novo homem-forte do país.

A base dessa mudança foi acordada, em Março deste ano, quando Hua Kuo-Feng foi persuadido a abandonar o posto de primeiro-ministro e a continuar como presidente do Partido (Hua foi o único homem, além de Mao, a acumular ambos os postos depois da Revolução). Mao

considerava-o seu sucessor: «Contigo no meu lugar, estarei tranquilo», teria dito o grande líder chinês.

Após a morte de Mao — com Deng ainda em desgraça e ainda não em cena — a impressão que se tinha era a de que Hua não ficaria muito tempo no seu lugar. Deng regressou e, de imediato, planeou silenciosamente o seu golpe. Hua, que foi lançado para a fama e o poder durante os dez anos em que o «Bando dos Quatro» deteve o poder (aos quais ele serviu como ministro da Segurança Nacional), foi logo persuadido a denunciar o *gang* e a aceitar a reabilitação do ex-presidente Liu Shao qui (numa cerimónia oficial, em Maio deste ano, em Pequim).

Este facto assinalou, para o mundo, o regresso ao poder dos pragmáticos, liderados por Deng, e agora identificados como os «herdeiros de Liu». Tendo sido violentamente atacado, em 1966, como a

«alta personalidade do partido que estava a tomar o caminho capitalista» e como o «Khrushchev da China», Liu foi o primeiro homem a defender a modernização da economia e do exército, e a preparação de uma hábil elite no partido.

Na época em que era presidente e teórico respeitado, Liu teria dito: «Grandes movimentos não serão possíveis de agora em diante... A principal coisa a ser feita é concentrar todas as forças na reconstrução económica». Deng colocou todos os homens de Liu — agora os seus próprios homens — nas posições de poder e escolheu Zhao Zhiang como condutor da estratégia da abertura da China ao Ocidente.

As mais proeminentes qualificações de Zhao Zhiang para o cargo são as de ter sido um dos humilhados durante a «revolução cultural», ser ardentemente fiel a Deng e, por último, ser considerado, no Ocidente, como «alguém que não se opõe ao capitalismo».



Zhao Zhiang, actual primeiro-ministro: protegido de Deng Xiao-ping

Mas alguns dizem que é Liu, e não o capitalismo, quem está de volta: «Ordem e incentivos mais do que espontaneidade, além de respeito pela experiência em vez de inovações na linha política do comunismo, indicam mais um desejo de progresso industrial do que uma renovação moral». Entre os especialistas em questões chinesas («alguns poucos milhares de espões estrangeiros, analistas, académicos e jornalistas», como foram recentemente identificados por um jornal ocidental), existe uma alegria moderada: a China, sob o governo de Deng, está a adoptar «uma postura mais racional e menos ideológica».

O teste da autogestão

O que significa isto?

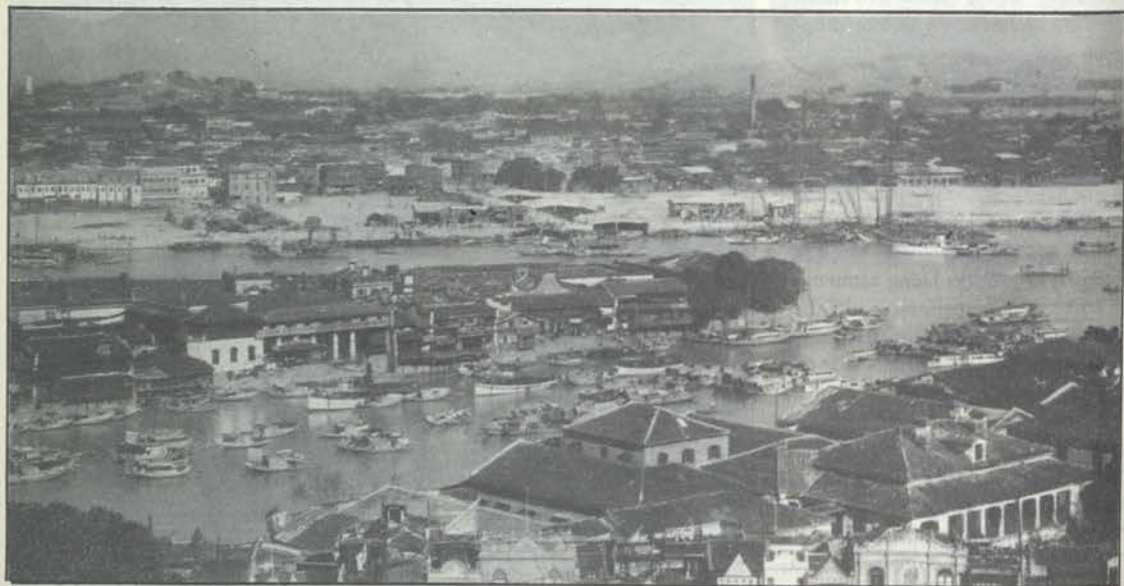
Zhao Zhiang, que dirigiu o partido na cidade natal de Deng Xiao-Ping, Sichuan, de 1975 até ao início deste ano, é exaltado, hoje em dia como o homem que pôs em prática ideias tais como a da competição entre as indústrias e a comercialização da pro-

dução agrícola relativamente liberalizada. E agora, como primeiro-ministro, ele estaria a planear estender esses programas por toda a China.

As indústrias estatais vão testar, a partir de 1 de Janeiro, essa nova política de autogestão, com a qual poderão ter uma maior participação nos lucros e opinar no processo de planificação. Num importante discurso pronunciado em Março deste ano, Deng Xiao-Ping destacou a nova meta para a década de 80: alcançar 1000 dólares de rendimento *per capita* até ao ano 2000 (mesmo assim, 1000 dólares, que corresponde ao actual rendimento *per capita* de Taiwan, representaria menos que o rendimento de Singapura, que é de 3000 dólares, e o de Hong Kong, que é de 2000 dólares). Mas, na China, afirmou Deng, a vida seria comparativamente melhor, pois o desenvolvimento seria alcançado sob condições socialistas e uma grande parte do rendimento seria directamente distribuído aos trabalhadores.

No entanto, tem-se observado, dentro do próprio partido e da máquina governamental, uma resistência a essas novas experiências de conceder autonomia às indústrias e aos governos locais das províncias, política-chave da descentralização intimamente identificada a Zhao Zhiang. Consta que o próprio Zhao admitiu isso num discurso: «Surgiram contradições entre este sector da estrutura económica, onde têm sido feitas essas reformas iniciais, e a estrutura como um todo, que permanece a mesma. No processo de aumento da independência por parte das empresas e do uso da economia de mercado... surgiram algumas actividades ilegais, tais como a especulação e a exploração... à custa do interesse do Estado».

Para superar essas deficiências, a nova direcção afirmou, na sua declaração política, apresentada ao Congresso Nacional do Povo em 1 de Setembro passado, que enquanto a propriedade estatal dos meios de



Depois da revolução cultural, a província de Fujian é laboratório das novas ideias comerciais



Xiang Xing, viúva de Mao. Os erros que cometeu foram, segundo Deng, diferentes dos do seu marido

produção permanecer como princípio básico, cada pessoa será paga de acordo com o seu trabalho (para aumentar a produção e fornecer incentivos) e que o sistema experimental de autogestão seria introduzido em 6600 empresas estatais este ano. Essas empresas teriam maior poder de decisão; poderiam negociar as matérias-primas e a produção além da quota estabelecida pelo Estado; comercializar a sua produção excedente (acima da quota) e dar aos seus trabalhadores gratificações por um trabalho melhor. No próximo ano, algumas empresas terão permissão para trabalhar directamente com bancos comerciais estrangeiros, serão encorajadas a operar independentemente e a fazer total uso da taxa de juros para aumentar os seus rendimentos.

Nas comunas agrícolas, foi dada maior autonomia às brigadas de produção e aos grupos de trabalho. Em vez de agricultura de massa e pagamento igual, estão a ser incentivadas pequenas unidades de produção: as que ultrapassam as metas fixadas pelo Estado são recompensadas. Os camponeses podem-se empregar em linhas de produção paralelas em pequenos lotes de terra privados e vender a sua produção em mercados livres.

Este projecto económico, comunicado ao Congresso pelo vice-primeiro-ministro Yao Yilin, renuncia ao rigoroso controlo governamental sobre sectores da produção e sugere a «remoção de todas as leis e regulamentos, actualmente em vigor, que sejam inconsistentes...» O projecto também facilitará, aos chineses, as negociações com países estrangeiros.

Muitas multinacionais, com bases nos Estados Unidos e na Europa, já fazem fila para discutir uma maior colaboração no sector da indústria

pesada, e no das indústrias militares afins. Permitiu-se que firmas norte-americanas construam fábricas na China para produzirem helicópteros e equipamento electrónico de desenho norte-americano. Além disso, consta que a administração norte-americana aprovou mais de 400 licenças para exportação de sofisticados equipamentos electrónicos e militares de apoio: muitos deles com «duplo-uso», ou seja são utilizados tanto para fins civis como militares.

Enquanto tudo isto se destina a promover a modernização da indústria e também do exército popular, há sinais de que o controlo do partido está a tornar-se mais rígido. O direito de colocar jornais-murais, uma das «quatro grandes liberdades» estabelecidas na Constituição antes da morte de Mao, em 1976, foi abolido. O Congresso Nacional do Povo endossou a recomendação do seu comité permanente de remover o artigo 45 da Constituição que dizia: «Os cidadãos gozam do direito de falar, fazer passeatas e greves e têm o direito de expor os seus pontos de vista livremente». A anulação formal do artigo foi precedida pela destruição de jornais murais e revistas dissidentes, que haviam florescido até alguns meses atrás.

Na véspera das recentes mudanças na estrutura da direcção, Deng disse num discurso: «O que aconteceria se permitíssemos que tais coisas (os

jornais-murais e revistas dissidentes) se espalhassem sem nenhum controlo? Existem muitos exemplos disso no mundo e também na China. Não pensem que essa maneira de agir não nos conduzirá ao caos, e não considerem essa questão como de pouca importância. Algumas poucas pessoas podem sabotar a nossa grande causa...»

Foi noticiado que os militares fiéis a Deng, no quartel-general do exército da região de Kuming, disseram, recentemente, a jornalistas de visita à China, que os decontentes «embora em pequeno número, não hesitariam em agir se o clima se mostrasse propício...» Mas é possível que forças, dentro e fora da China, tenham interesses comuns em assegurar que tal tipo de situação não se desenvolva facilmente. Um passo simbólico nesse sentido, mas não menos importante, foi a decisão tomada por Deng e pelos seus camaradas de levarem a julgamento o «Bando dos Quatro» (os quatro acusados são a viúva de Mao, Xiang Xing, Wang Hungwen, ex-operário de uma fábrica em Shangai, Yao Wenyuan, um teórico e figura dos meios de comunicação e Chang Chung Chiao, propagandista da «revolução cultural»).

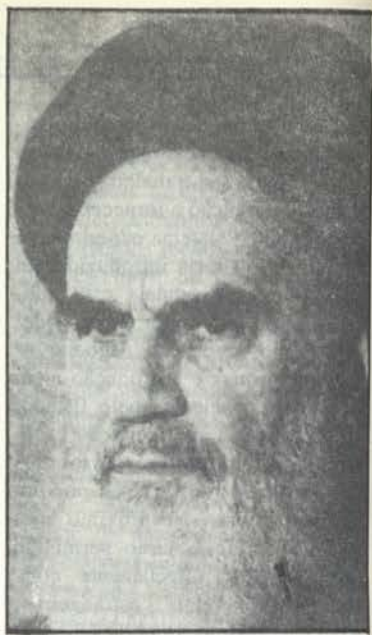
Deng afirmou, entretanto, que os seus erros não poderiam ser vinculados aos de Mao. «Os erros de Mao foram políticos», disse. Deng parece estar agora a encaminhar-se para a posição que Mao uma vez sustentou: ele não mantém, formalmente, nenhum posto oficial, é apenas o vice-presidente do partido, abaixo de Hua Guo-feng, a quem se permite ser o presidente titular. Mas, se Hua perder também o seu cargo, e Deng ficar sozinho no poder, conseguirá ele evitar os seus próprios «erros políticos»?



Saddam Hussein



Bani-Sadr



Khomeiny

IRÃO-IRAQUE

Uma guerra que vem de longe

Desde séculos, os persas puseram o olho e a tropa sobre o Shatt-al-Arab. Quando, sob o comando do ayatollah Khomeiny, a revolução derrubou o Xá, renasceu a esperança de uma era de entendimento. Mas o que ocorreu foi o contrário. O problema histórico complicou-se com alguns ingredientes explosivos: fanatismo religioso, petróleo, projectos de denominação imperialista. Em Africa, recorda-se que é o corvo que ganha quando os gafanhotos lutam até ao holocausto

Neiva Moreira

OS dias decisivos da revolução contra o xá encontraram-me numa viagem de trabalho pelo Médio Oriente. Nas capitais árabes o ambiente era, em geral, de euforia pela vitória popular, que estava sendo conquistada sob a liderança do *ayatollah* Ruhollah Khomeiny. Os sentimentos dos árabes em relação à dinastia iraniana oscilavam entre o desprezo e o ódio.

Também em Bagdade o povo saudava a revolução com esperança e alívio. Os jornais davam simpático destaque à rebelião popular e, a televisão e a rádio ofereciam uma cobertura permanente da acção dos revolucionários. Nas ruas, o fim do reinado de Reza Pahlevi era recebido como um passo importante para a convivência pacífica entre dois povos historicamente confrontados.

O facto de Khomeiny ter estado, durante quase quinze anos, exilado numa pequena cidade perto de Bagdade, desfrutando da hospitalidade do povo e das garantias do governo, aumentava a confiança num futuro de entendimento.

O governo transmitiu ao imã uma calorosa mensagem de felicitações, realçando a esperança de que, com a vitória da revolução, se inaugurava uma nova época nas relações entre o Iraque e o Irão.

Não se considerava de maior importância a circunstância de alguns meses antes da deposição do xá, o *ayatollah* ter deixado o Iraque a pedido do seu governo, para ir instalar-se em Paris. Dava-se do facto uma explicação que os meios oficiais iraquianos consideravam correcta e justa. A revolução no Irão estava, então, no auge e o xá ameaçava tomar drásticas represálias contra o Iraque se Khomeiny não deixasse o país, de onde, durante anos preparou e dirigiu a sublevação. Uma invasão que, naqueles dias, teria sido negativa, não só para esse país como para o próprio processo revolucionário iraniano, pois o xá

tentaria recuperar o apoio do povo em nome de uma «guerra patriótica» contra o seu vizinho e rival.

A solução fôra previamente discutida com os amigos do *ayatollah*. O governo de Bagdade estava no propósito de evitar qualquer pretexto com o qual Reza Pahlevi justificasse uma guerra.

Um momento difícil foi quando o xá exigiu às autoridades de Bagdade que confinassem e silenciassem o imã, prometendo, se isso fosse feito, reduzir a pressão militar nas fronteiras.



Tanques Iraquianos em combate

ras, cumprir os acordos assinados em 1975, em Argel, para o uso copartido do canal de Shatt--al-Arab e, como selo da paz, visitar o Iraque. A recusa do governo iraquiano a essa exigência criou uma crise muito grave, que só não resultou na guerra porque o xá já não tinha a certeza de poder dominar a situação revolucionária no seu próprio país.

Considerava-se, em Bagdade que os vitoriosos revolucionários iranianos saberiam avaliar, com realismo e espírito de justiça, o contexto em que se produzira aquela medida.

Uma herança difícil

Era evidente que as esperanças dos iraquianos de uma nova época nas relações com o Irão não se limitavam, apenas, a um desanuviamento nas fronteiras, mas a uma solução definitiva do contencioso que separava os dois países. Tanto o Irão como o Iraque, estavam na mira dos Estados Unidos. Ambos os governos apoiavam a causa palestina e integravam o Movimento dos Países Não Alinhados.

A meta desejada era que os acordos de Argel fossem cumpridos. Havia um consenso de que se tratava de um convénio muito favorável ao Irão e, por isso mesmo, o governo iraquiano havia sido muito criticado nos meios progressistas internacionais. Na verdade, os mesmos foram o resultado de uma situação muito tensa na fronteira e de uma correlação de forças militares desfavorável ao Iraque.

Mesmo assim, o xá não cumpriu nada. O fundamental, que era uma delimitação equitativa do uso do

canal de Shatt-al-Arab, historicamente árabe, mas dominado pelos persas há cerca de quatrocentos anos, não foi cumprido.

Como os restantes países árabes, o Iraque esperava que o novo governo de Teerão devolvesse, aos Emiratos Árabes Unidos, as três pequenas ilhas de Tomb, Pequena Tomb e Abu Massa, posições estratégicas nos acessos ao estreito de Ormuz e que o xá havia ocupado pelas armas.

«Todos esperávamos — escreve o diário *Al Anbaa*, do Kuwait — que a revolução iraniana anunciasse, ao tomar o poder, a retirada dos territórios e águas iraquianas ocupadas pelo ex-xá e das três ilhas árabes tomadas aos Emiratos. Não foi isso, porém, o que sucedeu».

O problema das minorias árabes e curdas

Esse, no entanto, não era o único problema que complicava as relações irano-iraquianas. No Irão há uma numerosa minoria de origem árabe que habita a província do Cuzistão, chamado pelos árabes Arabistão. Essa região é um dos centros principais da produção petrolífera iraniana e, em épocas passadas, foi tomada pelos persas aos árabes.

As populações do Cuzistão mantêm os seus vínculos culturais com a civilização árabe e reivindicam que esses valores sejam respeitados pelos iranianos. No pacote de problemas que Bagdade esperava ver solucionados pelo governo do *ayatollah*, inclui-se uma maior autonomia administrativa, mas, sobretudo, cultural para essa província.

Já a situação dos curdos também preocupa os iraquianos, mas a um outro nível. Há, actualmente, cerca de sete a oito milhões de curdos, espalhados por vários países, mas especialmente na Turquia, no Irão e no Iraque. Essa comunidade mantém um grande apego à sua cultura e, em geral, os seus sentimentos têm sido



A fronteira Irão-Iraque

usados pelo imperialismo, quando isto convinha aos seus interesses. Num passado recente, os Estados Unidos, Israel e o xá financiaram um grupo dissidente curdo numa luta cruenta contra o governo de Bagdade. Hoje, a situação é diferente. Enquanto o ambiente no Curdistão iraquiano é de paz, há guerra na área curda do Irão e grande tensão na da Turquia.

Em Fevereiro último, visitei o Curdistão do Iraque, que é uma parte da fronteira «quente» que separa esse país do Irão. A sua capital é Arbil, uma cidade moderna e dinâmica, que, segundo os telegramas, também foi bombardeada pela aviação iraniana. O Curdistão é, hoje, uma região iraquiana com autonomia administrativa, cobrindo quase todos os campos de actividade do Estado, menos as relações exteriores e a defesa nacional. É oficialmente denominada Região Autónoma.

Do ponto de vista cultural, que foi sempre um motor das reivindicações, foram feitos grandes progressos. Há uma universidade própria, uma estação de rádio e outra de televisão, transmitindo em curdo, e uma destacada actividade editorial (mais de cem livros no ano passado) tam-

bém no idioma regional. O governo central está a fazer investimentos maciços na Região Autónoma, principalmente nos sectores da indústria, agricultura e turismo. A participação dos curdos no governo é notória, a começar pelo vice-presidente da República, Taha M. Marouf, que é curdo.

O Partido Democrata Curdo, PDK (curdo com K) integra uma frente política com o Partido Baas, dominante no Iraque, e há curdos nos dois partidos.

Abdul Gafaar Hasal, que tem no seu curriculum uma história de cárceres e perseguições, quando lutava contra as ditaduras iraquianas, optou pelo Baas e é um dos seus dirigentes na Região Autónoma. Ele disse-nos que a sua comunidade desfruta hoje de uma situação que não tem paralelo com a das minorias curdas do Irão e da Turquia. Mesmo depois da revolução, a minoria iraniana de origem curda (cerca de três milhões de pessoas) vem sendo reprimida a canhão e bombardeamentos aéreos, enquanto na Turquia, onde há mais de dois milhões de curdos, só por chamar-se como tal já é motivo para ser submetido a processo.

«É natural, que nos sintamos soli-

dários com a luta dos curdos no Irão e na Turquia. Prestamos-lhes a assistência humanitária ao nosso alcance e, se cruzam a fronteira iraniana, que fica a pouco mais de cem quilómetros de Arbil, recebemo-los fraternalmente», disse-nos um dirigente do PDK.

O *ayatollah* não crê que essa solidariedade seja apenas humanitária e acusa o governo iraquiano de estar a armar os curdos do Irão, tal como o já fazia com os curdos do Iraque.

Esse é mais um motivo para tornar difíceis as relações com Bagdade.

Tensões crescentes

Desse modo, os problemas das fronteiras terrestres e marítimas, o tema curdo, as tensões no Cuzistão, a exigência da devolução das três ilhas aos Emiratos e outros núcleos de conflitos, complicam o panorama das relações entre Teerão e Bagdade.

O governo iraquiano fez repetidas exigências de que os acordos de Argel fossem cumpridos. Teerão negava-se. Depois de começada a guerra, o presidente do Irão, Bani Sadr, admitiu que o seu governo realmente não cumpria esse convénio e explicou a razão: não se sentia

obrigado a respeitar a assinatura do xá em qualquer tratado.

O ministro dos Negócios Estrangeiros do Iraque, Saadum Hammadi, declarou a esse respeito: «O nosso país esgotou todos os meios pacíficos para convencer Teerão de que devia respeitar os compromissos de Argel».

«Os protocolos anteriores, assinados em 1913, em Constantinopla, depois actualizados em 1937, foram igualmente desrespeitados por Reza Pahlevi, tal como faria com o de Argel, de 1975. Todos eles tentavam soluções negociadas para os problemas fronteiriços», sublinhou o ministro da Defesa do Iraque, e comandante das suas forças terrestres, general Adnam Khairallah.

A situação tornava-se mais obscura quando, sob a inspiração do imã Khomeiny e dos seus *moullas* (sacerdotes muçulmanos) todos esses problemas passaram a ser discutidos e projectados sob uma justificação religiosa. A revolução não deveria limitar-se ao Irão, onde realizou uma gesta histórica ao liquidar a ditadura Pahlevi, mas espalhar-se pelo Mundo Islâmico, sobretudo nos países onde vivem comunidades chiitas

(ramo do islamismo com alguns pontos distanciados do outro ramo, o sunita) e nos quais se deveria, também, instalar governos teocráticos islâmicos.

Essa espécie de cruzada religiosa, despertou receios em vários países árabes e resistências noutros. Mas também provocou profundas divisões e controvérsias nas próprias forças que fizeram a revolução no Irão.

Sectores da esquerda iraniana opuseram-se à radicalização da influência religiosa no processo político. Não estavam de acordo com a substituição de uma tirania política por qualquer tipo de fanatismo religioso, que fora desenterrar, dos porões da história, práticas condenadas mesmo pelos sectores islâmicos modernos, como os açoites públicos ou a lapidação de mulheres acusadas de adultério ou prostituição.

A posição do Iraque

Os países do Golfo tinham que ser, até por motivos geográficos, o alvo imediato da ofensiva dos integristas islâmicos de Teerão. Mas, para isso, era necessário eliminar a



Prisioneiros iranianos esperando o fim da guerra



A luta em campo aberto

primeira linha de resistência que estava no regime de Bagdade, com programas socializantes e uma prática absolutamente laica.

Os *mullahs* apertaram, assim, o cerco sobre esse país. Classificaram o seu regime de «comunista», «pró-soviético», mas, ao mesmo tempo, «pró-americano» e «pró-sionista». O presidente do Iraque, Saddam Hussein, foi apresentado como um dirigente «satânico», que era preciso, não apenas, derrubar, mas liquidar.

A cada nova ofensiva verbal, sucediam-se pressões militares na fronteira e infiltração de «missionários» que deveriam sublevar o país — sobretudo os chiitas — contra os «inimigos do Islão». Os apelos à guerra religiosa foram constantes e cada vez menos discretos.

Khomeiny estava seguro de que o exército iraquiano, que acreditava estar impregnado do fanatismo religioso, derrubaria Saddam e que o povo receberia, de braços abertos,

um regime semelhante ao que domina no Irão.

«A guerra é entre o Corão e os infiéis», proclamou o *ayatollah* quando se desencadearam as operações em larga escala.

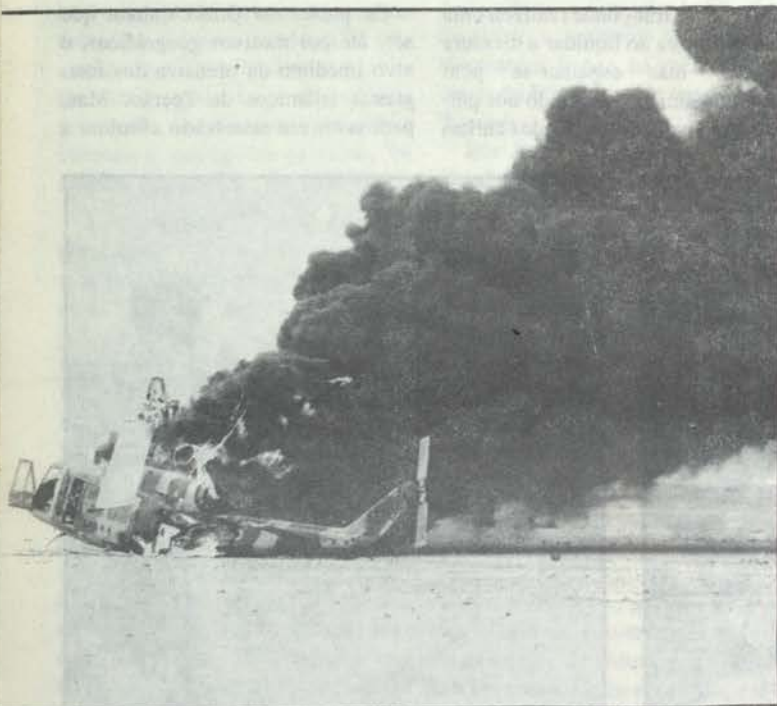
Como jogam os norte-americanos?

Começada a guerra, a primeira interrogação que se colocava nos meios diplomáticos internacionais era como iriam jogar os norte-americanos. Evidentemente que a sua posição não tem sido fácil neste conflito. O regime do xá era um sub-produto do plano imperialista para o Médio Oriente, a Ásia Central e o Índico. O seu derrube foi, assim, um duro golpe para o Pentágono. Depois veio o episódio dos reféns, um problema que escapou ao controlo do governo para ser directamente manejado pelos sectores mais radicais do grupo do poder. O presidente Bani Sadr tentou várias vezes libertar, senão todos, pelo menos

parte dos reféns, e hoje queixa-se de que a sua retenção indefinida foi um erro que comprometeu a segurança do país e contribuiu para isolá-lo diplomaticamente. O facto concreto é que, mesmo preferindo um Irão revolucionário a um Iraque nacionalista e anti-imperialista, profundamente empenhado na causa árabe e na luta pela libertação da Palestina, a Casa Branca não podia sair de uma aparente neutralidade enquanto os seus diplomatas estivessem presos pelos guardas revolucionários. A sua directiva teria que ser muito mais sofisticada e paciente.

Isso não significa que Washington esteja contente com o regime dominante no Irão, ou que Khomeiny seja o seu modelo predilecto. Do mesmo modo, seria irrealista considerar que foram os estrategas dos Estados Unidos que planearam e conduziram a crise entre o Irão e o Iraque até à guerra.

Não há dúvidas de que há, nesse



Um helicóptero Iraniano abatido ...



... a comemoração dos soldados iraquianos

episódio, a interferência de factores religiosos, culturais, históricos e também geopolíticos. Desde Ciro, o Grande, que os persas nunca renunciaram à ideia do domínio sobre a região do Golfo. Os seus sucessores, sobretudo depois do advento do petróleo, cultivaram sempre essa ideia hegemónica, embora acusando os árabes, sejam os sauditas, os iraquianos e, inclusive, os egípcios de Nasser, de alimentarem esses propósitos. Tudo isso contribui para uma guerra que, pelo menos neste momento, não convém aos Estados Unidos e muito menos à Europa Ocidental, ao Japão e à União Soviética.

Mas isso não significa que, instalada a crise, os Estados Unidos não tenham procurado interferir no seu curso, procurando restabelecer, senão no todo, pelo menos em parte, a sua anterior influência sobre o governo de Teerão.

Um objectivo lógico da estratégia da Casa Branca, no quadro do es-

forço para melhorar a sua situação no Irão, passa, necessariamente, pelo reaparecimento do exército como força política. Os Estados Unidos nunca se apoiaram nesse país em qualquer partido em particular. A sua influência exercia-se através do xá e dos militares. Se estes voltam à cena com as prerrogativas e o poder que uma guerra obviamente lhes concede, melhor para os norte-americanos, que devem ter mantido, nas forças armadas, muitos amigos e servidores, apesar da severa depuração comandada pelo *ayatollah*.

O que faltaria era derrotar o Iraque.

Sinais de mudança

Temos de considerar ainda um dado significativo da crise no Irão: nos últimos meses, a situação interna avançava para uma deterioração muito grande, em cujo contexto era notório que os sectores mais pro-

gressistas da revolução estavam a perder, ou já haviam perdido, a sua influência dos primeiros tempos.

Não só Khomeiny como os seus principais lugares-tenentes, no governo e no parlamento, estavam a apertar o cerco em torno da esquerda, que passou a ser duramente perseguida. O clima anti-soviético agravava-se. A URSS passou a ser uma «potência satânica» e as correntes progressistas, mesmo aquelas que nada têm a ver com os soviéticos nem com o marxismo, eram denunciadas como metidas em planos de traição nacional.

Uma análise objectiva da revista terceiro-mundista *Afrique-Asie*, que, como todas as forças progressistas do mundo, apoiou a revolução iraniana e, em algumas ocasiões, se distanciou da linha política do Iraque, chama a atenção para este facto sintomático: os sectores mais reaccionários e tradicionalistas do conjunto de forças da revolução toma-



... e a destruição a chegar a Khoramchar, no Irão

ram conta do poder. A partir daí, vinha a realizar um sistemático e perigoso trabalho de divisão interna que enfraquecia o Poder e abria aos Estados Unidos, uma nova oportunidade de penetração, sobretudo em certos sectores do governo e das forças armadas. Ora, o exército foi criado e desenvolvido à medida dos interesses norte-americanos e nada mais natural que muito da sua inspiração anterior, e também dos seus quadros, permanecessem intactos, desejosos estes de se desforrarem dos sectores de esquerda que estimularam e apoiaram a depuração dos seus elementos mais repressivos.

Se, numa guerra, esse exército saísse vitorioso, mataria dois coelhos de uma só vez: ganharia condições internas para se desembaraçar do governo de Bani Sadr, numa primeira etapa e, do próprio imã, depois, e estaria melhor colocado para fomentar o derrube do governo de Saddam Hussein, no Iraque.

Em Teerão, acusa-se Saddam de tudo. Mas a Casa Branca sabe que não é assim e por isso não confia em Saddam. Bagdade não mantém relações diplomáticas com Washington e há, entre outras, duas decisões do governo de Saddam que não são do agrado de Washington: o facto de as forças armadas iraquianas equipadas, quase que exclusivamente, com armamento soviético, e a instalação de um reactor nuclear de grande potência com a cooperação da França.

Os desentendimentos entre o Partido Baas e o Partido Comunista, que constituíam, a nível de governo, uma frente política, foram aproveitados pela propaganda adversária para minar as relações com a URSS. A meta principal era reduzir o fluxo do armamento soviético. Numa entrevista em Bagdade, o presidente do Iraque foi muito instado pelos correspondentes ocidentais a relacionar os dois factos. Eles disse que as relações com a URSS se mantinham inalteradas, apesar do conflito com o PC

— um assunto de política interna — e que a base principal do armamento iraquiano continuaria a ser o armamento soviético.

Também a circunstância de que Bagdade se transformava num refúgio dos perseguidos políticos do Mundo Árabe, nomeadamente do Egipto, e que melhoravam as relações com o Iémen do Sul, o único regime árabe marxista, facilitando a criação, no Golfo e no Índico, de um poderoso polo de poder económico e militar capaz de conter a presença imperialista, são outros avanços lembrados pela citada revista que preocupavam Washington. Explicava-se, assim, uma linha de acção pouco dissimulada visando a substituição do regime de Bagdade.

Quando os generais da extrema-direita assumiram o poder na Turquia, não faltou quem visse nessa evolução um passo mais para a re-

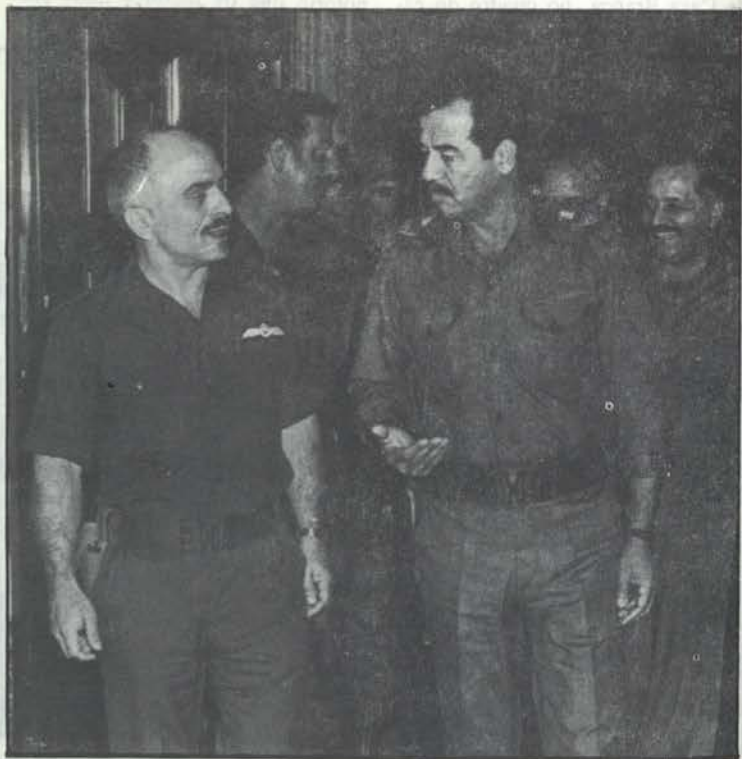
composição da estratégia norte-americana na região.

Pensar que o Médio Oriente está esquecido pelo Pentágono é uma utopia. Metade do petróleo que o mundo ocidental consome vem daí. Aí estão sessenta por cento das reservas petrolíferas, 2 800 poços produtores; 24 terminais portuários assegurando a exportação; 20 grandes refinarias e nada menos de 20 mil quilómetros de oleodutos.

A posição da URSS

De qualquer maneira, o quadro político-diplomático-militar não é fácil para os Estados Unidos, como não o é para a URSS.

A guerra trava-se muito próximo da área de segurança dos soviéticos e envolve países com os quais Moscovo mantém relações estreitas. A presença de uma poderosa esquadra



Hussein e Saddam. O rei da Jordânia apoia o Iraque na luta



O problema do combustível num dos maiores produtores de petróleo do mundo. Consequências da guerra

norte-americana no Índico não é um passeio turístico mas um factor militar importante que modifica a correlação de forças no flanco sul do dispositivo de segurança da União Soviética.

Os comentaristas de Moscovo deixam entender que o seu país considera que o actual conflito é, apenas, um episódio de uma confrontação maior. O epicentro da turbulência na região continua sendo um Israel poderoso e pronto a actuar quando os interesses da sua própria política expansionista e/ou os dos Estados Unidos assim o exigirem. A advertência da URSS, de que poderia sentir-se compelida a intervir, no Médio Oriente, se Israel aproveitasse a situação para atacar os seus vizinhos, contribuiu para esfriar os entusiasmos dos «falcões» de Telavive.

Os próprios soviéticos se encarregaram de desmentir as notícias de que o acordo com a Síria ultimamente renovado, era uma atitude anti-iraquiana, e que a URSS estaria a abastecer, ao mesmo tempo, as

forças do Iraque, através do Iémen do Sul e da Etiópia, e a fornecer certos elementos bélicos ao Irão.

Os soviéticos têm realçado que o seu maior interesse, na região, é cooperar para uma paz negociada nessa guerra, e nisso a sua linha diplomática coincide com a dos países da Europa Ocidental.

Esquadra norte-americana no Índico, problemas nas fronteiras estratégicas, crise no Médio Oriente, tudo isso deve aconselhar os soviéticos a uma posição prudente. Os seus porta-vozes insistem em que o interesse dessa superpotência passa pela paz na área, com o restabelecimento da unidade árabe.

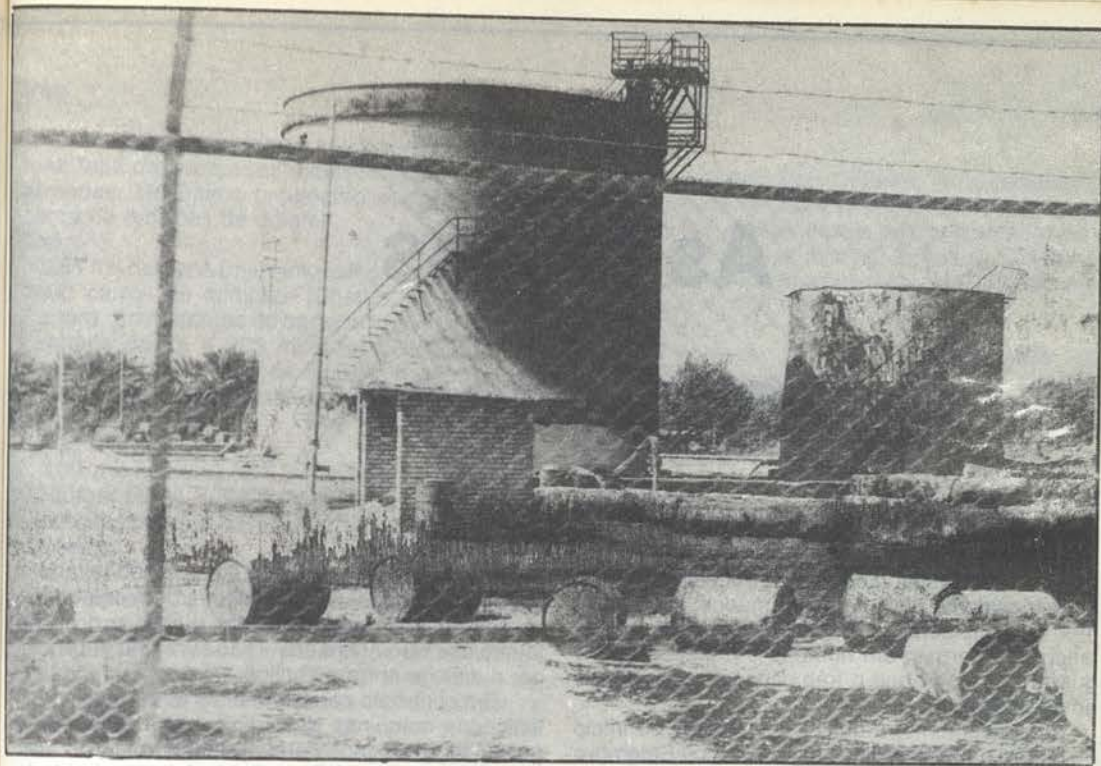
Um comentarista do diário *El País*, de Madrid, escreveu a propósito: «Um dos factores de gravidade do conflito na região (Médio Oriente) está na situação da URSS, ameaçada hoje em todas as suas fronteiras, desde a China até às da Europa, estas dentro da sua zona de segurança, ou seja, a dos países do Pacto de Varsóvia». A situação no Afeganistão enquadra-se nesse con-

texto geopolítico. Quanto à paz ela virá hoje ou amanhã. Os iraquianos delimitaram, claramente, os seus objectivos militares que, em princípio, não prevêem a extensão da guerra ao interior do Irão. «Não queremos um palmo de terra dos iranianos», declarou o presidente Saddam Hussein.

Essa posição foi reiterada pelo vice-primeiro-ministro Tarek Aziz, depois de uma viagem a Moscovo e Paris. «Estamos dispostos a negociar com todas as partes que mantenham essa mesma disposição. A base de qualquer negociação, é o respeito por parte do Irão da soberania iraquiana sobre o canal de Shatt-Al-Arab e os outros territórios que são do Iraque por força de convénios internacionais», precisou. Aziz revelou uma posição muito flexível, dizendo que o seu governo «não recusa qualquer esforço de mediação, menos os que procedam dos Estados Unidos e de Israel.»

Um xadrez complicado

O problema da unidade árabe, tal como se coloca hoje, é, contudo,



Os bombardeamentos Iranianos atingiram Bagdade e a sua periferia

nalistas de Mossadegh, deposto depois de nacionalizar, no ano de 1952, o petróleo iraniano, poderá fazer para restabelecer o sentido, verdadeiramente revolucionário, do poder que se instalou com a queda do xá.

A perspectiva, alimentada pelo imã, de um levantamento popular e militar contra Saddam Hussein, não parece ter qualquer viabilidade, sobretudo quando a resposta nacional ao apelo à luta foi muito grande e o seu exército conquista expressivas vitórias no campo de batalha. Também não teria sentido, nem se enquadraria na estratégia iraquiana revelada pelos seus dirigentes em Bagdade, levar o seu exército a Teerão, forçando a capitulação do seu governo.

É uma situação que pode, pela própria natureza do conflito, levar a uma estabilização da frente terrestre, depois que se completaram os avanços que os iraquianos consideram

necessários à protecção da sua fronteira. Restará, sem dúvida, uma área para a paz negociada, que se torna urgente e necessária.

O incremento de uma guerra na região tensa e crítica do Médio Oriente, pode levar a uma catástrofe. Os países do Movimento dos Não Alinhados têm estado em permanente contacto e procuram abrir caminho a uma negociação. Também a Conferência Islâmica, a Liga Árabe e amplos sectores das Nações Unidas estão na mesma linha.

Na África, de onde chego, e onde a proximidade da guerra torna maiores e mais concretas as preocupações dos seus estadistas, há o receio de que o prolongamento do conflito possa ser aproveitado pelos Estados Unidos para ampliar o seu domínio na região, inclusive naqueles países como a Arábia Saudita, que temem pelos seus poços de petróleo.

Paulo Jorge, ministro dos Negócios Estrangeiros de Angola, foi

explícito a esse respeito: «A guerra entre o Irão e o Iraque só favorece os países imperialistas». E apelou a que os dois governos encontrassem fórmulas para uma solução negociada. Joaquim Chissano, ministro do Exterior de Moçambique, declarou nas Nações Unidas: «A guerra em que esses dois países estão envolvidos afecta toda a humanidade por razões económicas e por razões de estabilidade e da paz no mundo».

Os resultados do conflito para os próprios países envolvidos e para o conjunto das nações do Terceiro Mundo, foram-nos comparados, por um estadista africano, às seguintes parábolas muito populares na África: «Aqui, quando os gafanhotos lutam até à morte, quem ganha é o corvo». Mas mesmo que a luta não seja até à morte, os resultados serão negativos para todos. «É como na luta entre búfalos. No mínimo, além dos danos que se causarem reciprocamente, também a relva sofrerá». □

As forças em presença

Todos os observadores e analistas internacionais, mesmo os mais bem informados, são unânimes em considerar-se incapazes de traçar um balanço das perdas, em homens e material, que a guerra entre o Iraque e o Irão causou entre os dois antagonistas.

Efectivamente, a quase dois meses do início da guerra que estalou nos dias 17/18 de Setembro último, é deveras difícil ao observador externo contabilizar os danos que o conflito provocou nas fileiras e arsenais bélicos de cada um dos contendores. No entanto, fácil parece concluir que muito mais dramático que as perdas sofridas no sofisticado arsenal de ambos os países, são os milhares de militares e civis que tombaram e os profundos danos – a médio prazo insanáveis – causados na sua estrutura económica. E quando assim acontece em países do Terceiro Mundo, é o desenvolvimento económico que é hipotecado, é a dependência das grandes potências industriais e tecnológicas do Ocidente que se vê reforçada, são as grandes reservas de divisas estrangeiras provenientes da venda do petróleo que o Irão e o Iraque forçosamente verão volatizadas no decurso da guerra.

Segundo um economista libanês citado pela agência noticiosa francesa, a compra de armamento em consequência da guerra fornecerá encomendas aos países industrializados na ordem dos cinco a seis biliões de dólares; enquanto que a procura de bens industrializados no ocidente aumentará em mais de vinte biliões de dólares.

A prolongar-se a situação de guerra entre Iraque e Irão este panorama poderá eventualmente agravar-se ainda mais, não havendo, até ao momento, indícios optimistas que possibilitem prever para breve a negociação de uma solução justa que ponha termo ao conflito territorial que foi rastilho

para a conflagração. Mesmo a mediação levada a cabo por entidades ou instituições bem colocadas para o fazer – nomeadamente a OLP e o Movimento dos Não Alinhados – não surtiu fazer renascer o diálogo entre os beligerantes.

Em confronto persistem duas poderosas e sofisticadas máquinas de guerra, cada uma delas possuindo avançadas armas de destruição.

No tempo do xá Reza Pahlevi a superioridade militar iraniana era evidente. O xá fornecia as suas poderosas forças armadas com o que de mais moderno e sofisticado produziam as indústrias de armamento norte-americana e israelita. Segundo declarações de dirigentes iraquianos teria sido essa superioridade no campo militar, verdadeira ameaça para a soberania do Iraque, que teria levado, em última instância, os dirigentes deste país a aceitar algumas cláusulas do tratado assinado em Argel em 1975, através do qual se procurava sanar os litígios territoriais iraniano-iraquianos. Tratado este que o próprio xá não respeitou – afirmam em Bagdade.

No entanto, o sucessivo rearmamento do Iraque – através da compra de armamento soviético mas também, nos últimos anos, com aquisição de material bélico de outras origens, sobretudo francês –, e a desorganização nas forças armadas iranianas provocada pela complexa situação criada com a chegada ao poder de Khomeiny, com a eliminação e deserção de oficiais superiores e a falta de sobressalentes para a sofisticada máquina bélica, fizeram desequilibrar a situação que prevalecia no tempo do xá.

Segundo o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, com sede em Londres, organização próxima dos meios da NATO, distribuíam-se do seguinte modo as forças dos dois países no limiar da queda da dinastia dos Pahlevi:

Irão

O regime do xá atribuía anualmente uma poderosa fatia das despesas nacionais para as forças armadas. No último orçamento consagrava-lhes cerca de 8 biliões de dólares.

Exército:

285 mil homens (mais trezentos mil reservistas), 2800 carros de combate (Cheftin, M-60 e M-48 Patton), 2 mil viaturas de transporte de tropas, 1770 canhões de 75 a 203 milímetros, 1800 baterias anti-aéreas, sistemas de mísseis terra-ar Hawk, Rapier, Tiger Cat e Sam-7, foguetes anticarro Dragon, SS-11 e SS-12.

Força Aérea:

100 mil homens, 447 aviões de combate tipos Phantom F-4 e F-5 e F-14 Tomcat; 91 aviões de reconhecimento e cerca de uma centena de helicópteros.

Marinha:

Um submarino, três destroyers, quatro fragatas, quatro corvetas, nove vedetas rápidas lança-mísseis, sete grandes vedetas de patrulha, dois navios guarda-costeiros, dois draga-minas, catorze overcrafts e uma unidade anfíbia dotada de dois navios de desembarque, um navio de apoio e três de reabastecimento.

Segundo fontes do Pentágono, após a tomada do poder por Khomeiny e a complexa situação criada, as forças armadas iranianas estariam operacionais apenas a cerca de 50 por cento dos seus efectivos. A marinha de guerra teria sido a arma menos atingida pela falta de peças sobressalentes, conservando três quartos da sua operacionalidade.

Iraque

Exército:

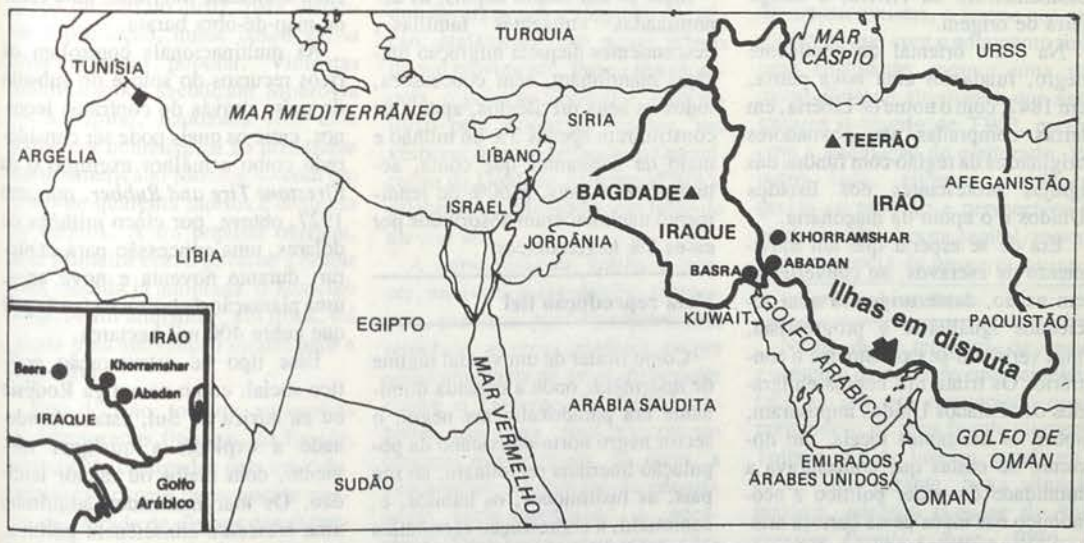
210 mil homens (igual número de reservistas), 2400 carros de combate (1000 T-72, 1000 T-62 e 400 AMX-30), 2000 viaturas de transporte de tropas, mísseis terra-ar Sam-2, 3, 6 e 7, Crotale e Milan, assim como mísseis terra-terra Skud, com um alcance de 350 quilómetros.

Força Aérea:

30 mil homens, 360 aparelhos dos quais: 12 bombardeiros estratégicos TU-22, 18 Mig-25, cerca de 90 Mig-23 e Mig-27, 120 Mig-21, 36 Sukhoi-7, 36 Mirage F-1 e cerca de 100 helicópteros de fabrico francês.

Marinha:

6000 homens, doze vedetas rápidas lança-mísseis, doze vedetas lança-torpedos, 5 grandes vedetas de patrulha costeira, 5 draga-minas e 4 navios desembarque.



A rebelião dos sargentos oito meses depois

Com grandes dificuldades económicas e oito meses após o «golpe dos sargentos», o novo regime procura a oposição de esquerda como base de sustentação, enquanto as multinacionais controlam praticamente a economia do país

Gabriel Omotozo

LIBÉRIA



«**W**E hope in God» (Temos esperança em Deus) era a palavra de ordem, cujas iniciais — WHIG — compunham a sigla do movimento de escravos libertos que, nas primeiras décadas do século passado, abandonaram os Estados Unidos para se estabelecerem na África, a antiga terra de origem.

Na costa oriental do continente negro, fundaram uma nova pátria, em 1847, com o nome de Libéria, em terras compradas aos povoadores originários da região com fundos das igrejas protestantes dos Estados Unidos e o apoio da maçonaria.

Era de se esperar que um movimento de escravos, ao converter-se em nação, desse origem a uma sociedade igualitária e progressista, mas verificou-se exactamente o contrário. Os trinta mil negros emigrados dos Estados Unidos impuseram, sobre os habitantes locais, um domínio de castas que concentrava a totalidade do poder político e económico nas mãos dessa curiosa aristocracia de ex-escravos.

Sob certos aspectos, o nascimento da Libéria foi o prelúdio, sob condições étnicas diferentes, do caso de Israel, com uma cidadania de primeira classe, baseada numa massa imigratória original, e uma de segunda classe, integrada pelos primitivos habitantes da região.

Mais de um século depois, as denominadas «trezentas famílias», descendentes daquela migração maciça, mantinham, sem concessões, todos os seus privilégios, apesar de constituírem apenas 3% do milhão e meio de habitantes que conta, actualmente, o país. E 60% do rendimento nacional eram absorvidos por esses 3% hegemónicos.

Uma reprodução fiel

Como titular de um virtual regime de *apartheid*, onde a camada dominante era paradoxalmente negra, o sector negro norte-americano da população liberiana reproduziu, no seu país, as instituições, os hábitos, e, sobretudo, a organização económica dos Estados Unidos, incluindo a

adoptação do dólar EUA como moeda oficial da singular República negra.

Era natural, portanto, que o mais antigo dos Estados africanos se convertesse num paraíso para as multinacionais que encontravam, nas enormes desigualdades da estratificada sociedade liberiana, uma fonte de mão-de-obra barata.

As multinacionais controlam os ricos recursos do solo e do subsolo do país, através de contratos leoninos, entre os quais pode ser considerado como o melhor exemplo o da *Firestone Tire and Rubber*, que, em 1927, obteve, por cinco milhões de dólares, uma concessão para explorar, durante noventa e nove anos, uma plantação de borracha (seringal) que cobre 400 mil hectares.

Esse tipo de estruturação político-social, como na antiga Rodésia ou na África do Sul, estava condenado a explodir a qualquer momento, com maior ou menor lentidão. Os marginalizados adquiriam uma crescente consciência política, expressa, legal ou clandestinamente,

em partidos, movimentos, grupos de acção ou sindicatos.

O *True Whig Party* (TWP) exercia, até há poucos meses atrás, um total controlo político sobre o país, representando a minoria negra norte-americana, monopolizando, sem excepções, os cargos públicos, e ocupando todos os lugares no Parlamento. Mas, nos últimos anos, cresceram algumas forças da oposição organizada, que, nos fins dos anos setenta, já eram vistas como uma ameaça ao regime do presidente William Tolbert.

Esses movimentos incluíam, basicamente, a *Progressive Alliance of Liberia*, (PAL) — um grupo que tinha como líder Gabriel Bacchus Matthews e que se considerava inspirado pelo «socialismo africano» — e o *Movimento pela Justiça na África*, que sob a condução de Togba Nah Tipoteh, apresentava linhas mais radicais que as da PAL.

A cólera popular

O regime do presidente Tolbert teve, em Abril de 1979, a primeira evidência de que essa mobilização da oposição tinha alcançado um nível digno de alarme, quando uma decisão governamental de aumentar o preço interno do arroz, para sustentar a produção, quase desencadeou uma rebelião popular. Violentas manifestações sacudiram Monróvia — a capital, baptizada com esse nome em homenagem ao presidente norte-americano Monroe — com um saldo de quarenta mortos e centenas de feridos. A ira popular obrigou, pela primeira vez, o governo a retirar uma medida já adoptada: o aumento do arroz foi anulado e, em troca, foi criada uma subvenção estatal para a agricultura.

Esta decisão, todavia, agravou as já deterioradas finanças do Estado, seriamente castigadas pela crise da siderurgia e pela consequente quebra de entrada de divisas das exportações de minério de ferro.



O julgamento do ministro da Justiça de Tolbert, Joseph Chesson

Tolbert viu-se, assim, num beco sem saída. A explosiva pressão popular tinha-o levado a idealizar uma política de «pequenos passos», baseada em concessões graduais para satisfazer as necessidades mais elementares da população, mas, ao mesmo tempo, via-se privado dos recursos económicos necessários para pô-la em prática.

O protesto popular de 1979 foi conduzido pelo PAL de Matthews, que foi preso sob a alegação de traição, juntamente com outros líderes do seu movimento. Pouco tempo depois, o governo libertou-o, num esforço para aliviar as tensões, nas vésperas de uma reunião da Organização da Unidade Africana (OUA), celebrada em Monróvia, em Julho do mesmo ano.

A intranquilidade voltou a crescer, motivada pelas eleições municipais, previstas para Novembro. Na realidade, as urnas serviram sempre como uma fonte de desabafo popular contra o Governo do TWP, cujo poder assentava num mecanismo eleitoral que garantia, de facto, a continuidade do domínio da minoria negra norte-americana. A peça-chave desse mecanismo era a cha-

mada *property clause*, um instrumento legal que limitava o direito de voto aos proprietários de imóveis.

Pressionado pela situação, Tolbert prometeu eliminar a *property clause*, o que lhe permitiu, de passagem, adiar para Junho de 80 as eleições municipais. Como razão oficial desse adiamento, apresentou a necessidade de dar tempo à necessidade de dar tempo ao Parlamento para que pudesse anular aquela medida legal. Segundo círculos oposicionistas, o tempo que pretendia ganhar com o adiamento tinha uma finalidade: montar uma máquina eleitoral alternativa que assegurasse o triunfo do TWP, mesmo com a ampliação do eleitorado. Por outro lado, algumas sondagens deram ao governo a perspectiva de perder as eleições na capital, mesmo sob a vigência da *property cause*.

A intervenção militar.

Numa outra tentativa de apaziguamento da agitação oposicionista, face ao que era denunciado como preparativo de uma fraude eleitoral, Tolbert, a 8 de Janeiro, legalizou o PAL, que, perante, nova situação jurídica, adoptou o nome de *Progressive People's Party* (PPP). A



Após tomar o poder, Doe mandou executar os adversários do novo regime

medida não teve o efeito desejado e, a 7 de Março, Mathews lançava um apelo de greve geral, pedindo a renúncia do presidente.

A resposta do Governo foi uma onda de repressão que incluiu a prisão de Mathews e de outros dirigentes do PPP. Era essa a atmosfera política quando, na noite de 11 para 12 de Abril, eclodiu o golpe de Estado liderado pelo primeiro sargento Samuel Doe e se constituiu a primeira intervenção militar na vida política liberiana.

O golpe surpreendeu o Mundo, não apenas pela novidade do acontecimento na Libéria, depois de um século de estabilidade institucional, mas também pelas características dessa intervenção militar, dirigida por sargentos, o que configura uma subversão nas hierarquias militares.

Politicamente inexperientes e com ideias um tanto vagas do que deveria ser feito depois do derrube e da execução de Tolbert, os novos governantes pareciam compreender, no entanto, que a sua subida ao poder

marcava um deslocamento da vasta maioria indígena para o centro do cenário político. E, para o projecto de um país que os negros norte-americanos haviam trazido, o facto comportava uma quebra virtual da identidade nacional, numa proporção um tanto idêntica ao que representaria a tomada do poder em, Israel, pelos povoadores palestinos do Estado judeu.

Doe, consciente das suas fracas aptidões, bem como das da sua equipa, para enfrentar as tarefas do Governo, teve a sagacidade de manter, no seu gabinete, alguns ministros de Tolbert, e de definir um papel central à oposição civil, desenvolvida nos últimos anos, na nova condução do país. Foi assim que Matthews se viu transferido da prisão para o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, ao mesmo tempo que Tipoteh, um reputado economista, era designado como ministro do Plano e Assuntos Económicos.

Doe, por outro lado, na sua intenção de inaugurar o seu regime com medidas populares, reduziu, por decreto, o preço do arroz, do peixe e dos transportes, numa acção que apenas se poderia sustentar sobrepondo-se, aos já depauperadas rendimentos fiscais, uma outra subvenção. Os mesmos rendimentos fiscais tiveram, além disso, que suportar um aumento imediato de 150% nos salários dos militares, despesa essa agravada pela decisão de aumentar em 60% o número de efectivos das forças armadas.

Não foi possível conceder aumentos equivalentes aos operários e empregados, face a uma ameaça das multinacionais — que utilizam a maior parte da mão-de-obra liberiana — de porem fim às suas actividades no país, caso isso acontecesse.

Três perigos

Os esforços para a recuperação de fundos mal geridos por figuras do regime anterior — um dos propósitos implícitos dos julgamentos por cor-

rupção que se seguiram ao golpe de Estado — não deram ainda resultados suficientes que compensem ou diminuam a sangria económica de que padecia a Libéria.

O novo regime iniciou, dessa maneira, a sua marcha sob medidas ambíguas. À popularidade das primeiras delas, seguiram-se demonstrações de irritação pelos aumentos dos salários dos militares e pela aparente impotência do novo regime para forçar as grandes empresas a modificar as relações de trabalho com os seus trabalhadores. A intranquilidade social, que poderia derivar dessa situação, levou Doe a determinar, em fins de Junho, a suspensão, por tempo indeterminado, do direito de greve.

Se a prometida nova sociedade tinha que empreender o caminho do socialismo, os factos obrigaram, pelo menos, ao adiamento dos primeiros passos nessa direcção. Para o futuro imediato, Doe deu garantias às empresas de que não haveria nacionalizações e de que os contratos assinados por Tolbert seriam respeitados.

Nessa situação, o novo regime enfrenta, pelo menos, três perigos centrais:

— ameaça de uma perda de popularidade como resultado da impossibilidade de produzir, imediatamente, as mudanças socioeconómicas esperadas;

— o perigo de que o novo regime perca a representatividade legal dado pela marginalizada maioria indígena, para cair no tribalismo e converter-se em expressão de um novo domínio étnico, visto que Doe e a totalidade da equipa militar, actualmente nos postos de controlo sobre o país, pertencem ao grupo étnico dos krans, que não ultrapassa os 5% da população;

— a possibilidade de que a acção do novo Governo perca a coesão interna através das discrepâncias que já começam a aparecer entre o grupo de Matthews e o de Tipoteh.

REPUBLICA CENTRO AFRICANA

O novo regime e a velha dependência

Após a queda de Bokassa, o presidente Dacko mantém a subordinação neocolonial à França e esquece-se das promessas de dialogar com a oposição

Agustín Castaño



□ O Imperador Bokassa I

Resta, no entanto, pendente de definição, o papel internacional do novo regime. Numa aparente tentativa para impedir a sua radicalização e defini-lo a favor do Ocidente, as potências e as instituições deste bloco vão ao seu encontro com medidas de assistência económica que podem servir como paliativo para as penúrias mais imediatas da Libéria.

Os Estados Unidos têm projectos para contribuir com 20 milhões de dólares para a provisão de alimentos, medicamentos e equipamentos agrícolas para o Governo de Doe; espera-se um auxílio de mais de 23 milhões de dólares proposto pela Alemanha Federal; e outros 83 milhões de dólares seriam provenientes do Fundo Monetário Internacional. Isso tudo serviria para ajudar o novo regime a cobrir o seu déficit orçamental.

Abertura para o Leste

Apesar dessas «pressões» do Ocidente, o Governo militar da Libéria evidencia um claro propósito de abertura para Leste, em coincidência com um claro interesse do mundo socialista em estreitar relações com o regime de Doe. Até ao presente momento, os laços diplomáticos e económicos do país ligavam-no, quase que exclusivamente, à área ocidental, com um amplo predomínio dos Estados Unidos.

Samuel Doe, no entanto, foi recebido triunfalmente em Addis Abeba, a 26 de Agosto último, na primeira visita efectuada pelo dirigente liberiano a outro país, convidado pelo presidente Mengistu Mariam. A Etiópia, um país socialista estreitamente vinculado à União Soviética foi, além disso, o primeiro país a reconhecer o regime militar de Monróvia.

A segunda viagem oficial de Doe ao estrangeiro terá por destino Moscovo, em resposta a um convite, já aceite, formulado por Leonid Brejnev.

A República Centro-Africana é herdeira daquilo que foi, há um ano, o «Império Centro-Africano» de Jean-Bedel Bokassa. Desde que, formalmente, se tornou independente da França, em Agosto de 1960, o seu território de 622 mil quilómetros quadrados, rico em urânio e diamantes, constituiu-se sempre no cenário arquétipo do neocolonialismo francês, tendo como pano de fundo uma agitada, sangrenta e tumultuosa vida interna. Esse status neocolonial ficou mais ostensivamente confirmado sob o jovem regime republicano do presidente David Dacko, levado sem dissimulações para o país, pelos braços dos pára-quedistas franceses na noite de 20 para 21 de Setembro de 1979, com a finalidade de «acabar» com o «império» de Bokassa.

Paris explicou a sua participação nessa «substituição» como uma operação em defesa dos direitos humanos, depois de ter dado início, quatro meses antes do golpe, a uma série de acções destinadas a justificar mais tarde, essa explicação.

O começo do fim do regime de Bokassa foi marcado por uma informação divulgada em Maio de 1979 pela *Amnesty International*, que comoveu o mundo: a denúncia de um sádico massacre de quase cem crianças «por ordem do imperador e com a sua quase que segura participação».

Eram alunos presos por participarem em manifestações de protesto contra uma resolução governamental que os obrigava ao uso de uniforme para assistir às aulas.

Paris relatou a questão durante a Conferência Franco-Africana celebrada em 21 e 22 de Maio em Kigali, onde propôs a criação de uma comissão investigadora, integrada exclusivamente por magistrados africanos para o apuramento do caso denunciado pela Amnistia Internacional e exposto, pela Imprensa de todo o mundo com macabros testemunhos sobre o papel de carrasco desempenhado pessoalmente por Bokassa durante a matança.

A comissão apresentou, poucas semanas depois, um relatório que confirmava os factos denunciados e que motivou comentários elogiosos por parte da Imprensa internacional — inclusive um entusiástico editorial publicado pelo jornal diário francês *Le Monde*, a 11 de Agosto — sobre a coragem demonstrada pelos magistrados encarregados da investigação.

A influência francesa

Os factos anteriores justificariam algum cepticismo sobre essa entusiástica avaliação do trabalho cumprido pelos magistrados, na sua maioria pertencentes a países amigos da França e sujeitos à influência de Paris.

Depois do escândalo dos alunos massacrados, a França chegara à conclusão de que a continuidade do seu próprio controlo, de facto, sobre o território centro-africano poderia ver-se em perigo se fossem mantidos os termos de uma associação com semelhante regime.

Foi realmente curiosa essa súbita descoberta da França, em Maio de 1979, da natureza tirânica do governo encabeçado por Bokassa, que se mantinha no poder à força de repressões em massa, execuções sumárias e perseguições cruéis de toda a expressão opositora, desde que chegou ao poder a 31 de Dezembro de 1965. Nesse dia, Bokassa, então chefe do Estado-Maior, pôs fim, através de uma insurreição armada, à primeira presidência de David Dacko.

Bokassa invocara, como justificação do golpe, as inclinações maóistas atribuídas a Dacko, o que não o impediu de, pouco tempo depois, de contratar os serviços do presidente derrubado como seu «assessor pessoal».

Naquela época, no entanto, as preocupações francesas com os direitos humanos passaram por cima, sem sobressaltos, do absolutismo de Bokassa, da marginalização de toda a oposição sob um regime de partido único, da sua autoproclamação como presidente vitalício em Dezembro de 1976, e, em seguida, como «imperador», no mesmo mês, em 1978.

O governo de Paris não deixou de se fazer representar na faustosa e ridícula cerimónia que custou trinta milhões de dólares, onde Bokassa se fez coroar sentado num trono de ouro.

Já então o seu despotismo atingia níveis somente comparáveis aos da sua corrupção, que o levava por caminhos não muito diferentes daqueles seguidos por Anastasio Somoza na, Nicarágua: não era só a personificação de uma classe no poder, mas o senhor e proprietário pessoal do país.

A iniciativa francesa de «investigar» através de terceiros a conduta de Bokassa alarmou o recém-coroadado imperador, que se dirigiu então à Líbia em busca de outra fonte de apoio externo. O golpe de Setembro, com efeito, surpreendeu-o em Trípoli.

Impedir a ruptura do status neocolonial

Materialmente, a «Operação Barracuda» não apresentava dificuldades para a França, como de facto ficou demonstrado. Mas era muito difícil, sob outro ponto de vista. Havia muitas coisas que poderiam vir à tona se a passagem entre um e outro governo não fosse levada a efeito com a devida prudência.

Tornava-se também necessário impedir que a substituição pusesse em perigo a continuidade do status neocolonial abrindo as comportas a uma oposição que, nos meses antecedentes ao golpe, havia dado provas de uma presença marcante na vida política do país e de crescente organização. Dois meses antes da «Operação Barracuda», uma reunião realizada em Cotonú, capital do Benin, selara a formação de uma frente comum integrada pelas quatro maiores forças da oposição: a FPO (Frente Patriótica de Ubangui), a FLO (Frente de Libertação de Ubangui), o MLPC (Movimento de Libertação do Povo Centro-Africano) e a ANECA (Associação Nacional de Estudantes Centro-Africanos).

Não era fácil, para fazer frente a Bokassa, uma alternativa que não abrisse espaços a essas forças. Sobretudo no âmbito de uma operação que se apresentava fundamentada na decisão de fazer respeitar os direitos humanos.

Todas essas circunstâncias explicam, de algum modo, o sinuoso curso da passagem do «Império» à «República». Consumado o golpe, a França deu a Bokassa algum indício, de natureza ainda desconhecida, que o levou, aparentemente, a crer que a operação não o afectava.

O passo seguinte foi a notícia de que o presidente Houphouët-Boigny — outra peça do esquema neocolonial francês na África — havia accedido, por «razões humanitárias», conceder asilo ao imperador derrubado.

Ainda que virtualmente posto em incomunicabilidade pelo SDECE, o Serviço de Documentação e Contra-Espionagem francês, Bokassa desfrutaria de um confinamento dourado, com a segurança de que os seus bens não seriam tocados pelo novo governo de Bangui, e de que nada seria feito para a localização do seu escondido tesouro em diamantes.

Dacko, enquanto isso, numa acção orientada no sentido de dar algum grau de coerência aos pretextos libertários do golpe que lhe devolveu a presidência, deixou que circulasse a meia-promessa de dialogar com as forças da oposição numa «mesa-redonda» destinada a assentar as bases de um governo de unidade nacional.

Essa simulação de um processo democrático, se alguma vez existiu, durou muito pouco. Do regime de Bokassa, apenas foi desalojado o seu titular, enquanto funcionários acusados dos piores crimes foram confirmados nos seus postos. Henry Maidu, o último e o mais questionado dos primeiros-ministros do «imperador», passou a ser o vice-presidente de Dacko.

Reacção popular

A «mesa-redonda» com as forças opositoras fracassou em poucos dias, sobretudo pela cerrada negativa de Dacko em satisfazer certas exigências básicas dessas correntes. À principal dessas reclamações, relativa à pronta retirada das tropas francesas, Dacko respondeu anunciando que a presença dos pára-quedistas franceses no país poderia durar dez anos.

A evidência de que o derrube do «imperador» havia sido apenas um recurso para garantir a continuidade do status existente sob o regime de Bokassa não demorou a provocar

reações hostis de parte da população. Em fins de Outubro de 1979, maciças manifestações da oposição ao novo governo foram duramente reprimidas.

«Eu tinha prometido manter a ordem e agora assumo a responsabilidade nesse sentido», declarou Dacko quando foi imposta a ordem do recolher obrigatório. O novo presidente, por outro lado, ratificou a manutenção do partido único.

À desastrosa situação económica deixada por Bokassa, Dacko respondeu com as clássicas medidas de austeridade (que consiste, em suma, em descarregar a crise sobre a população) que agravaram as tensões políticas e sociais. O governo suspendeu a incorporação de pessoal no funcionalismo público e congelou o número de vagas existentes, à excepção de algumas designações imprescindíveis, para as quais recorreu, na maior parte das vezes, a cidadãos franceses.

As más condições climáticas reduziram a produção e as exportações de café e de algodão, enquanto que a entrada maciça de refugiados procedentes do Chade convertia-se em poderoso factor de agravamento da crise económica. Dacko já viajou duas vezes a Paris em busca de auxílio da metrópole, e, naturalmente, obteve essa ajuda sob condições que somente contribuem para reforçar a presença francesa na República Centro-Africana.

Os acontecimentos, na realidade, desenvolveram-se com ajustamentos ao esquema clássico de «render da guarda» nos regimes neocoloniais. Mas o processo também adquiriu características especiais, derivadas, principalmente, da sua curiosa ligação com a política interna da França.

O «affaire» Bokassa

Dacko estava há pouco tempo no poder quando o semanário *Le Canard Enchaîné*, de Paris, denunciou

os valiosos presentes que o presidente Valéry Giscard D'Estaing recebera de Bokassa. Giscard defendeu-se com muita dificuldade, admitindo, no entanto, a existência dos tais presentes, atribuindo-lhes valor menor que o denunciado e assegurando que não os havia recebido a título pessoal, mas como presidente, deixando os diamantes em poder do Estado.

O tema, que se diluiu lentamente depois da denúncia inicial, ressurgiu em Setembro passado através do próprio Bokassa, que deu detalhes sobre os diamantes presenteados, numa ligação telefónica feita, da Costa do Marfim, para a redacção de *Le Canard Enchaîné*.

Em declarações, obviamente ditadas pelo ressentimento contra o seu antigo protector, Bokassa chega a acusar Giscard até de «ter ocupado o meu lugar... no coração da imperatriz Catherine», acrescentando uma nota burlesca ao escândalo das controversas relações entre o chefe de Estado francês e o déspota centro-africano.

Mas o facto de Bokassa, confinado na Costa do Marfim, exactamente para assegurar a sua incomunicabilidade, ter podido efectuar essa comunicação telefónica, motivou explicáveis especulações sobre um descuido intencional dos serviços de contra-espionagem encarregados de evitar tais filtrações.

Teria tido algum papel nesse episódio o sector gaulista e antigiscardiano do SDECE? Teria-se Bokassa convertido numa arma da antiga batalha entre Giscard e o «maire» de Paris, Jacques Chirac? As perguntas continuam sem resposta, mas as suas simples formulações antecipam o papel que desempenhará o «affaire Bokassa» nas próximas eleições francesas.

A República Centro-Africana, entretanto, permanece alinhada entre os Estados africanos cuja libertação efectiva ainda é um processo pendente de solução. □



Cinco anos ANGOLA de reconstrução nacional

*O MPLA – Partido do Trabalho e a guerra de libertação
A transformação do exército e as conquistas económicas sociais*

Luis Rodrigues

NAS vésperas de celebrar o seu quinto aniversário, a revolução angolana encontra-se totalmente voltada para concretizar a palavra de ordem dada pelo presidente Agostinho Neto antes do seu desaparecimento: implantar o poder popular, isto é, estruturar institucionalmente o governo do povo que, com a sua luta, derrotou o colonialismo português e conquistou a independência a 11 de Novembro de 1975.

Desde então, os dirigentes do Movimento Popular para a Libertação de Angola — MPLA trabalharam em busca das metas fundamentais do processo revolucionário: a

edificação de uma nação moderna e independente, o seu desenvolvimento económico e a construção de uma democracia popular. O requisito básico para o cumprimento dessas tarefas era a paz, que o presidente Neto e os seus colaboradores ansiosamente procuraram. Mas esse plano confirmava a projecção do modelo de libertação integral na África Austral. E, por conseguinte, os interesses racistas e neocolonialistas uniram-se contra ele.

Por isso, a independência de Angola foi conquistada com uma guerra cruenta. O governo do MPLA foi atacado pelo sul e pelo norte, e o povo angolano teve que concentrar

esforços na sua própria defesa. Eis o motivo pelo qual o MPLA, depois de libertar o país do colonialismo, teve que garantir a continuidade territorial, conseguir fronteiras seguras. Essa foi a prioridade absoluta e vital.

O permanente estado de guerra durante esses anos deu forma à particularidade do processo angolano, aos avanços e obrigatórias limitações. Partiu-se de um extremo subdesenvolvimento, deixado pelo colonialismo português, e os principais recursos humanos e económicos tiveram que ser colocados na Defesa, em detrimento de outros sectores. Mais de 300 mil portugueses deixaram o país depois da independência

(entre eles a maioria dos trabalhadores especializados e técnicos existentes), provocando a paralisação da economia. A trajectória deste quinquénio deve ser analisada à luz dessa tão dura realidade. Ao mesmo tempo, deve-se ter presente que o estado de guerra continua, apesar da interrupção das hostilidades no norte. As invasões sul-africanas, principalmente a de Junho deste ano, dimensionam claramente esta situação.

Um exército de alto nível

Um balanço muito sumário do que foi realizado nestes anos, mostra, em primeiro lugar, a transformação acelerada de um exército de guerrilhas em Forças Armadas eficientes e combativas. Um índice do elevado grau de profissionalismo aparece no facto de que, actualmente, o posto de major do exército exige que se passe pelo curso do Estado-Maior. Isso permitiu o domínio de uma tecnologia bélica avançada, de um nível insuspeitado pelo adversário. Uma análise objectiva dos ataques sul-africanos mostra que Pretória não tinha imaginado que as suas ofensivas — apesar de terem causado enormes danos — seriam repelidas apenas pelas forças angolanas.

No plano social, estão comprovados os sucessos na Educação, no sector Sanitário e na Assistência. Rompendo com uma tradição elitista e metropolitana, a Medicina vai-se estendendo, vertical e horizontalmente, a todas as camadas sociais e a todo o país. Para cumprir as aspirações nesse campo, procede-se à formação de especialistas.

Antes da libertação, existia em Luanda a Escola Técnica de Saúde, com cerca de 300 estudantes. Hoje, tem 2 mil estudantes e foram criados 16 centros similares nas províncias. Está a ser modelada, assim, a meta de contar com 6 mil técnicos prevista no plano 1977/1981. Algo semelhante acontece na esfera educativa. Um eloquente indicador são os 300

mil alfabetizados desde o princípio da campanha.

O campo económico

Esta a ser aplicada, no campo económico, uma programação de nacionalização firme e gradual dos recursos naturais e, em primeiro lugar, do petróleo. Trata-se de um cuidadoso programa que leva em conta a dependência do país em termos tecnológicos e a necessidade de formar quadros qualificados para a extração e transformação dos seus recursos. De qualquer maneira, já se atingiu a etapa do controlo da exploração petrolífera e prepara-se para assumir as fases seguintes. A gradualidade desta política garantiu a continuidade das receitas da exportação e, permitiu que o Estado possa investir no desenvolvimento económico. A base é a agricultura, sendo a indústria a sua vanguarda. O objectivo consiste em reconstruir a agricultura (desarticulada pelo êxodo português, pela guerra de libertação e pelas agressões sul-africanas) para que este sector possa satisfazer as necessidades internas e fixar as bases da industrialização.

Tudo converge para o desenvolvimento económico, e esse será o tema central do Primeiro Congresso Extraordinário do MPLA — Partido do Trabalho, que terá lugar em Dezembro próximo, segundo afirmou o presidente Jose Eduardo dos Santos. Ele e a sua equipa estão empenhados na criativa tarefa de adaptar o planeamento científico do desenvolvimento económico às peculiaridades da realidade angolana.

Desenvolveu-se, paralelamente, a organização política, que assenta no MPLA — Partido do Trabalho como vanguarda do povo, efectiva e apoiada no consenso e na adesão. O movimento que liderou a libertação é, hoje, o partido de massas que encabeça a luta contra o invasor sul-africano e que trabalha na edificação nacional, seguindo os rumos traçados por Agostinho Neto. As li-

deranças do país e do Partido, através do presidente José Eduardo e do Comité Central, reafirmaram a continuidade do processo começado pelo fundador da pátria. No último ano, duplicaram os militantes do MPLA — Partido do Trabalho que, através de severo mecanismo de selecção, são hoje 20 mil membros qualificados e presentes em todas as frentes.

Democracia popular

Agora, o Partido mobiliza-se para estabelecer a Democracia Popular. Em Outubro, foram instaladas Assembleias do Povo nas 16 províncias. Estes organismos são depositários do Poder Legislativo a nível provincial. Os deputados foram eleitos a nível das unidades de trabalho e de áreas geográficas, por meio de centenas de assembleias em todo o país. O processo foi um amplo debate sobre os diferentes candidatos (membros ou não do Partido), antes de serem efectuadas as votações secretas.

A 11 de Novembro deste ano, com a instalação da Assembleia do Povo (titular do Poder Legislativo à escala nacional) e mediante um mecanismo semelhante, a institucionalização alcançará o seu ponto mais alto.

Deste sucinto balanço dos primeiros cinco anos da independência angolana, saem as suas linhas centrais e as suas projecções para o futuro. Tão curto período bastou para se assentarem os alicerces de uma nação livre, para defendê-la dos seus poderosos inimigos, para dotá-la de instituições representativas e para planear a economia. Mas é este último ponto que condicionará o desenvolvimento de todo o programa. A grande mobilização para encarar o desenvolvimento económico no congresso extraordinário de Dezembro, é o grande desafio que o presidente José Eduardo dos Santos e os dirigentes do MPLA — Partido do Trabalho se propuseram. □

El Salvador

Um vulcão na América Central



□ Um ano após o golpe de Estado militar que derrubou o regime do general Humberto Carlos Romero, a situação em El Salvador está longe de se normalizar. É o que se deduz das informações das últimas semanas: as guerrilhas da esquerda salvadorenha intensificam as suas actividades nos 21.000 km² do país.

Apesar da Junta de militares e dirigentes democratas-cristãos afirmarem que não existe uma guerra civil, a maioria dos observadores considera que a situação bélica coloca o país à beira desse risco.

As promessas dos militares que desferiram o golpe de Estado a 15 de Outubro de 1979, ainda não foram concretizadas. A reforma agrária, bandeira principal do programa, foi posta em cheque pelas forças de oposição ao regime, que a classificaram de instrumento de repressão, afirmando que ela tinha um carácter estratégico no sentido militar. «Após um ano de reforma agrária, os militares assassinaram mais de mil camponeses», afirmou a Frente Democrática Revolucionária.

A FDR acrescentou ainda que o plano da reforma agrária não afectou os produtores de café, algodão e cana-de-açúcar, que são as principais forças da oligarquia salvadorenha, e só serviu para a criação de aldeias estratégicas no estilo vietnamita.

No campo das reivindicações operárias, o primeiro aniversário do golpe encontra a Junta salvadorenha numa crise maior que aquela que o Governo de Romero enfrentava. Cerca de vinte dirigentes operários estão a ser julgados por um tribunal

militar depois de uma paralisação dos trabalhadores da electricidade que deixou, em Junho passado, toda a capital salvadorenha sem energia. Várias centenas de quadros sindicais foram eliminados. A Junta viu-se obrigada a militarizar os funcionários do governo, inclusive a introduzir elementos de militarização progressiva em toda a vida sindical do país.

Contudo, talvez que o maior problema que a Junta enfrenta, seja a unidade da esquerda, concretizada nos primeiros dias de Outubro, com o anúncio de que três forças político-militares constituíram um exército único denominado Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN). A FMLN nasceu da fusão das Forças Populares de Libertação (FPL), do Partido Comunista Salvadorenho (PCS) e do Exército Revolucionário do Povo (ERP).

Por ocasião do aniversário do golpe, porta-vozes oficiais anunciaram que a pacificação do país está em marcha. Não obstante, as próprias forças militares tiveram que reconhecer a existência de combates continuos em El Salvador, particularmente no norte que parece ser o palco das mais encarniçadas batalhas entre os guerrilheiros e o exército.

«Nesta altura, a Junta não tem capacidade política nem militar para ganhar a guerra que ela mesma desencadeou», afirmou a FNLM. «Há duas alternativas possíveis — a vitória político-militar do movimento democrático ou, se os Estados Unidos decidirem intervir com as suas tropas, a possibilidade de El Salvador se transformar no Vietname da América Central».

A morte de Somoza

□ A morte de Anastácio Somoza, em Assunção, Paraguai, não foi uma grande surpresa. Odiado, não só pelo povo nicaraguense, mas também pela maioria dos governos e povos do Terceiro Mundo, ele foi vítima da violência que semeou durante toda a sua vida. Se algo podia caracterizar o homem Somoza era o seu poder absoluto, a sua capacidade para concentrar nas mãos da chamada «família real» todo o poder económico e político, prostituindo tudo o que estava ao seu alcance como meio de manter o seu domínio pessoal sobre milhões de pessoas.

Educado para o poder, exercitado desde a sua juventude para a intransigência e o direito feudal sobre todos os nicaraguenses, Somoza nunca acreditou, até à data histórica de 17 de Julho de 1979, quando foi deposto, que algum dia poderia perder os seus privilégios de ditador. Mesmo vencido militar e politicamente pelos sandinistas, ele ainda teve esperança de receber um apoio decisivo do seu aliado histórico, os Estados Unidos, para retomar o poder. Derrotado definitivamente, dedicou-se de corpo e alma a uma contra-revolução, enviando dinheiro para os seus ex-guardas, para que fugissem a nova Nicarágua.

Renegado até pelos Estados Unidos, Somoza só encontrou refúgio no Paraguai, sob a ditadura de Stroessner. Mesmo assim, vivia no isolamento dos que são odiados pelas atrocidades cometidas, e pelos negócios ilícitos que exigem a protecção constante de centenas de guardas de segurança: drogas, tráfico de armamentos, etc.

O povo nicaraguense comemorou, com grande festa, o justicamento de Somoza em Assunção. A

Frente Nacional de Libertação Nacional divulgou um comunicado oficial sobre o facto, lido publicamente pelo comandante da Revolução e presidente do Conselho de Estado, Bayardo Arce.

«Ao heróico povo da Nicarágua e ao mundo:

A Direcção Nacional da Frente Sandinista de Libertação, ao confirmar o justicamento do genocida Anastácio Somoza Debayle, junta-se ao regozijo nacional do povo de Sandino, que vê cumprido, nesta heróica acção, o seu dever e o seu anseio de justiça e de vingança popular contra quem foi o responsável pelo assassinato de mais de 100 mil nicaraguenses, deixando o nosso país na miséria e na ignomínia, assassinando Pablo Leal, Adolfo Baez Bonne, Edwin Castro, Ajax Delgado, Casimiro Sotelo, Pedro Joaquim Chamorro, e ordenando o genocídio em Waslala, Esteli, León, Monimbó, Chinandega, Matagalpa, Manágua, Carazo e tantas outras cidades da Nicarágua.

O espírito combativo, abnegado e valente, do heróico comando que justicou o tirano, encarna a implacável voluntariedade do povo de Rigoberto Lopez Perez. Com esse espírito, seguiremos forjando a pátria de Sandino.

Catorze meses depois de ter sido imposta a justiça revolucionária e quando se completam sete anos da decisão do ditador de mandar fuzilar os nossos irmãos Óscar Turcios e Ricardo Morales, Somoza pagou pelo seu crime.»

Ao finalizar a leitura, o comandante Bayardo Arce e os membros da Direcção Nacional da FSLN gritaram em coro: «Sandino ontem, Sandino hoje, Sandino sempre».

Etiópia

Prémio da UNESCO

□ Este ano, o prémio concedido anualmente pela UNESCO ao país que mais fez em prol da cultura e da erradicação do analfabetismo, foi outorgado à Etiópia. Outros países do Terceiro Mundo já obtiveram também este prémio, como, por exemplo, a Somália e o Iraque, que o ganhou no ano passado.

Numa vasta campanha nacional iniciada no ano passado, aprenderam a ler e escrever na Etiópia, mais de seis milhões de pessoas dos 10 aos 60 anos de idade, em cursos de 240 horas de duração.

Dessa população recentemente alfabetizada, 73% são mulheres. Os cursos de alfabetização têm-se efectuado, até agora, em cinco idiomas: ahmara, eoromo, tigre, velaita e somali. Os livros de aprendizagem foram editados, recentemente, nos outros dez idiomas falados na Etiópia, de modo que

a campanha abrangerá a totalidade da população analfabeta.

A população etíope é de quase 30 milhões de habitantes, dos quais 27 milhões vivem no campo. E na população rural, o analfabetismo está muito disseminado, sendo mais difícil de ser combatido. Nas cidades do país, vivem cerca de quatro milhões de pessoas das quais, aproximadamente a metade, não sabe ler. No entanto, de acordo com o programa traçado pelo governo, toda a população urbana deverá aprender a ler e escrever até ao final do próximo ano. Quanto à campanha no meio rural, ela deverá ser prolongada por algum tempo mais. Essa campanha insere-se no esforço geral para mudar a trágica herança do período do imperador Hailé Selassié.

Fala Domitila

□ Domitila Barrios de Chungara tornou-se conhecida a nível mundial quando, em 1975, participou na Conferência Mundial da Mulher, no México, representando a Bolívia. No seu livro «Se me permitem falar...» elaborado com a educadora brasileira Moema Viezse, ela conta a sua história de mulher de mineiro e põe em evidência o papel deste sector social na vida política do país, mostrando a miséria em que ainda vivem e a exploração de que são objecto.

O golpe de Julho passado surpreendeu Domitila na Europa, não podendo assim regressar ao seu país para se juntar à família e à luta dos mineiros, como teria sido seu desejo. Na Europa, ela declarou que era visível a preparação do golpe. Em Março — disse — desapareceram a carne, o leite, e o arroz e muitas outras coisas. Começaram a surgir bichas enormes. Então, misteriosamente, as madames da sociedade, que nunca compravam nos mercados populares, apareciam por lá dizendo: «O que está acontecer? No governo do general Banzer não havia bichas. E agora, com a democracia, só se consegue alguma coisa com todo este sacrifício». Também colocavam bombas nos lugares mais incríveis: cinemas, restaurantes, e culpavam a esquerda, os sindicalistas.»

Depois acrescentou: «Nós temos sonhado muito com a democracia, mas é amargo o acordar. Todos os povos latino-americanos aspiram a viver sob um governo que eles tenham escolhido, bom ou mau, mas



livremente eleito. Mas, quão frágeis são as palavras perante as metralhadoras e os tanques, e as ambições de poder de certos homens.»

Nos diferentes países europeus que visitou, Domitila apelou às forças democráticas para pressionarem os seus governos no sentido de adoptarem medidas tendentes a impedir a consolidação, no poder, do regime do general Garcia Meza. Ela desenvolve, actualmente, uma intensa actividade exortando a solidariedade internacional a continuar a denúncia das atrocidades cometidas pelos golpistas.

Recentemente, Domitila foi declarada «traidora da pátria» pela Junta Militar boliviana, numa comunicação feita pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, general Javier Cerruto. A medida atinge também o presidente eleito, Hernán Siles Zuazo, o vice Jaime Paz Zamora e o dirigente camponês Genaro Flores.

Peru

Agitação social

□ Neste mês de Novembro, o novo regime dirigido pelo arquitecto Fernando Belaúnde Terry vai enfrentar uma prova muito especial: a eleição para a chefia do município de Lima, o cargo mais importante do Peru depois da Presidência da República. Há quatro candidatos que representam as principais forças políticas do país. O arquitecto Eduardo Orrego representa o partido do governo, a Acção Popular; Richard Amiel, um engenheiro de curta trajectória política, concorrerá pelo Partido Popular Cristiano (PPC), que faz parte da aliança governamental juntamente com a Acção Popular, mas que desta vez preferiu apresentar um candidato próprio; o reitor da Universidade Federico Villareal, Justo de Barbieri, é o candidato do dividido Partido Aprista; e o advogado sindicalista Alfonso Barrantes representará a esquerda que, depois da derrota nas últimas eleições devido, em grande parte, à sua divisão interna, pôde desta vez conciliar posições em torno de um candidato único.

O debate eleitoral desenvolve-se num clima de agitação política e descontentamento social. No campo, recrudesceram os problemas sobre a posse de terras. Animados pela vitória de Belaúnde, do

centro-direita, os latifundiários começaram a sua mobilização para a recuperação dos seus privilégios, perdidos com a Reforma Agrária do general Velasco Alvarado. São vários os processos adoptados, desde o simples desalojamento dos camponeses com a participação de forças policiais, até levar perante os tribunais os cooperativistas por usurpação de terras. E há analistas que prognosticam uma situação bastante crítica no campo, como aquela que caracterizou o período que antecedeu as reformas ditadas por Velasco.

Por outro lado, para que o calendário seja adequado aos «novos tempos», o governo de Belaúnde decidiu suprimir o feriado comemorativo do «Dia da Dignidade Nacional», data celebrada desde 9 de Outubro de 1968, quando foi nacionalizado o petróleo peruano. A política petrolífera do novo governo civil é substancialmente diferente daquela que inspirou essa comemoração. Belaúnde declarou que está disposto a abrir o país aos investimentos estrangeiros, e, nesse sentido, não quer, nem pode, conciliar os festejos de uma nacionalização do petróleo com a aproximação aos ditames do FMI.

Coreia do Sul em crise

□ A condenação pela Amnistia Internacional da sentença de morte imposta por um tribunal militar ao líder da oposição sul-coreana, Kim Dae-Jung, e as graves dificuldades económicas que atingem o país, resumem hoje a profunda crise por que passa a Coreia do Sul.

Segundo a Amnistia, sob a acusação de conspiração contra o Governo, Kim Dae-Jung foi mantido incomunicável durante três meses numa habitação subterrânea, onde era interrogado até 15 horas por dia, muitas das vezes completamente nu. Disse haver provas de que Kim e 23 outros acusados foram ameaçados e maltratados, sem direito de defesa apropriado. Outro acusado, Lee Moon-Young, afirmou no Tribunal Militar que fora duramente torturado durante o interrogatório.

Em relação à situação económica do país, o jornal

«*People's Korea*» – semanário que os norte-coreanos residentes no Japão publicam em Tóquio – revela que, ao que parece, «inúmeras fábricas, entre elas as grandes empresas, estão a trabalhar apenas com 60% da sua capacidade». Informa ainda que o número de desempregados anda à volta de dois a três milhões.

O semanário afirma que o primeiro trimestre de 1980 acusou uma taxa de crescimento negativa de 4%, e a dívida externa da Coreia do Sul chegou a, aproximadamente, 22 bilhões de dólares, 7 bilhões de dólares mais do que em Março de 1979.

Segundo anunciou o Departamento de Planificação Económica do país, os créditos estrangeiros de curto e longo prazos alcançaram o montante de 22,5 bilhões de dólares até fins de Abril deste ano.

Refugiados da África

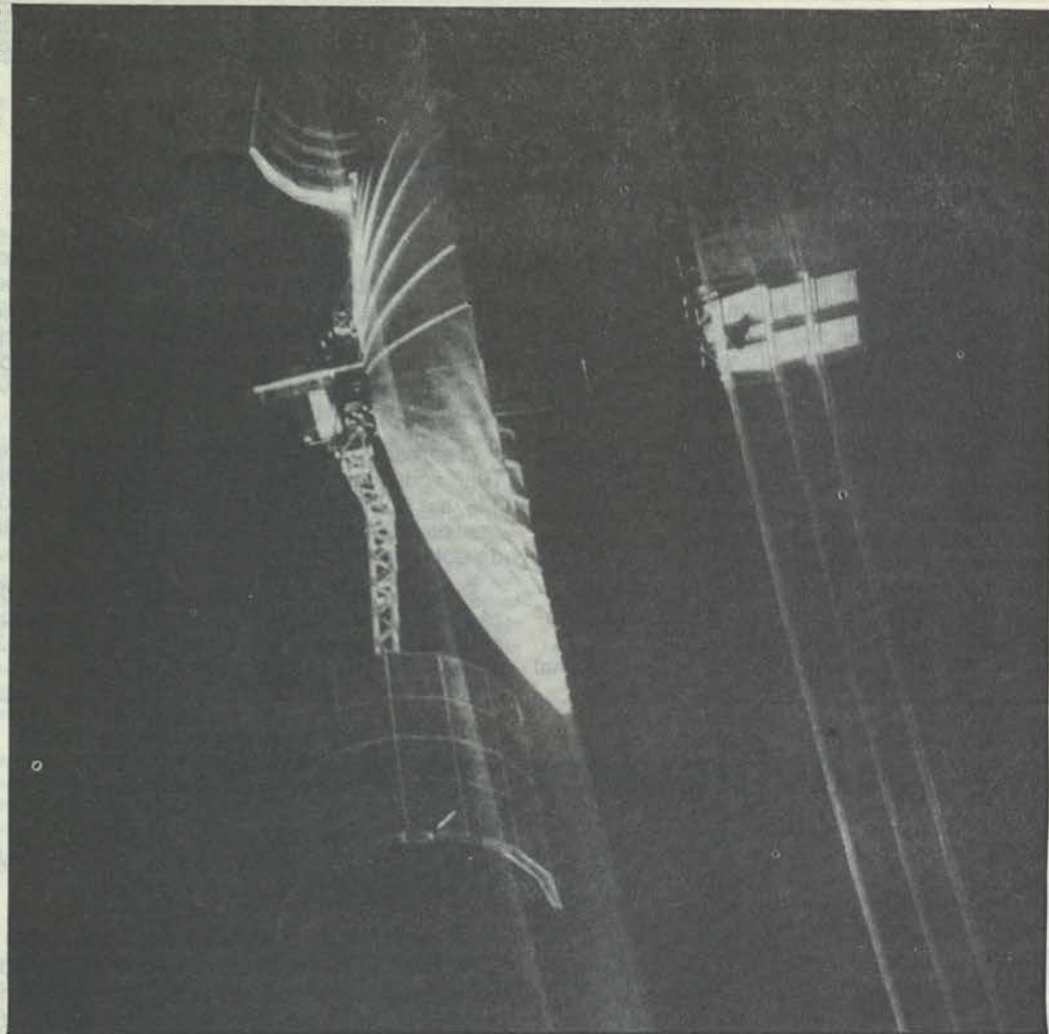


□ Dale de Haan, alto funcionário das Nações Unidas para os refugiados, na intenção de romper o silêncio dos meios de comunicação em torno do problema dos refugiados africanos e chamar a atenção da comunidade internacional, até agora preocupada apenas com o Sudeste Asiático, afirmou que a actual situação da África é uma praga que está a assolar o continente, classificando-a como «a grande tragédia». Disse ainda que esse problema não é novo e que foi, até agora, comple-

tamente ignorado. O Fundo do Programa Geral das Nações Unidas dará 150 milhões de dólares, este ano, à África, anunciou Dale de Haan.

É dramática a situação, principalmente no Sudão e no Corno da África. Dale de Haan apresentou alguns dados: 750 mil refugiados na Somália estão em campos administrados pelas Nações Unidas; em Djibuti, há entre 30 a 40 mil; no Sudão, 500 mil; e um milhão e meio na Etiópia. Todos eles são vítimas das lutas políticas e da terrível seca que assola a região. Existem, ainda, refugiados no Zimbábue, que regressaram depois da guerra; mais 100 mil estão nos Camarões, oriundos do Chade, entre 35 a 40 mil namibios em Angola e um número indeterminado no Uganda.

De Haan propôs uma acção internacional que permita reunir fundos suficientes, através de campanhas internacionais, como as que foram feitas em anos passados a favor dos refugiados do Kampuchea. O funcionário das Nações Unidas mostrou-se optimista com o projecto de organizar uma conferência de refugiados africanos, sob a inspiração da Organização de Unidade Africana (OUA) e com o apoio das Nações Unidas.



Uso e abuso do espaço

A quem interessam os satélites?

A única mulher mexicana que se dedica à investigação espacial explica porque razão são eles importantes para o Terceiro Mundo

Cedric Belfrage

Adoutora Ruth Gall fundou em 1962 o departamento de investigação espacial do Instituto de Geofísica da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM), tendo representado o seu

país, há poucas semanas, na reunião do subcomité técnico e científico do Comité das Nações Unidas para Usos Pacíficos do Espaço Exterior (UNCOPUOS). Nesta entrevista, ela analisa para *Cadernos do Terceiro*

Mundo alguns dos problemas da era espacial que mais directamente afectam os países subdesenvolvidos.

Professora Gall, quantas mulheres trabalham no campo da investigação espacial?

Apenas meia dúzia o fazem a alto nível. Eu fui a única delegada mulher na recente reunião do subcomité de assuntos científicos e técnicos, que se realizou na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque. Seria bom para todos se houvesse mais cientistas espaciais — homens e mulheres — que, como eu, se preocupassem mais com a Terra do que com a vida noutros planetas.

Em 1957, o primeiro *Sputnik* inaugurou a era espacial. No começo da década de sessenta, criou-se o UNCOPUOS. Foi um parto difícil, já que nem os norte-americanos nem os soviéticos queriam esta «criança». A preocupação principal era a de que uma potência ocupasse a Lua ou Vénus. Desde então, estamos falando sempre sobre o problema (por exemplo, durante a décima sétima reunião anual do subcomité científico, ocorrida recentemente) e agora giram sobre as nossas cabeças mais de dois mil satélites, sem que haja nenhum acordo sobre os múltiplos problemas que causam.

Que tipo de problemas?

— Pode-se agrupá-los em dois grupos, com um subcomité para cada um: técnico-científicos e legais. Os problemas legais são tantos e tão complicados que é necessário todo um novo código de legislação internacional. Entretanto, na essência, são políticos... Este é o problema.

Porém todos os países estão de acordo, por exemplo, que a Lua não pertença a ninguém... Chegou-se a um acordo em 1967, de que o espaço exterior é livre para todos.

Mas o que ganhamos? Temos um espaço aéreo que chega até onde podem chegar os aviões e depois um espaço exterior, a partir da altura mínima em que um satélite pode ser posto em órbita.

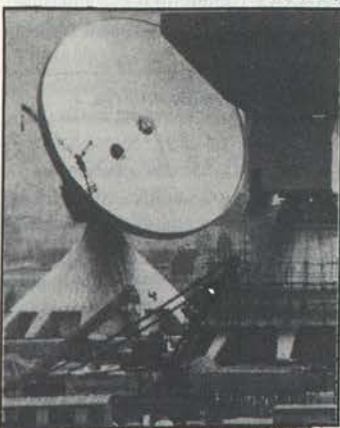
E por isso que as Nações Unidas se preocupam tanto com o uso pacífico do espaço exterior?

Sim. A principal ênfase é dada para os satélites de comunicação. Depois, na busca de recursos natu-

rais — o que denominamos *remote sensing* (visão remota) — e, finalmente, os satélites meteorológicos e de apoio à navegação. Fotos captadas por satélites podem detectar lençóis de água subterrâneos, cardumes de peixes, fontes de energia geotérmica e todo o tipo de depósitos minerais, com exceção do petróleo, que se encontra em camadas muito profundas. A partir dos satélites, localizam-se também as pragas agrícolas, ameaças de contaminação e tormentas. Podem, também, contribuir para a planificação urbana, os recenseamentos, o controle dos incêndios florestais ou as inundações, entre outras coisas. Ao mesmo tempo, pode-se usá-los na guerra, como se fez no Vietname, para detectar o inimigo debaixo das árvores, percebendo o calor dos seus corpos, uma tarefa que antes realizavam os aviões, correndo o risco de serem derrubados.

O que representaram para o Terceiro Mundo os satélites de comunicação?

Eles mudaram totalmente o panorama das comunicações, supostamente em benefício da humanidade. Um satélite moderno pode transmitir, simultaneamente, por cima dos oceanos ou cordilheiras, mais de doze canais de televisão e 600 chamadas telefônicas. São benéficos,



Os satélites são importantes para o Terceiro Mundo. Mas quem pode pagar um?

por exemplo, para a Índia (que com um satélite atende todo o país, reduzindo os custos das suas comunicações) ou para a Indonésia, que conseguiu uma intercomunicação fácil entre os seus milhares de ilhas.

O problema não é *como*, e sim *o que* transmitir. Os satélites inundam-nos de violentos programas de televisão ou chamadas telefônicas desnecessárias. Por outro lado, tornam possível a existência de uma rede mundial de computadores interconectados, que é a base do funcionamento das empresas multinacionais.

A partir do ponto de vista do bem da humanidade, surgem as perguntas: Lixo ou conhecimento? Liberdade ou controle? E se houver controle, de que tipo? Se o mundo não se organizar, em breve teremos o caos nas comunicações. E é muito pouco o que todos os governos consideram unanimemente «apropriado» para os seus telespectadores. Nem sequer os Jogos Olímpicos puderam ser vistos em todos os países.

De acordo com o profundo estudo de Gisbertha Reijnen sobre as aspectos legais do espaço exterior, na agenda dos anos 80 será discutido o problema dos satélites que poderão transmitir, directamente, aos televisores domésticos sem a intermediação de estações receptoras terrestres, o que torna impossível o controle dos governos nacionais sobre as informações que recebem os seus cidadãos. Colocam-se, então, sérios problemas de soberania.

O que paga manda

Mas o levantamento dos recursos naturais beneficia o Terceiro Mundo...

Quando o levantamento de um país se fazia por terra ou com aviões, era necessário o consentimento do país em questão. Agora os satélites que fazem isso, derivados de stérites espíões — originalmente desenhados com fins militares, com os seus sensores infra-vermelhos, etc, etc.

—, podem sobrevoar qualquer país e obter os dados que queiram, sem que o governo local sequer imagine o que esteja a ocorrer...

O descobrimento de recursos naturais é muito importante para o Terceiro Mundo. Os países desenvolvidos já sabem o que há nos seus territórios, os do Terceiro Mundo, não. Mas quem pode pagar um satélite? E dos que podem fazê-lo, quem obtém os dados? E se, finalmente, um país em que foi feito o levantamento, obtém a informação, terá dinheiro para explorar esses recursos? Com firmeza — espero que também com cortesia — eu coloquei em discussão, no subcomité do UNCOPUOS, a questão de que, apesar de todas as potências falarem em distribuir — imparcialmente — os dados obtidos nos levantamentos, assim como prometerem transmitir a tecnologia aos países mais atrasados, a dependência criada pelo desenvolvimento da tecnologia espacial cresce em vez dos diminuir.

Essa dependência é um bom negócio para os países desenvolvidos, principalmente porque os atrasados se convertem em consumidores de seus aparelhos técnicos. Não basta que se convidem técnicos do Terceiro Mundo para participarem nos seus seminários... Com isso, não se consegue nada além de afastar, ainda mais, os países tecnologicamente subdesenvolvidos da conquista da sua independência económica. Trata-se de uma tecnologia muito especializada e sabemos que a falta de recursos humanos nesta área é um dos nossos principais problemas. Além disso, as tecnologias que se ensinam são demasiado caras para os nossos governos. Mais do que ter bons técnicos, necessitamos de cientistas de alto nível que realmente possam ser ouvidos pelos seus governos. Necessitamos de recursos humanos preparados para a mudança social.

Qual foi a sua proposta ao subcomité?

Em primeiro lugar, um programa maciço de bolsas de estudo, a cargo das Nações Unidas, para que se consiga um alto nível de especialização científica, de modo a que esses cientistas possam escolher a tecnologia que considerem útil e adaptá-la às condições locais ou recusar uma determinada tecnologia e propôr uma alternativa.

Em segundo, uma organização internacional, com satélites internacionais para o levantamento de recursos naturais, também sob o controlo da ONU.

Tal como as coisas estão agora, a teledetecção de recursos naturais, com todas as implicações políticas e económicas, está fora de qualquer controlo internacional. E na nossa parte do mundo, os satélites de comunicação estão dominados pela INTELSAT, uma empresa na qual os Estados Unidos entram com 52% do capital e fornecem 80% do equipamento. A nível mundial, o sistema é controlado pelas duas potências espaciais — possuidoras de avançada tecnologia. Na América Latina, somente o Brasil, a Argentina e o México têm uma infra-estrutura espacial, e apenas o México tem uma relativa independência. O Brasil e a Argentina têm contratos para desenvolver a sua tecnologia espacial com a NASA e o exército norte-americano. A África não tem quase nada.

A órbita geoestacionária

O que mais discutiu o subcomité?

O perigo dos satélites com cargas nucleares, a agenda da Conferência Espacial Mundial, programada para 1982, e o uso da órbita geoestacionária.

Essa órbita é um anel no espaço, sobre o Equador, no qual os satélites circulam à mesma velocidade que a Terra e por isso permanecem «estacionados» sobre um ponto determinado. Todo o mundo quer pôr seus satélites ali, em especial os de co-

municações, já que, estando «estacionados», não é necessário «rastrear-los» com complicadas antenas móveis. Porém, o espaço para estacionar os satélites é limitado e há o perigo de que se produza um «engarrafamento», com alguns satélites a atrapalhar outros. Assim, alguns países do Terceiro Mundo situados sobre o Equador têm reclamado a órbita geoestacionária como um recurso natural, sobre a qual deveria haver um controlo internacional para que essa órbita não seja monopolizada pelas grandes potências.

Que resultados concretos se podem esperar do UNCOPUOS?

— E um pouco frustrante. As minhas propostas, quer dizer, as propostas do México, foram bem recebidas pelos holandeses, porém houve pouca discussão sobre elas. Infelizmente, muito poucos cientistas vão a essas reuniões. Havia um da Índia, um da Bulgária e um da Polónia. Na realidade, os cientistas têm pouca fé nas Nações Unidas e não querem perder tempo. Além disso, são poucos os que têm uma consciência social. Os norte-americanos, os soviéticos e os países da Europa Ocidental mandam *experts* às reuniões. O resto são diplomatas que não sabem nada do espaço.

Você está otimista quanto à Conferência Mundial do Espaço de 1982?

Creio que aí o México poderá dar uma contribuição. Faremos o possível para que a Conferência «ponha os pés na Terra» e marcemos uma posição sobre muitos problemas: dependência tecnológica, «colonização económica» via teledetecção, o uso que fazem as multinacionais da tecnologia espacial, a difusão de uma subcultura pela TV através dos satélites, o problema da capacitação científica de alto nível, o perigo da saturação da órbita geoestacionária... e, em definitivo, a luta para tornar realidade o acordo de 1967 e converter o espaço exterior num bem verdadeiramente internacional. □

Cinema: um encontro do Terceiro Mundo

América Latina e África
encontraram-se em Salvador
(Bahia) na IX Jornada
Brasileira de Curta Metragem

Raquel Gerber

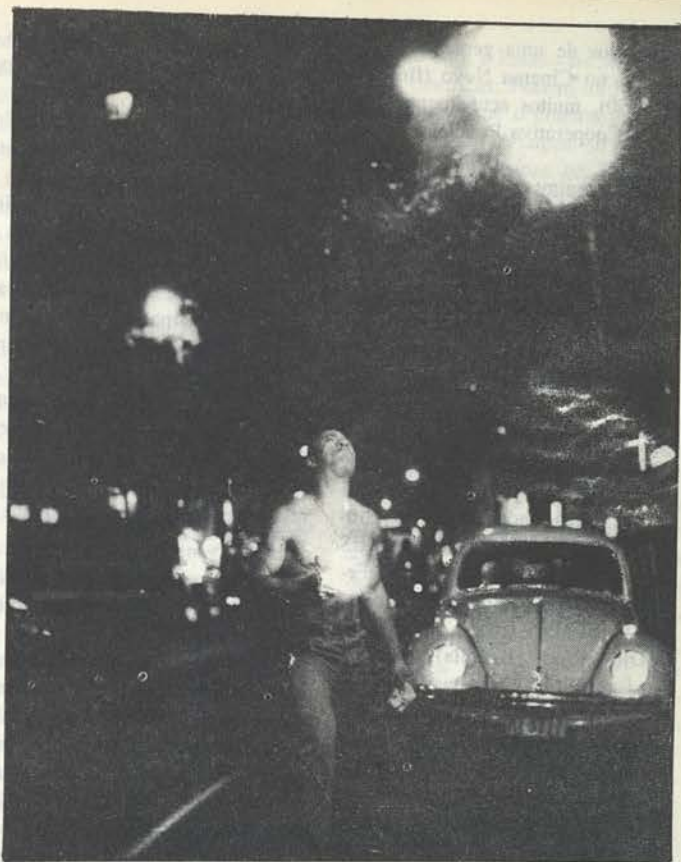
E STIVERAM reunidos na IX Jornada Brasileira de Curta-Metragem, em Salvador (Bahia) em Setembro passado, cineastas e trabalhadores de cinema, do Brasil e do Continente latino-americano e África (Moçambique), discutindo a questão audiovisual na formação das nossas identidades nacionais e continentais. A Jornada teve o patrocínio da Universidade Federal da Bahia, Embrafilme-Funarte, Fundação Cultural do Estado da Bahia, Bahiatursa-Itamarati, Clube de Cinema da Bahia, Instituto Goethe de Salvador, Prefeitura Municipal de Salvador.

Sob o lema «Por um mundo mais humano», a Jornada deste ano teve como objectivo a aproximação e contactos com cineastas de outros países, para que se conhecessem as dife-

rentes experiências de produção e se discutissem formas de romper barreiras para a circulação ampla de filmes do Terceiro Mundo. A grande questão foi como viabilizar o intercâmbio comercial da produção dos países que estiveram presentes.

O mercado internacional do documentário de curta-metragem da América Latina integrou a Jornada, trazendo o México (5 filmes), o Peru (9 filmes), Panamá, Cuba, Chile e Nicarágua, num total de 23 filmes. Entre outros: *Chapopote*, de Carlos Cruz e Carlos Mendonza (México), *Belize Vencerá*, de Pedro Riviera (Panamá), *El Sumsito*, de Nora de Izcue (Peru), *Recado de Chile*, realizador anónimo (Chile), *Ausde Paso*, de Leonidas Zeygana (Peru), *Las Palabras del Silencio*, de Yiovana Lolarullo (Peru).

Entre os cineastas presentes estavam o chileno Pedro Chaskel (com dois filmes realizados em Cuba, no exílio), o panamiano Pedro Rivera, a peruana Nora de Izcue e o cubano Santiago Alvarez (*79 Primaveras*). Da Nicarágua, veio Emilia del Carmen, directora do Departamento de Distribuição e Exibição do Instituto de Cinema do seu país. Da África, veio somente Camilo Abranches de Souza (Instituto Nacional de Cinema de Moçambique), trazendo dois documentários. Do Brasil, participaram 102 filmes e estiveram presentes vários grupos de cineastas de vários estados (Maranhão, Bahia, São Paulo, Goiás, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Alagoas, Distrito Federal, Pernambuco, Sergipe — com filmes em Super 8, 16 mm e 35 mm). Compareceram



elementos de uma geração que se iniciou no Cinema Novo (fins dos anos 50), muitos actualmente ligados à Cooperativa Brasileira de Cineastas.

Entre muitos participantes estavam: Guido Araújo (coordenador da Jornada), Leon Hirszman (*A Falecida, São Bernardo*), João Batista de Andrade (Associação Paulista de Cineastas), Geraldo Sarno, Roberto Pires, Cosme Alves Neto (Cinemateca do MAM, RJ), Paulo Tiago. O encontro foi bastante estimulante, iniciando-se o debate dos representantes de entidades de cinema e de novos grupos de produção, distribuição e exibição independente no Brasil: CORCINA (RJ), DINAFILMES (SP — distribuidora vinculada à Federação Nacional de Cineclubes), GIRA FILMES (SP — produtora), PEDRA Prod. (Brasília), Associação Baiana dos Cineastas Profissionais (ABCP), Grupo do Paraná (Cinemateca do Museu Guido Viaro), além dos grupos de trabalho reunidos em torno das ABDs (Associação Brasileira de Documentaristas) dos vários estados.

Multinacionais

Os filmes apresentados demonstraram que a quase ausência de intercâmbio cultural e comercial entre as cinematografias do Terceiro Mundo tem origem no facto dos mercados estarem ocupados por empresas multinacionais monopolistas de cinema, através de cadeias de exibição de cinema e televisão. Para isso, propõe-se o início de uma discussão sobre legislação, a nível de cada país (questão de taxas alfandegárias, mercado compulsório, leis proteccionistas para a aquisição de equipamentos e material virgem, etc.).

O cinema foi sempre uma formação adjacente nas sociedades capitalistas e, como tal, foi pouco colocado a uma disposição social mais ampla. Muitas vezes não se percebe que o cinema modela a consciência social,

formando hábitos de consumo e criando conceitos de vida, valores e comportamentos.

A importância do encontro de Salvador foi a de detonar um encontro de culturas, mostrando que não só estamos isolados económica e politicamente, como também o estão as nossas culturas, apesar das relações essenciais entre elas. Os participantes de outros países ressaltaram a cinematografia brasileira hoje, como a 3.^a do Ocidente, pelo seu vigor de sobrevivência diante das cinematografias do continente latino-americano que estão a ponto de *anular-se*. A IX Jornada mostrou o grande interesse que os jovens têm pelo cinema no Brasil.

Como encontrar, então, medidas para romper com o cerceamento imposto às nossas culturas?

Apesar dos avanços em determinados países (como o Brasil, Peru e México, por exemplo), através de legislação que obriga compulsoriamente a *exibição* do produto cultural nacional, a lei cinematográfica e, na verdade, quase uma farsa.

A tónica dos debates entre os realizadores de vários países foi a necessidade do fortalecimento das estruturas alternativas de distribuição e exibição, independentes das situações político-económicas e sociais diferentes.

Assim, as entidades do cinema do Brasil esperam conectar-se periodicamente com outras da América Latina e África. Para além das grandes diferenças nacionais, os latino-americanos chegaram à conclusão de que fazer circular os seus filmes é selar a nossa integração continental. Nesse sentido, os brasileiros iniciaram acções concretas para superar a sua falta de comunicação com o continente latino-americano. O Brasil esteve sempre isolado neste continente. Na área cultural, as nossas relações limitam-se à literatura e à música. Apesar do etnocentrismo da cinematografia brasileira e da predominância da cultura branca oci-

dental europeia, os filmes brasileiros de curta-metragem exprimiram grande variedade temática e a sua procura estética vai em busca da cultura negra e índia, a sua filosofia, as suas cores, ritmo, e relação com o mítico e o sagrado. O cinema brasileiro também inicia uma aproximação com a África, agora que os negros do Brasil estão em busca de si mesmos e da sua essência.

Por outro lado, a discussão política não pode estar dissociada da discussão cultural, quando, como no caso do cinema, a discussão da política está nos filmes: na sua linguagem e na sua circulação. Mas, para a sua circulação, tem-se que discutir os filmes. O que produzimos e para quem produzimos. Além disso, na Jornada formulou-se uma missão para a América Latina no futuro: recuperar a sua memória, através do cinema, com o resgate da *Cinemateca do Terceiro Mundo*.

Numa cinemateca, o cinema será uma mensagem viva dos povos através do tempo. Assim, se coloca uma *questão ideológica*. E isso fica claro na mensagem divulgada pela Cinemateca de Lima: «numerosos e fortes laços nos unem; sobretudo aqueles que nos conduzem pelos caminhos da descolonização cultural e da recuperação de nossa identidade nacional.»

O documento final

Os latino-americanos divulgaram um documento final onde propõem: «Ampla circulação de informações sobre a realidade económica, social, política e estética das nossas cinematografias através de boletins para facilitar actuações práticas no plano comercial e cultural; intercâmbio cultural e informativo directo entre entidades de classe; organização de mostras itinerantes do cinema latino-americano pelo continente, assim como a activação da circulação rápida dos filmes através da troca de cópias. Necessidade de formular

uma legislação especial nas respectivas nações, legislações essa que possibilite a entrada dos filmes latino-americanos a baixos custos nos nossos mercados mútuos, inclusive nos mercados alternativos dos cineclubes. É preciso circulá-los a qualquer preço. E confirmar a nossa integração; por fim, activar a participação quantitativa dos cineastas nos festivais latino-americanos, criando um fundo para isso, visando tornar aglutinadores os festivais de Havana, Cartagena, Jornada da Bahia, Festivais de Brasília, Gramado e outros.»

Os filmes

Os filmes trouxeram experiências de produção, como a representante nicaraguense com os seus «noticiários», ou a mexicana que, com a presença de Carlos Morantes (Universidade Autónoma do México) trouxe o exemplo de como uma Universidade pode criar cinema para além das suas actividades académicas. O Peru já produz uma média de 60 a 70 curtas-metragens anualmente. Pedro Chaskel (*Los Ojos Como De Mi Papá*), narra a experiência de crianças no exílio, dizendo que na boca das crianças está a verdade.

Foram apresentados, também, filmes afro-brasileiros realizados na África e no Brasil: Candido Fernandes e Mohamed Charbagi em *Pourquoi l'Eritrea* e Geraldo Sarno em *Moçambique: Plantar nas Estrelas*.

Foi pena não haver maior participação africana. De Moçambique, sob o título de «Kuxa Kanema», uma palavra inventada a partir dos dialectos moçambicanos e que quer dizer «Imagem»; foi exibido um documentário sobre o Festival Nacional de Dança Popular de Moçambique, onde se quer demonstrar que na dança há também uma luta ideológica; como forma genuína de cultura popular, dança é resistência.

Em países como Moçambique, o cinema é móvel (camiões para a pro-

jecção), mas só passa duas vezes por ano numa mesma aldeia; sendo de difícil compreensão o filme estrangeiro, porque há grande analfabetismo. São proibidos os filmes considerados «reaccionários» e pornográficos.

O caso do Brasil

No Brasil, o grande surto urbano-industrial criou uma indústria de cinema que não pode se fortalecer num mercado sempre em retracção e autodefensivo em relação ao produto nacional. Por outro lado, o público identificado com a linguagem do cinema estrangeiro vem aceitando muito lentamente o filme nacional. Muito comumente, os filmes de maior sucesso popular inspiram-se no padrão estético e de qualidade do filme importado. Mas o público e a indústria cinematográfica têm crescido (100 longas-metragens e uma produção aproximada de 1.200 curtas-metragens, anualmente).

O cinema brasileiro ainda hoje está empenhado, assim como no tempo do Cinema Novo, na investigação e afirmação da cultura brasileira. E as curtas-metragens exibidas demonstram que cada cineasta projecta na tela o «seu Brasil», na busca de si mesmo, da sua região, paisagem e origem, de um outro ritmo interior e exterior — da sua descolonização através da criação cinematográfica.

Foi afirmado no Encontro que é preciso que o cineasta brasileiro ausculta mais o seu povo, captando e actuando como libertador do seu desejo e da consciência colectiva, na medida em que a projecta directamente na tela nos seus vários estágios de desenvolvimento. Os filmes precisam de se tornar cada vez mais desejáveis para o público. E a produção, distribuição e exibição têm que levar em conta as necessidades comunitárias.

A Embrafilme (Empresa Brasileira de Cinema), apesar de sua vin-

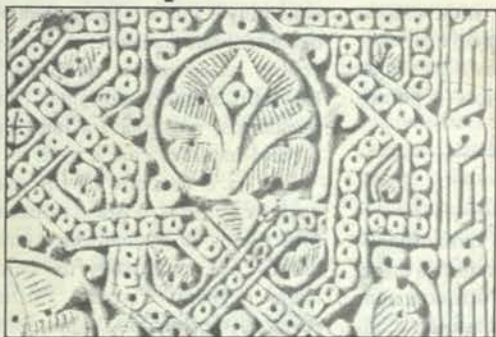
culação com o Estado foi defendida pelos cineastas. Porém, na Jornada, concluiu-se que o cinema independente tem que fortalecer-se para encontrar novas saídas no Brasil. O Encontro trouxe importantes filmes brasileiros, mostrando a integração homem-natureza com a vida.

Por ser o encontro de diferentes nações e culturas, o Brasil trouxe nos seus filmes os ensinamentos consagrados nas expressões da cultura negra e índia. Tivemos *Póstuma (Cretan)*, de Ronaldo Duque, sobre a morte de Angelo Cretan, um líder indígena em Mangueirinha, num momento em que o problema das terras no sul do Paraná é grave; *CPI do Índio*, de Hermano Penna, um documentário que mostra a CPI do Índio interrompida em 1968 pelo Acto Institucional n.º 5; *Sete Vidas*, de Rubens Xavier; *O Sonho não Acabou* (Teatro Libertário, de Claudio Kahns); *Fénix*, de Silvio Da-Rin (Produção Corcina), que retoma a década de 60 no Brasil; *Parto de Cócoras*, de Cláudio Paciornik, onde o índio do Brasil reensina aos europeus a melhor maneira de nascer; e *O Homem do Morcego*, de Ruy Solberg, que recupera um grande mito do cinema brasileiro: o filme *Limite* e o homem Mário Peixoto. Foi premiado, pela contundência de sua temática, *Em Nome da Razão*, de Helvécio Raton, filme sobre os porões da loucura, num hospício de Barbacena, onde, em nome do poder da razão dominante, se provocam cicatrizes no cérebro.

Os cineastas brasileiros encaminham moções alertando sobre a necessidade da expressão livre do homem, num momento em que surgem mudanças dentro do país.

Afirmou-se no Encontro a necessidade de se lutar pelo fortalecimento dos espaços para as imagens e sons da África, Brasil e América Latina, pelas relações entre as suas culturas. O primeiro passo em Salvador foi a troca de cópias de filmes entre cineastas de diversos países. □

O saque colonial



□ Seguramente, os organizadores do encontro para debater a devolução dos tesouros artísticos do Terceiro Mundo em poder dos países desenvolvidos, não previam que ele se transformasse em cenário de tão apaixonados debates. A reunião realizou-se no *Commonwealth Institute*, de Londres, e reuniu museólogos e especialistas do Terceiro Mundo e dos países industrializados que dividiram entre si os territórios africanos e asiáticos.

O orador mais polémico foi Reg Vaerney, funcionário do Instituto londrino, que afirmou que não se oporia à devolução dos objectos artísticos mais

significativos se os países do Terceiro Mundo pudessem protegê-los. Porém, acrescentou, «eles em geral carecem de estruturas adequadas para mantê-los em boas condições». Também disse que algumas das negociações para a devolução desses objectos eram utilizadas politicamente e que «esses povos, na verdade, não cuidaram dos seus objectos de arte».

O editor da revista *Art Links*, defendendo o direito do Terceiro Mundo de reconquistar as suas obras-primas, afirmou que esses objectos «foram saqueados» e que «a Grã-Bretanha perdeu o império mas não devolveu o que tinha pilhado». Um historiador etíope afirmou estar desiludido com a atitude dos museus britânicos. «São atitudes como essas que nos levaram a romper os laços que nos uniam à Grã-Bretanha», disse.

Os especialistas do Terceiro Mundo lembraram que muitas das mais belas e significativas peças dos seus tesouros culturais estão na Europa ou nos Estados Unidos. E comum, ao visitar-se museus no Cairo, Bagdade, Lima ou Lagos (citando só alguns exemplos), ouvir dos guias a seguinte explicação: «os originais destas peças estão expostos nos museus das ex-metrópoles». Cresce, no entanto, a consciência de que essa situação tem que acabar. E o recente encontro de Londres reflectiu claramente essa nova realidade.

**Os números atrasados dos
'Cadernos do Terceiro Mundo'
vendem-se em Lisboa:
em todas as Livrarias da CDL
e na Livraria Libris
Lg.º Trindade Coelho, 4**

ASSINATURAS

Portugal

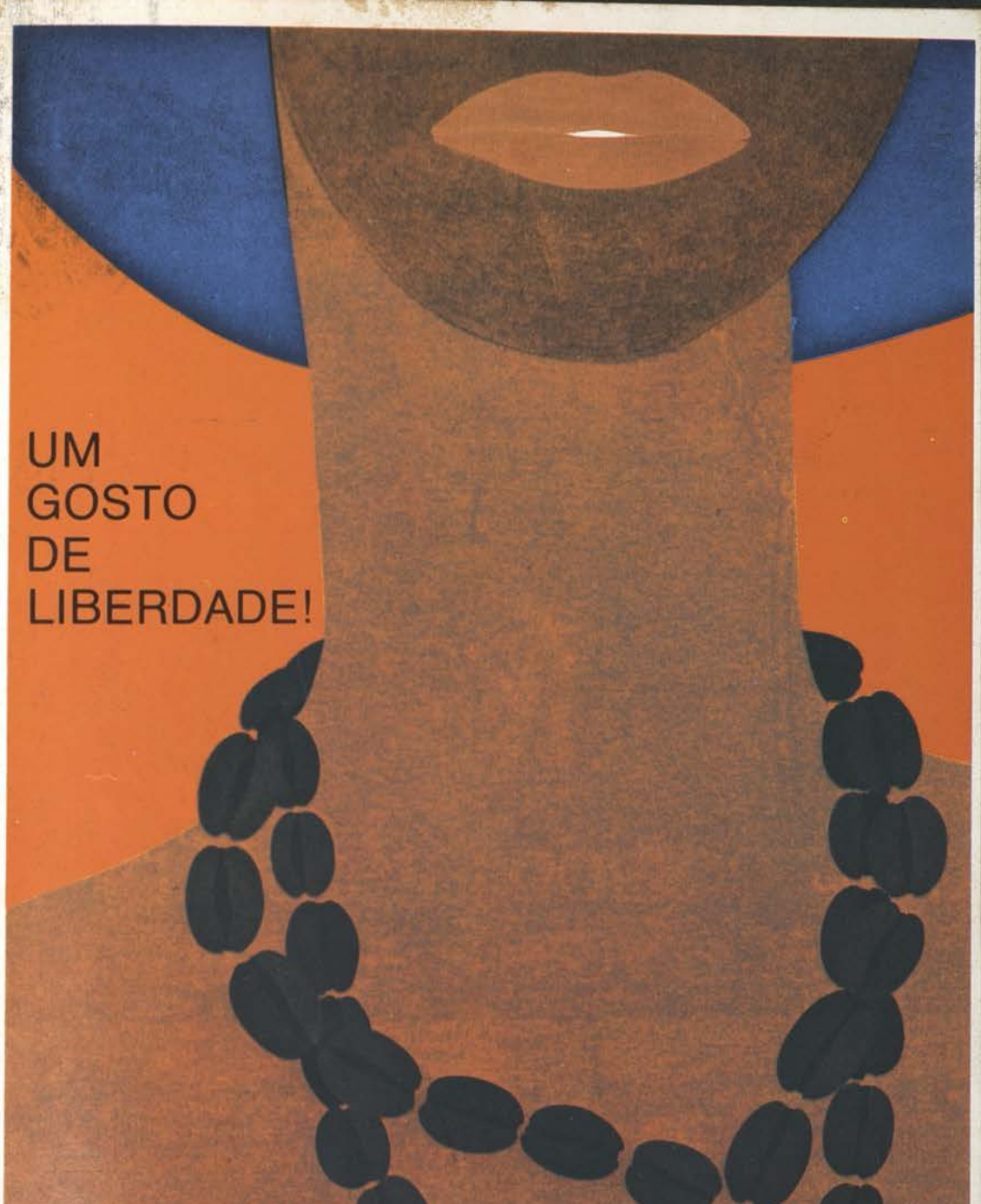
Anual (12 números)
Esc. 500\$00
Semestral (6 números)
Esc. 300\$00

*Angola, Cabo Verde,
Guiné-Bissau,
Moçambique,
S. Tomé e Príncipe:*

(12 números, via aérea)
Esc. 850\$00
ou US\$18

Restantes países:

(12 números, via aérea)
US\$22



UM
GOSTO
DE
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda

Tel. 73571 2 / 3 CP. 342
Teleg. "IN CAFE" - LUANDA



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola

SONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 · Luanda
telex 3148 3260